

Maria Saraiva da Silva

Os Silêncios da História

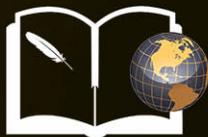
A transmissão de conhecimentos advindos de
mulheres negras cearenses acima de setenta anos



A autora nos evidencia as falas, memórias, estórias e histórias de três mulheres negras cearenses acima de setenta anos. O que marca a vida destas senhoras e que provocou o olhar e escuta atenta e sensível de Maria Saraiva da Silva foi à maternidade das interlocutoras. Não apenas a gestação – que por si só já dignificam uma celebração – mas a concepção de alguém que se converte em combatente na peleja, bem como, na expectativa por um mundo sem racismos e discriminações de quaisquer ordens. Portanto, estas senhoras são genitoras de ativistas do movimento negro, no Ceará, atuando na Capital. Trouxeram ao mundo personagens “quase quiixotescas”, uma vez que ouviram desde tenra idade que “no Brasil não há racismo” e “no Ceará não há negros”. No entanto, estas declarações não impediram aos filhos destas senhoras negras seguirem na perseguição contra estas duas falácias. São três velhas senhoras que nos são apresentadas em diferentes momentos de suas vidas. Dona Cila, Dona Malu e Dona Clementina. Uma com 92 anos, cozinheira, é mãe de mulher negra atuante no ativismo cultural dos Maracatus. Católica é mãe e avó de adeptos das religiões de matriz africanas; outra é costureira e tem 84 anos. Seu filho é ativista da UNEGRO- União de Negras, Negros Pela Igualdade- e mestre de capoeira; a mais jovem do grupo, com 74 anos é doméstica e sua filha é militante no MNU- Movimento Negro Unificado. As três se afirmam analfabetas. O que não as impede de seguir sendo professoras na arte de transmissão de memórias e conhecimentos que ao serem colhidos (e muito bem realizados pela autora), vai fornecendo elementos para a construção de parte significativa da História da população afro-cearense. Portanto, este trabalho traz à luz – através do olhar e relatos das entrevistadas – informações tão costumeiramente negadas, nos compêndios escolares.



Maria Saraiva da Silva é Mestre em Educação Brasileira, pela Universidade Federal do Ceará (UFC/2013), Especialização em Gestão Educacional, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Especialização em Metodologias do Ensino de História, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Possui Licenciatura em Ciências Religiosas- Pelo Instituto de Ciências Religiosas da Arquidiocese de Fortaleza - ICRE e pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2000) e graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2007). Pedagoga pela Faculdade Kurios Fak, 2017. Atualmente é Técnica em Educação da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza atua no Conselho Municipal do FUNDEB. Pesquisadora pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO/Atua no grupo: Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais/Linha: Religião e Movimentos Sociais: aspectos sociológicos e infocomunicacionais.



INSTITUTO SUPERIOR
DE ENSINO SEM
FRONTEIRAS - ISESF



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



editora fi
www.editorafi.org

Os Silêncios da História



Série Conhecimento Afrodescendente

Diretores da série:

Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior
Prof. Dr. Estanislau Ferreira Bié
Prof.ª. Me. Maria Saraiva da Silva

Comitê Científico e Editorial:

Ana Beatriz Souza Gomes
Universidade Federal do Piauí-UFPI

Cícera Nunes
Universidade Regional do Cariri-URCA

Cláudia Teixeira Marinho
Universidade Federal do Ceará-UFC

Eduardo Davi de Oliveira
Universidade Federal da Bahia-UFBA

Estanislau Ferreira Bié
Universidade Federal do Ceará-UFC

Francisco Valdey Acioly Guedes
Universidade Federal do Ceará-UFC

Gustavo Henrique de Araújo Forde
Universidade Federal do Espírito Santo-UFES

Henrique Cunha Júnior
Universidade Federal do Ceará-UFC

Ivan Costa Lima
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira-UNILAB

Izabel Cristina Evaristo da Silva
Universidade Federal da Paraíba-UFPB

João Marcus Figueiredo Assis
Universidade Federal do Estado do RJ-UNIRIO

Kíusam Regina de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo-UFES

Leandra Gonçalves dos Santos
SME/Vitória-ES

Marcilene Garcia de Souza
Instituto Federal da Bahia-IFBA

Maria Auxiliadora Martins da Silva
Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

Maria de Fátima Vasconcelos da Costa
Universidade Federal do Ceará-UFC

Maria Saraiva da Silva
Universidade Federal do Estado do RJ-UNIRIO

Marizilda dos Santos Menezes
Universidade Estadual Paulista-UNESP

Rinaldo Pereira Pevidor
SME/Vitória-ES

Os Silêncios da História

A transmissão de conhecimentos advindos de
mulheres negras cearenses acima de setenta anos

Maria Saraiva da Silva

φ editora fi

Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Fontella Margoni

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Conhecimento Afrodescendente - 2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SILVA, Maria Saraiva da

Os Silêncios da História: a transmissão de conhecimentos advindos de mulheres negras cearenses acima de setenta anos [recurso eletrônico] / Maria Saraiva da Silva -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

209 p.

ISBN - 978-85-5696-305-5

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História, 2. Ensino, 3. Pedagogia 4. Coleção I. Título. II. Série

CDD-900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Epígrafe

No caso da população negra brasileira como de qualquer outra, a memória é construída, de um lado pelos acontecimentos e, de outro lado, pelos personagens e pelos lugares herdados, isto é, fornecidos pela socialização, enfatizando dados pertencentes à história do grupo e forjando fortes referências a um passado comum, por exemplo, o passado cultural africano ou o passado enquanto escravizado. O sentimento de pertencer à determinada coletividade está baseado na apropriação individual desses dois tipos de memória que passam, então, a fazer parte do imaginário pessoal e coletivo.

Kabengele Munanga

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, Jânio Né Saraiva e Francisca Araújo Cardozo *-in memoriam-* que, além de terem me gerado, orientaram-me nos caminhos da vida e acreditaram que eu prosseguiria sob a luz de seus olhares, onde quer que estejam.

As minhas filhas Karinne Saraiva da Silva e Karla Saraiva da Silva por serem tão amigas e companheiras de todos os momentos.

E uma especial dedicatória a três mulheres negras cearenses, sem as quais este trabalho não teria se concretizado: Dona Cila, Dona Malu, Dona Clementina.

Agradecimentos

Dirijo meus agradecimentos, em primeiro lugar, a Deus nas três pessoas da Santíssima Trindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo, pelo auxílio integral no fortalecimento de minha fé e pelos discernimentos na realização de mais esta etapa da minha vida.

A Professora Dra. Joselina da Silva, orientação, amizade e gratidão nos acompanham sempre.

Ao Professor Dr. Henrique Cunha Junior, muito obrigada pela amizade e encaminhamentos na pesquisa.

Aos amigos de estudos, produção literária e trabalho, agradeço pelo imensamente.

Aos meus irmãos e minhas irmãs meu agradecimento pela compreensão e apoio. Aos/as meus sobrinhos e sobrinhas os quais tanto amo e agradeço pelo carinho e por serem a continuidade de nossa família.

Agradeço a Professora Maria Conceição da Silva Guedes, ao Professor e Mestre Capoeira Francisco de Assis, a Professora Antonieta Inácio, pela importante colaboração para a pesquisa pelo apoio.

Aos/as amigas/os dos Movimentos Negros das várias capitais do País, e em especial aos amigos dos Movimentos Sociais e Movimentos Negros do Estado do Ceará, comprometidos com a justiça social, muito obrigada.

Sumário

Prefácio - Joselina da Silva	17
Apresentação	21
Introdução	25

Parte I

Os silêncios da história: da oralidade à visibilidade nas memórias de mulheres negras velhas acima de 70 anos

Capítulo I	37
Histórias de invisibilidades e visibilidades: Mulheres Negras Velhas e suas histórias memoráveis	
1. Pressupostos de Introdução ao capítulo	37
1.1 Memórias familiar	38
1.2 Memórias de trabalho	39
1.3 Memórias relacionais	39
1.4 Memórias de ter sofrido preconceitos	40
1.5 Memória de Mulher Velha: o que é ser negra cearense?	41
Capítulo II	43
Contextos de histórias e memórias	
1. Memórias e dinâmica de origem e atual: um recorte familiar	43
2. Histórias e memórias: sobre o lugar do trabalho nas vidas de mulheres negras	47
3. Histórias e memórias: sobre relações de gênero	58
4. Os filhos: identidade negra nos movimentos sociais e manifestações culturais afro-brasileiras no Ceará	63
5. História e memória de velhas negras: sobre relações raciais no cotidiano de uma sociedade preconceituosa	68
6. História e memórias passadas e presentes: sobre o que é ser mulher negra na sociedade cearense	84

Parte II
História oral e o resgate de lembranças através da memória

Capítulo III.....103
Quem conta nossas histórias percorre alguns caminhos: caminhando, ouvindo e falando da vida
1. História oral como possibilidade metodológica103
2. Questões de negros e de negras no Ceará: a negação da história e das memórias108
3. Tradição oral como preservação da memória da África 112

Parte III
Memória coletiva e conhecimentos: memórias de velhos e de velhas, interpretações das lembranças

Capítulo IV.....123
Velhice e memória: caminhando em contextos e pré-textos teóricos sobre o que é envelhecimento
1. Povo brasileiro: uma população em processo acelerado de envelhecimento123
1.1. Juventude que desaparece e velhice que desponta: o que esperar do futuro?124
2. Memória histórica e memória coletiva: quem as define?133
3 Memória de velhos/as: o passado e o presente139
4. Memória oral: as expressões de mulheres negras velhas.....145

Parte IV
Movimentos sociais e movimentos negros: histórias entre os séculos XIX e XX

Capítulo V153
Caminhos e descaminhos: ações afirmativas e militância
1. Rememorando: por onde andaram os militantes e suas militâncias sociais?. 153
2. Um breve re-corte: histórias dos movimentos sociais negros159
3. Mulheres negras que se movimentam164
3.1. Mulheres negras, movimentos sociais e sociedade.....164

Capítulo VI.....169
Como e quando surge o movimento negro no Ceará
1. Gênese e despenho do movimento negro no Ceará: um olhar sobre a capital169

Capítulo VII.....177

Identities and Negroities

1. Identity Brazilian ethnic and inclusion sociocultural 177

2. Identity afro-Brazilian and influences African 188

Considerations 197

Posfácio - Henrique Cunha Júnior 201

Referências 203

Lista de abreviaturas e siglas 209

Prefácio

*Joselina da Silva*¹

Luiza Mahin, Chefa de Negros Livres.

E a Preta Zeferina, exemplo de Heroína.

Aqualtune dos Palmares,

soberana Quilombola.

*E Felipa do Pará, negra Ginga de Angola. A África desperta e em suas fronteiras, quantas anônimas Guerreiras Brasileiras.*²

Esta poesia de Oliveira Silveira e musicada por Escrete vem acompanhando as mulheres negras brasileiras, desde o seu I Encontro Nacional, no Rio de Janeiro, em 1988. Lá, as mulheres Maranhenses chegaram cantando esta música. Com ela ficamos nacionalmente conectadas. Era a melodia (quase hino) entoada em inúmeras ocasiões organizativas. Três décadas depois, as mídias sociais, nos traziam de volta a mesma canção empoderadora e histórica, quando jovens - em sua maioria - nos conclamavam para a Marcha Nacional das Mulheres Negras, em novembro de 2015. Durante o trajeto, com mais de trinta mil afro-brasileiras, esta era uma das músicas a nos impulsionar, no causticante sol de Brasília.

Esta mesma letra nos auxilia a pensar esta dissertação, que virou livro, elaborada por Maria Saraiva da Silva. É sua última estrofe que nos dá caminho: “*quantas anônimas guerreiras brasileiras*”. É destas ainda desconhecidas que trata este trabalho. A autora, com sua escrita leve e densa nos faz atentar para as

¹ Professora Associada da UFRJ

² Poema de Oliveira Silveira musicado por Escrete (José Henrique Pinheiro Silva), para o Bloco Afro Akomabu, de São Luiz do Maranhão.

mulheres mães que se distinguem ao cunhar para si e muito mais para o mundo, ativistas afro-brasileiros (as).

A autora nos evidencia as falas, memórias, estórias e histórias de três mulheres negras cearenses acima de setenta anos. O que marca a vida destas senhoras e que provocou o olhar e escuta atenta e sensível de Maria Saraiva da Silva foi à maternidade das interlocutoras. Não apenas a gestação – que por si só já dignificam uma celebração – mas a concepção de alguém que se converte em combatente na peleja, bem como, na expectativa por um mundo sem racismos e discriminações de quaisquer ordens.

Portanto, estas senhoras são genitoras de ativistas do movimento negro, no Ceará, atuando na Capital. Trouxeram ao mundo personagens “quase quixotescas”, uma vez que ouviram desde tenra idade que “*no Brasil não há racismo*” e “*no Ceará não há negros*”. No entanto, estas declarações não impediram aos filhos destas senhoras negras seguirem na perseguição contra estas duas falácias.

São três velhas senhoras que nos são apresentadas em diferentes momentos de suas vidas. Dona Cila, Dona Malu e Dona Clementina. Uma com 92 anos, cozinheira, é mãe de mulher negra atuante no ativismo cultural dos Maracatus. Católica é mãe e avó de adeptos das religiões de matriz africanas; outra é costureira e tem 84 anos. Seu filho é ativista da UNEGRO- União de Negras, Negros Pela Igualdade- e mestre de capoeira; a mais jovem do grupo, com 74 anos é doméstica e sua filha é militante no MNU- Movimento Negro Unificado.

As três se afirmam analfabetas. O que não as impede de seguir sendo professoras na arte de transmissão de memórias e conhecimentos que ao serem colhidos (e muito bem realizados pela autora), vai fornecendo elementos para a construção de parte significativa da História da população afro-cearense. Portanto, este trabalho traz à luz – através do olhar e relatos das entrevistadas -

informações tão costumeiramente negadas, nos compêndios escolares.

Percebemos que este trabalho, por ser fruto de uma dissertação de mestrado, procurou seguir os rigores conferidos pelos cânones acadêmicos, ao mesmo tempo os extrapola sobejamente e nos deixa apreciar um diálogo com estas *pretas velhas* (no seu sentido mais ampliado da tradição afro-brasileira) através de ensinamentos e transmissão de sabedoria.

A obra aqui presente, por tratar de memória me faz lembrar um fato ocorrido nos primeiros anos da década de oitenta. Foi realizado, na cidade do Rio de Janeiro, o I Festival Quizomba de Arte Negra, liderado e organizado por Matinho da Vila e uma grande equipe. Era a primeira vez que tínhamos contato direto com delegações de diversos países do continente africano, entre eles, a África do Sul, ainda sob o regime do *apartheid*.

Recebemos então, o coral sul-africano Amandla e vários outros integrantes oficiais daquele país, entre os quais, alguns brancos. Fui designada tradutora voluntária junto àquela delegação, o que me propiciou fazer amizade com um dos membros o Ben (assim o chamávamos). Tive oportunidade de questionar, como explicar, num país em pleno regime separatista, que o grupo fosse integrado por brancos e todos em boa relação de convivência, percebida por mim, inclusive nos momentos de descontração. Ao que o Ben respondeu: *“Nossa luta só é feita, porque temos brancos aliados”*.

Este foi um ensinamento que me acompanha pela vida e que me faz tecer comentários a respeito da autora desta obra. Maria Saraiva da Silva (Socorro Saraiva, como é conhecida em meio aos ativistas da Educação e do Movimento Negro) se faz anunciar pelo compromisso diante da luta contra o racismo, no seu Estado. É uma professora e eterna estudante atenta às novas reflexões no combate ao racismo. Integra uma longa lista de participações e organizações de eventos com esta temática, como ela mesma se

apresenta, na introdução deste livro. Ao mesmo tempo, é um ouvido atento aos muitos alunos vitimados pelo racismo, notadamente nas escolas das regiões periféricas da cidade.

Seus serviços prestados à causa da superação das desigualdades e do anti-racismo, me levam a parafrasear o sul-africano Ben (meu amigo dos anos oitenta) :

Maria Saraiva da Silva (Socorro Saraiva) é uma branca aliada!

Tenham uma boa leitura.

Apresentação

O conhecimento é a porta de entrada para as várias dimensões da vida. É de conhecimento que trata este texto que oferece em seu conteúdo o abrilhantar de histórias e memórias de mulheres pretas velhas com idades entre 92, 84 e 78 anos.

Com o livro organizado em quatro partes a autora optou por trazer de início a dimensão pré-textual, uma homenagem a partir da letra de três composições da música popular brasileira ligando-as aos codinomes escolhidos para representar cada uma das personagens protagonistas das histórias aqui percorridas. Dona Cila, Dona Malu, Dona Clementina.

Maria Gadu, Milton Nascimento e Clementina de Jesus são interpretes e compositores que homenageiam as mulheres dentro do contexto histórico de histórias a serem desveladas. São três Marias. São vidas que pela história social em algum momento se entrecruzarão.

Em linguagem leve o texto encaminha o/a leitor/a para adentrar na história brasileira da população negra, tendo o estado do Ceará por referência, em que a construção de movimentos negros e negritudes preconceituosamente foram através dos tempos inviabilizados.

Na parte inicial com o tema: *Os silêncios da história: da oralidade à visibilidade das memórias de mulheres negras velhas acima de 70 anos*, tem-se uma apresentação e introdução da pesquisa, como ocorreu o processo de construção deste trabalho e os caminhos seguidos para dar voz às mulheres negras. O capítulo I é desenvolvido de forma a adentrar nos depoimentos relativos às histórias memoráveis de velhas negras invisibilizadas e

visibilizadas neste trabalho.

A segunda parte trata da escolha metodológica da história oral como possibilidade de resgate de lembranças retidas na memória. O capítulo-*Quem conta nossas histórias percorre alguns caminhos*, remetem-nos nos diretamente as falas dessas senhoras negras desenvolvidas por momentos vividos na infância, na família, no trabalho, nas relações de gênero, na vida social e relações sociopolíticas. Nesse interim os silêncios vão sendo quebrados e as invisibilidades desveladas. Ao leitor é dada a possibilidade de ir compreendendo o que se passa na história dessas vidas tendo a análise de cada eixo amparada por teóricos que definem história, memória individual, memória coletiva e relações de classe.

Na terceira parte, intitulada, *Memória coletiva e envelhecimento: memórias de velhos e de velhas, interpretações das lembranças*, o capítulo I apresenta os contextos sociais, políticos e teóricos que definem envelhecimento e velhice descortinando mitos que não condizem com as atuais conjunturas brasileiras em que a população, àqueles/as que chegam à terceira idade, vivem mais prolongadamente. Por definições e teorias suscitam-se políticas públicas de estado para um país que tende a ter uma população de idosos em maior número do que havia sido previsto no século XX.

Movimentos Sociais e Movimentos Negros é o título dado à quarta parte desta produção que está moldada em três capítulos. O capítulo I tem nas ações afirmativas o resgate das andanças de militantes e nas militâncias negras as histórias da população brasileira em sua intensa composição. As ações afirmativas reafirmando que as lutas se deram em todos os tempos da história de resistência negra às investidas de racismo e preconceitos. Os resgates históricos teóricos definidos nesta produção trazem a colaboração de teóricos que se destacam em proposições críticas às produções literárias e também as ações dos movimentos que nos contextos históricos oram avançam, ora retrocedem para

novamente empreenderem novas lutas. O segundo capítulo, apresenta um recorte histórico sobre os Movimentos Negros no estado do Ceará. Movimentos religiosos, movimentos de base cristã, movimentos políticos e sociais de homens negros e mulheres negras que desde a juventude tomam e retomam sobre si as responsabilidades de construção de uma sociedade mais respeitosa para com os direitos das populações negras. Identidades e negritudes é o tema central do capítulo terceiro que demonstra a construção e desconstrução de identidades nacional. Também neste capítulo há preâmbulos que definem segundo alguns teóricos, como se dá a construção da identidade ou identidades negras em uma sociedade intrinsecamente preconceituosa, que às vezes sugere a negação de origem pessoal e de lugar para que se tenha uma aparente necessidade de aceitação de pessoal e social. São estudos que procuram dá contribuição reflexiva para avaliação e aprimoramento em outras pesquisas.

Os conhecimentos aqui apresentados têm toda importância na forma de produção e colaboração política e social na tentativa de que possa auxiliar a academia como texto teórico e ações afirmativas dos movimentos negros. São as histórias e as memórias que dão base para que as novas gerações possam se fortalecer em novas lutas a partir de novos contextos.

Introdução

Maria Saraiva da Silva

Através de averiguação apresentamos, a partir do estado do Ceará, histórias de mulheres velhas negras que, com suas vozes, fizeram ressurgir da base social lembranças de vários períodos que marcaram, significativamente, suas vidas.

Produto da conclusão do mestrado em educação na Universidade Federal do Ceará, para esta pesquisa foram realizadas três entrevistas e a cidade de Fortaleza foi o campo da investigação.

Para tanto, necessitou-se de alguns encontros preliminares na busca do perfil de mulher negra, com mais de setenta anos, que compusesse o objeto do trabalho em sua definição. Para se chegar à preleção houve alguns contatos com o/as filho/as destas mulheres, para explicar o que se pretendia realizar, a partir de uma entrevista com suas mães, que se tornariam protagonistas de uma pesquisa de pós-graduação. Da mesma forma, contactou-se com as mães negras, por duas ou três vezes, até marcarmos os dias das visitas.

Nas reuniões de orientação para a pesquisa, definimos a metodologia e os sujeitos que melhor corresponderiam a problematização. Com este compromisso, e das reflexões sobre a definição do perfil das senhoras negras e das atividades dos/as filhos/as nos movimentos sociais, chegamos ao objeto e objetivo da pesquisa que foi: Entrevistar mulheres negras cearenses, com mais de setenta anos, mães de militantes dos movimentos sociais negros, utilizando a metodologia de história oral.

Como orienta o Manual de História Oral, como fonte de pesquisa, houve um processo de busca por militantes negros cujas mães tivessem mais de setenta anos. Encontramos três, mulheres velhas negras que se encaixavam na proposta. As idades correspondiam (92, 84 e 78 anos) e o filho e filhas são militantes de movimento negro (MNU, UNEGRO, MARACATU). Com o/as filho/as, contatados, definimos as datas para visitar as suas mães. O tempo disponível delas era pequeno e as prováveis datas sempre coincidiam com ações que estas senhoras desenvolvem, como viagens, trabalho e atividade religiosa.

Tendo os instrumentais em mãos: gravador e questionário norteador da pesquisa, ouvimos os depoimentos e assim fizemos a primeira visita a cada uma das três mulheres. Com isso, apresentamos neste texto a análise das interlocuções realizadas com mulheres negras velhas, de 92, 84 e 78 anos.

Através das entrevistas e questionário, buscou-se obter dados das memórias que revelassem como estas mulheres se percebem, ou não, como sendo negras na sociedade cearense que tem, tradicionalmente, o ideário de ausência de população negra.

A primeira fase de análise ocorreu tendo os dados coletados através de questionário e gravação de áudio. A segunda fase foi realizada com a gravação de vídeos em câmara fotográfica e os resultados entrelaçados ao referencial teórico bibliográfico e compilados as considerações finais.

Antes da aplicação do conteúdo de cada instrumental, houve esclarecimentos para as entrevistadas sobre o teor do trabalho e a importância de sua contribuição, na construção de uma nova história social, que pretende reconhecer a participação das mulheres negras em diferentes dimensões da sociedade. Após esta explanação e preenchido o questionário com perguntas objetivas, iniciou-se a entrevista gravada, seguindo os questionamentos propostos.

Com isso, pretendeu-se contextualizar as relações de gênero e raça em suas trajetórias individuais e coletivas. Desejou-se,

também, perceber se as reflexões provenientes dos Movimentos Negros têm influência nas relações familiares dessas mulheres. Ainda com as falas cuidamos de observar se elas falariam de questões raciais, referindo-se a preconceitos e ações sociais que levam à discriminação. A tentativa desse primeiro exercício foi obter destas histórias e memórias, fatos que marcaram as suas vidas e, conseqüentemente, lançar novas luzes sobre história oficial e social.

Como características das entrevistadas têm-se: mulheres negras, uma profissional de cozinha, outra dona de casa, e a última costureira. Por suas idades são consideradas, idosas, por terem mais de 70 anos. Estas velhas negras são mães de ativistas de movimentos sociais negros.

Optamos pela escolha de um nome fictício para as entrevistadas no sentido de preservar as suas identidades, visto que seu e filho/as têm engajamento nos movimentos sociais negros. Por isso, temos o zelo de ter os nomes de suas mães não revelados, quando particularidades de suas vidas são aqui apresentadas no sentido de dar contribuição as histórias sociais. Doravante serão, portanto: Dona Cila (92), Dona Malu (84) e Dona Clementina (78) todas, como informamos anteriormente, residem na cidade de Fortaleza capital do estado do Ceará.

A escolha pela temática, memória e história de vida de mulheres negras com idades acima de 70 anos, surgiu em meio às experiências de minha formação acadêmica e empírica, enquanto, Educadora/Teóloga e Historiadora, dos Movimentos Sócios religiosos nas Comunidades Eclesiais de Base-CEB's, do Movimento Negro, das Conferências de Promoção da Igualdade Racial e Fórum Permanente de Diversidade Etnicorracial.

Pelos conhecimentos adquiridos e experiências, enquanto professora e pesquisadora, o texto dissertativo aqui apresentado, remeteu-nos, para a utilização da metodologia de história oral, que em manual próprio, orienta para a definição inicial do objeto de estudo e de instrumentos para coletânea de dados, supondo, a

existência de um projeto inicial, e prévio conhecimento dos sujeitos em questão.

Neste trabalho apresentamos os conhecimentos, provenientes da memória de mulheres negras, consideradas velhas, nascidas no estado do Ceará, cujo/as filho/as são ativistas dos movimentos sociais negros.

Os velhos, segundo Bosi (1994), detêm em suas memórias conhecimentos acumulados que podem ser trazidos à lembrança, quando precisarem recordar de algo que possa ser importante. Mesmo parecendo estarem esquecidos, o estímulo de terceiros, poderá fazer com que recordem de fatos passados, com mais facilidade do que quando eram jovens ou adultos. Dar destaque a história destas mulheres, é fazer contraposição ao ideário de inexistência de população negra no Ceará.

Parte I

Os silêncios da história: da oralidade à visibilidade nas memórias de mulheres negras velhas acima de 70 anos

A Dona Cila

Cila

De todo o amor que eu tenho
Metade foi tu que me deu
Salvando minh'alma da vida
Sorrindo e fazendo o meu eu

Se queres partir ir embora
Me olha da onde estiver
Que eu vou te mostrar que eu to pronta
Me colha madura do pé
Salve, salve essa nega

Que axé ela tem
Te carrego no colo e te dou minha mão
Minha vida depende só do teu encanto
Cila pode ir tranquila

Teu rebanho tá pronto
Teu olho que brilha e não para
Tuas mãos de fazer tudo e até
A vida que chamo de minha
Neguinha, te encontro na fé

Me mostre um caminho agora
Um jeito de estar sem você
O apego não quer ir embora
Diaxo, ele...

(Maria Gadú)

A Dona Malu

Maria, Maria

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca

Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

(Milton Nascimento)

A Dona Clementina

Não vadeia

Não vadeia Clementina
Fui feita pra vadiar
Não vadeia, Clementina
Fui feita pra vadiar, eu vou...

Vou vadiar, vou vadiar, vou
vadiar, eu vou
Vou vadiar, vou vadiar, vou
vadiar, eu vou

Energia nuclear
O homem subiu à lua
É o que se ouve falar
Mas a fome continua

É o progresso, tia Clementina
Trouxe tanta confusão
Um litro de gasolina
Por cem gramas de feijão

Não vadeia Clementina
Fui feita pra vadiar
Não vadeia, Clementina
Fui feita pra vadiar, eu vou...

Vou vadiar, vou vadiar, vou
vadiar, eu vou
Vou vadiar, vou vadiar, vou
vadiar, eu vou

Cadê o cantar dos passarinhos
Ar puro não encontro mais não
É o preço que o progresso
Paga com a poluição

O homem é civilizado
A sociedade é que faz sua
imagem
Mas tem muito diplomado
Que é pior do que selvagem

(Clementina de Jesus)

Capítulo I

Histórias de invisibilidades e visibilidades: Mulheres Negras Velhas e suas histórias memoráveis

1. Pressupostos de Introdução ao capítulo

Com esta pesquisa, tentamos compreender como no processo social, político e histórico ocorre à invisibilidade atribuída à população negra no Ceará. E no tocante as mulheres negras, verificamos que há em suas histórias de vida contribuições sociais, políticas, familiares, que instigaram olhares diferenciados sobre a história oficial, relações sociais e raciais aparentemente pacíficas.

Esta invisibilidade na minha compreensão, não é aparente ou corpórea de presença física, e sim, algo de introjeção no inconsciente coletivo, para que se leve a população a crer nisto, conscientemente. No caso específico deste estudo, a invisibilidade nos direcionou as categorias de gênero e de raça, pois o fato de ser mulher e negra gera-se uma duplicidade de preconceitos.

Dar visibilidade as mulheres negras ao contar suas histórias de vida, era uma das metas da pesquisa quando nos propusemos a ouvir suas vozes caladas há anos. Buscamos das suas memórias e lembranças, representações multifacetadas de histórias de vida, que até então, estavam despercebidas a olhares minuciosos.

Com o olhar mais apurado, selecionamos informações que foram consideradas, quando indagamos sobre como essas mulheres se percebem etnicamente. Notamos que em alguns momentos de

suas vidas, sofreram ações discriminatórias, sexismo e machismo. Estes elementos percorreram os caminhos da vida destas mulheres, desde a infância a velhice. E também, compreendemos que algumas dessas mulheres enfrentam positivamente essas agressões.

Nas entrevistas apresentadas, uma das mulheres negras profissionalmente é cozinheira, e sempre teve o próprio negócio. No seu trabalho, atendeu aos banquetes sociais da cidade de Fortaleza, e realizou viagens ao Continente Europeu, para aperfeiçoar seus cardápios, como no caso da cozinha francesa. A segunda velha entrevistada desenvolveu seu trabalho em um estado de enfrentamento. Como moça negra do interior do estado, deixou a zona rural em que vivia com a família, aprendeu e se aperfeiçoou em alta costura, trabalhando para um ateliê na capital. A terceira interlocutora é dona de casa, que em virtude de problemas com a saúde teve que se aposentar mais cedo.

A minha experiência em estudos afro-brasileiros e acompanhamentos dos Movimentos Sociais Negros, contribuiu para a escolha dos temas selecionados que seguiam as análises os quais pensei serem os melhores que subsidiassem ao que a problematização desejou responder: o que seria ser mulher negra na sociedade cearense, repleta, de preconceitos e da negação de existência de povo negro.

1.1 Memórias familiar

Esse assunto destaca a importância da família na vida destas mulheres negras, com isso, descobrimos que a formação familiar se apresenta para elas dentro de uma ordem de relações etnicorraciais mistas, em que pretos e brancos, ao constituírem família, passam por alguns problemas referentes a preconceito racial. É na família de origem, que os dinamismos raciais foram se constituindo, para que na família atual firmassem suas identidades de mulheres negras e mães.

1.2 Memórias de trabalho

De suas vidas de mulheres negras, percebemos que o trabalho ocupa na vida destas velhas o lugar da realização, da concretização da felicidade, porque do trabalho obtiveram conquistas, que vislumbravam, mesmo que timidamente. O trabalho de cozinheira propiciou a uma delas além do seu sustento e da família, viagens a alguns estados brasileiros como, também, a vários países do Continente Europeu.

Ter sido costureira de ateliê e depois trabalhando por conta própria, aproximou outra entrevistada da elite social cearense, algo que ela, considera importante, porque desde criança sonhava em possuir bens materiais, como roupas, calçados, joias que a fizessem sentir bonita e importante. Ao lembrar que costurou o vestido para a moça que foi em sua época de juventude a, Miss Ceará e Miss Brasil, transportou as lembranças para o lugar do ocorrido, falo isto, porque os seus gestos deixaram transparecer. A outra senhora logrou do trabalho de doméstica, algumas poucas realizações, que supriram o sustento frágil, dela e dos/as filhos/as, e um pouco de suas vaidades pessoais.

1.3 Memórias relacionais

Refere-se como foram se dando o desenvolvimento das relações de gênero das entrevistadas e a contribuição dos homens em suas vidas. Destaco as relações maritais e as relações com os familiares do sexo masculino. Percebi que duas das entrevistadas tiveram diversas uniões matrimoniais e que algumas vezes, estas se apresentaram conflituosas.

As três colaboradoras da pesquisa se tornaram viúvas, e uma delas está no terceiro casamento. A morte dos maridos trouxe sofrimento e para duas delas dependendo da circunstância, a morte do marido, fora até providencial. Contudo, as relações com os homens ocorreram por diversas circunstâncias e o desejo de

formação de uma família, teria sido a primeira delas. Já a relação com os genitores são citadas com intensidade, em vista do afeto que estes dedicaram aos/as filho/as, e a reciprocidade delas.

Sobre os filhos, identidade negra nos movimentos sociais e manifestações culturais afro-brasileiras – o objetivo da pesquisa partiu do pressuposto de que as mulheres pretas velhas seriam mães de ativistas do movimento negro cearense e que fossem naturais deste estado, residindo na capital. Com isto, justifico o subitem que apresenta a identidade negra de filhas e filho, construída na inserção nos movimentos negros. Concluí que as mães não influenciaram na inserção do filho/as nos movimentos sociais negros.

1.4 Memórias de ter sofrido preconceitos

É a análise e registro a partir do subtítulo que apresenta as lembranças de ações e reações ocorridas no decorrer dos tantos anos de vida dessas mulheres de 92, 84 e 78 anos de idade, no tocante a terem sido ou não vítimas de preconceito racial.

As respostas a essa indagação variam de acordo com o contexto o qual se referiam durante as entrevistas. Os preconceitos foram se manifestando em sociedade, e para uma delas em família, essa percepção surge das vozes das interlocutoras, às vezes explicitamente, outras vezes, intrinsecamente, aparentando preconceito velado. Para as velhas negras, o preconceito racial já esteve mais presente em sociedade, e nos dias atuais, esses atos não têm tanta expressividade, mesmo porque, segundo os depoimentos, a existência de leis repressivas aos atos de racismo, deu uma contenção em ações deste tipo.

Outra questão posta para esta narrativa, e que para uma delas parece bem resolvida, é referente aos casamentos inter-raciais, pois quando estes ocorrem segundo a senhora na entrevista, nascem crianças de pele bem mais claras. Por isso, ela diz que é difícil de saber quem é pessoa negra no Ceará. Debruçamo-nos analiticamente sobre esta afirmativa no sentido de

desconstruir esta quase “mitologia” da inexistência de negros na sociedade cearense.

1.5 Memória de Mulher Velha: o que é ser negra cearense?

Vi que, deslumbramento e experiência de vida, para as nossas interlocutoras são os conceitos que resumem as memórias do ser mulher negra no Ceará. Apresento o que conseguiram selecionar em suas lembranças passadas e presentes sobre o seu papel social.

São lutas e conquistas, que para estas velhas, só as tornaram mais fortes, tanto, que resistiram as muitas intempéries da vida e ainda permanecem prontas para revelá-las.

São mulheres negras que se tornaram independentes financeiramente, e independentes em suas diversidades, culturais e sociais, se apresentam como realizadas, por terem vitalidade até o presente, que as permite continuar vivendo dignamente, mantendo os ensinamentos aprendidos de seus antepassados. Dizem de si que são felizes e vaidosas.

Para elas, ser mulher preta cearense é permanecer mesmo na velhice, lutando, seja contra discriminações ou doenças, mais permanecer viva e lutando. São mulheres, pretas e velhas, que mesmo sem ter tanta consciência da importante contribuição que deram para a pesquisa acadêmica, se tornaram protagonistas das suas próprias histórias e com suas memórias se fazem presentes na sociedade cearense.

A elas agradeço a gentileza e reciprocidade, ao receberam a proposta de apresentarem ao público acadêmico e sociopolítico, as memórias e histórias de suas vidas, enquanto mulheres negras que em vários contextos e tempos históricos, participaram ativamente da construção da história social do estado do Ceará.

Capítulo II

Contextos de histórias e memórias

1. Memórias e dinâmica de origem e atual: um recorte familiar

Procuramos, neste ponto, indicar as dinâmicas familiares de diferentes pessoas, em diferentes contextos, como nos apresenta D. Cila, de 92 anos de idade, cozinheira por profissão, que trabalhava uma média de quarenta horas por semana.

Pouco frequentou a escola. Ela se considera analfabeta. Mora com a filha ativista negra com engajamento em um dos Maracatus da cidade.

Já trabalhou como cozinheira para várias famílias de influência social e política do estado do Ceará. Hoje, tem uma renda de aposentadoria de um salário mínimo. Por lazer o que mais gosta é passear com as filhas. É de religião católica. Seus netos são praticantes de religião de matriz africana, mas ela declara que todos são católicos. Não é militante de grupo religioso ou de grupos de movimento social.

Depois dos oitos anos quando vimos morar em Salvador meu padrinho tomou conta de mim eu era muito danada, trabalhava, namorava muito. Casei com quinze. Gostava muito de luxar, ainda hoje em dia o luxo eu não perdi. Aí, ele foi e tirou o nome do meu pai legítimo e botou o nome (sobrenome posto pelo padrinho). Eu só tirei (este sobrenome) do meio depois de cinquenta e cinco anos, quando eu não podia ter o nome de dois pais, fiquei só com o nome de meu pai legítimo. (Hoje os filhos). Tive três. Aliás, quatro com a que morreu. Tem, vivo três. Legítimas mesmo, só são duas porque eu adotei. Tem uma que

vem pra me conhecer. Tá doida pra me conhecer. Eu tive e o pai tomou. Porque, ele não tinha filha e queria uma menina. (D. CILA, 92 anos). (*sic*).

Esse propósito de se ter crianças no serviço doméstico, na exploração do trabalho, não ficou claro na narrativa. Porém, quando ela diz o que fazia e como é tratada pelo padrinho, torna-se explícito que a “adoção” é para o trabalho infantil. A história, desta preta velha, com quase um século de vida, é permeada de fatos e contextos diferenciados. Em suas respostas às entrevistas, ela quase não se referiu a infância, a não ser quando falou de muito trabalho e pouca brincadeira. A infância e adolescência foram bem curtas, pois muito cedo assumiu responsabilidades de mulher.

Outra entrevistada é Dona Malú, com 84 anos, residente em Fortaleza. É natural de um município da Região Metropolitana. Diz-se analfabeta, pois pouco frequentou escola. Está aposentada, recebendo dois salários mínimos. Considera-se religiosa, cristã evangélica. Filha de pai negro e mãe branca. Já participou de um grupo de idosos, no Centro Social Urbano-CSU do bairro em que reside.

O pai faleceu com mais de 100 anos e tinha a característica de ser calado. É viúva. Na juventude era costureira de um grande ateliê de alta costura, nesta cidade. Mulher, já madura, tornou-se profissional de costura independente do ateliê. Tem um único filho, mestre e praticante de um tipo de Capoeira: Capoeira Brasil, membro da União dos Negros pela Igualdade (UNEGRO).

Os contatos iniciais se deram em conversa com o filho na casa da investigadora, local em que ocorreu a proposta de realizar uma entrevista com a sua mãe. Ele aceitou e achou interessante. Em várias tentativas de conversa com ela, em que foi exposta a motivação para o trabalho, a mesma relutou, achou difícil conciliar os horários, até que se convenceu a marcar uma tarde para o encontro.

Neste caso, temos uma família com pai negro e mãe branca. Nossa interlocutora se empenha em negar os racismos, como um conflito familiar. Busca informar que a diferença dava-se apenas pela classe social:

Meu pai era negro, cabelo enrolado mesmo. Mais aí era casado com a minha mãe, (que era branca). O meu tio era rico e a família dele é toda branca, porque ele casou com mulher branca, e ele, era branco também, que era irmão da minha mãe. A diferença que tinha, é porque quando ia lá em casa, nós era muito pobre mesmo. Não sera muito pobre. Então a mamãe dizia que eu sofria por causa disto que só queria comer coisa boa. Pois, é. Tinha amor meu Deus a minha mãe. Há meu Deus do Céu. Tinha maior carinho por minha mãe. Depois que ela foi ficando doentinha. Foi ficando doentinha. Tinha dois irmãos, dois em casa. Meu pai velhinho. Eu quero que tu visse. Era velhinho, não tinha um dente furado. (D. MALU, 84 anos). (*sic*).

A condição social da família de D. Malu (84) era diferente em dois sentidos: a sua família de origem era família racialmente mista e muito pobre e a família branca do tio, era abastada. Neste contexto, ela não distinguia diferenças raciais, pois acreditava ser a família intrinsecamente bem relacionada.

O sentimento de pertença à família auxiliava a D. Malu (84) no fortalecimento para a busca de uma vida social e econômica distinta da vida que tinha com os pais. Nesta narrativa inicial, já se torna perceptível que, do coração da jovem, nascia o desejo de ser diferente, pois não aceitava de bom grado a situação de pobreza. Chegou à capital aos 18 anos e trabalhou para auxiliar, economicamente, seus pais. Hoje, viúva, vive da pensão do ex-marido e da venda de lanches em casa.

Ainda se tratando da dinâmica familiar, na atualidade, D. Malu (84), reside na casa em que vivia com o marido, só que dividiu em duas para acolher o filho e sua família e tê-los junto a si. Ela sempre se refere ao filho único com muito carinho e declara que, por sua personalidade e pelas boas relações sociais, nunca se

ouviu dizer, que o mesmo houvesse sofrido preconceito de qualquer natureza, muito menos preconceito racial:

Porque toda vida ele nunca foi criatura de rua. Toda vida se dedicou aos estudos dele. Nem nunca ninguém ouviu (dizer), este negro aqui perto de mim. Toda vida foi amigo de todos os alunos. Ele entrou no Judô cedo. Que é faixa preta. Passou por todas as faixas. Ai depois dele casado que morava aqui. Casado. Ai foi que certos tempos que ele passou pro negócio de capoeira. (D. MALU, 84 anos). (sic).

O fato de o filho de D. Malu (84) ter sido estudioso, ser caseiro e socialmente bem quisto, a fez ver na atividade da capoeira um meio de ele fazer mais amigos e ainda ensinar a outros jovens os conhecimentos colhidos dos seus mestres.

Já D. Clementina, de 78 anos, demonstra alegria ao dizer que alcançou várias das gerações, mesmo não sendo uma família com muitos filhos. Natural do interior do Ceará declara-se analfabeta. Vem de uma família de agricultores com doze filhos, sendo sete homens e cinco mulheres:

A minha mãe tem 107 anos, mora na Serra da Meruoca. Alcancei a quinta geração, minha bisavó, avó, mãe. A bisavó morreu com 112 anos, a avó com 107 anos. O meu avô na casa de minha avó, agente tinha medo porque ele tinha a oração de São Cipriano. Ele não dormia de rede, colocava a rede no chão para forrar a cabeça. Ele morava no mundo. La nos engenhos, nas casas de farinha. O meu pai nunca possuiu um terreno para morar. Era pedreiro, carpinteiro. Ele trabalhava no verão e no inverno na agricultura. Tive um filho (do primeiro marido). Vim embora pra cá. Antes de morrer ele pegou meu filho e deu o menino para a avó. Eu tive seis filhos (cinco filhos do segundo casamento). Meu marido atual é muito bom. (D. CLEMENTINA, 78 anos). (sic).

Estas lembranças remetem à infância no interior do Ceará que são, diretamente, ligadas às famílias de origem, que são do avô negro. Ter gerado cinco filhos, não lhe deu segurança de estabilidade na velhice. Vive, atualmente, com o terceiro marido.

Os/as filhos /os netos /as realizam visitas esporádicas. O filho mais novo mora na casa ao lado.

As respostas nos relatos da história oral destas pretas, parecem selecionadas cuidadosamente pela memória. Vez ou outra se recordam da sua pobreza, da fome e da fartura. Com isso, demonstram gratidão pela mãe, pelo padrinho, pelos avós. A declaração de amor feita à mãe por uma delas, entre lágrimas de emoção, pela evocação da memória, através de lembranças importantes da convivência coletiva em família.

Segundo Halbwachs (2006) como não vivemos e nem estamos sozinhos e sim em coletividade, através de terceiros é que somos motivados, interiormente, a nos recordar de acontecimentos que só nós, porventura, vivenciamos. Através de um breve questionamento suas memórias as fizeram recordar da vivência familiar, que está permeada por sentimentos e laços que as ligam aos parentes.

2. Histórias e memórias: sobre o lugar do trabalho nas vidas de mulheres negras

Dentre os desafios presentes na sociedade brasileira, mais efetivamente, na sociedade de classes, as diferenças de oportunidades de trabalho, a educação escolar ou a falta de qualidade na educação pública, resulta na exclusão de um contingente expressivo da população do mercado de trabalho.

Percebi nas histórias de vidas contadas para compor esta pesquisa que a infância foi negada às interlocutoras, no sentido de terem que trabalhar cedo. Deixaram a vida de criança para dar lugar à precocidade de vida adulta. Estudar, brincar e relacionar-se com outras crianças, foram realidades que quase não fizeram parte da vida destas mulheres. D. Cila (92), negra e pobre, remete-se ao seu passado de criança, lembrando como o trabalho, sempre esteve constantemente presente:

Comecei trabalhar com dez anos. Fazendo biscoito, rosca, quebrando coco catolé, fazendo rosário pra vender para ajudar. Me criei, assim, trabalhando todo tempo. Todo dia que Deus dava. Levantava cinco e meia e tirava o leite, botava leite pra qualhar. Tinha sempre leite em casa, assim. Ai pronto ele [o padrinho], ficava chamando agente todo o tempo. (D. CILA, 92 anos). (sic).

Ainda no mesmo contexto em que são crianças, por conta da manutenção familiar, foram obrigadas a trabalhar. D. Malu (84) relata que na infância trabalhava na agricultura, fato que a descontentava, pois mesmo contrariando os apelos da mãe, se comportava diferentemente dos irmãos e irmãs, quando se vestia com roupas, que não eram usuais para esta atividade e punha sapatos altos. Vejamos seu depoimento sobre a primeira infância:

Trabalhei desde pequena de 9 a 10 anos para a mãe ir ao roçado, limpando roça. Fui crescendo, fiquei moça e trabalhava em farinhada. A casa de farinha era do meu tio. Na época de algodão, saíamos cedo, para estar lá cedo. O roçado era de muitos donos. Não tenho saudades deste tempo. Aí, eu botei um roçado, aí nesta época eu já era moça. Plantei maniva, aí deu a mandioca. Aí, foi na época que eu vim pra cá, eu me empreguei e vim pra cá. Que eu me empreguei. Eu deixei a farinha toda em casa. (D. MALU, 84). (sic).

Por conta das necessidades de sobrevivência, desde cedo, meninos e meninas se veem obrigados a auxiliar no sustento da família. Outros/as foram cooptados de suas famílias ainda bem crianças, para serem empregados/as como domésticos/as, e outras atividades que se caracterizam na atualidade como exploração de trabalho infantil.

Das consequências do exercício laboral infantil, o abandono dos estudos, segundo algumas pesquisas sociais de educação é incontestável. É notório que se deixe de frequentar a escola, quando se inicia no mercado de trabalho e emprego, ainda na

infância e adolescência. A pouca formação escolar é uma das realidades que permeiam a vida das nossas entrevistadas. Contudo, na época de sua juventude e vida adulta, estas senhoras não se sentiam e não foram desqualificadas em suas profissões.

No caso das mulheres negras, como as que entrevistamos, o trabalho foi e o é de suma importância, pois dele tiraram a sua sobrevivência e a de seu/suas filho/as, e assumiram as responsabilidades de esposas, de mães. Este é o caso do depoimento de D. Cila (92) em que relata a sua atividade profissional, orgulhosamente, como alguém que tem prazer no que faz:

Sou cozinheira internacional. Eu trabalhei pro Náutico, trabalhei e passei oito anos em São Paulo. Lá era restaurante grande. Duzentas pessoas. O Náutico era um hotel muito chic. Eu cozinheiro aqui pra fora. Recebo. Jantar. Tudinho. Agora mesmo eu tô com uma festa, ainda não tá bem certa não, porque a festa desta menina foi à maior que eu dei, posso dizer em Tanguá, a dona daquele hotel. Foi festona. E agora parece que ela vai noivar e a mãe mandou me chamar. (D. CILA, 92 anos). (sic).

Torna-se então, perceptível que D. Cila (92) trabalha muito mais e por mais tempo, mediante necessidades criadas pela sociedade. Como vimos nas últimas linhas desta fala, alguns dos representantes de uma classe social abastada, ainda usam de “direitos” de usufruir do trabalho de uma mulher idosa que, porventura, já muito os serviu, neste caso, possa ser para economizar finanças, devido ser um trabalho menos remunerado.

Diante deste contexto, temos aqui uma mulher negra, em idade avançada sendo tratada como serviço doméstico. Mesmo com a categoria de quituteira de festas, sua profissão e sua idade não soam como de importância diante da família que a contrata. O fato de ser conhecida da família torna-se outro implicativo, o de desconsiderar o valor monetário do serviço prestado. É um bufê de mulher negra que está servindo aos convidados.

Ainda na atualidade, segundo os Cadernos Informação AMNB-1 (2012), com este tratamento dado à mulher negra, desde a fase de criança a velhice, se constroem os estigmas históricos sobrepostos à população negra. Caracterizando a inferiorização de pessoas através do serviço que prestam. Referido Caderno de informação diz que:

Este serviço serve para ilustrar a subordinação e a estigmatização que, ainda, recai sobre as mulheres negras, pois não apenas define um lugar na estrutura ocupacional, bem como marca uma diferença – ou desigualdade – pela relação que se estabelece no trabalho em virtude das diferenças de raça/cor, de classe social, de escolarização e de origem regional. (AMNB-1, 2012, p.22).

Esse curto relato, sobre o convite para cozinhar, exemplifica a importância de se aproximar do sujeito da pesquisa e resgatar suas lembranças, quando o objetivo é reconstruir uma história social que parecia, até o momento, omitida na história oficial. As lembranças da velha preta, ora são detalhadas, quando trata de relações sociais, ora são falhas, quando as recordações são relacionadas à sua família. O convite dirigido a esta senhora, aos 92 anos, não parece ter sido feito para usufruir de um banquete de noivado, mas para mão de obra, o que caracteriza subserviência em relação à mulher negra desde criança.

D. Malú (84), veio para a capital do Ceará para conseguir emprego tendo por propósito subsidiar o sustento dos familiares que ficaram no interior, principalmente o pai e a mãe, de quem ela apresentou ter um amor sem dimensão. Trabalhou de costureira. Aprendeu alta costura em um ateliê. Depois, por conta própria, em casa costurava todos os tipos de roupas femininas e masculinas. Passados os anos, além da aposentadoria, tem uma pequena venda lanches. Abaixo, vimos como, ao referir-se ao trabalho, D. Malu (84) o tem como possibilidade de continuar animada, viva:

Foi justamente na época que vim pra cá que eu me empreguei, arranjei este emprego e fui costurar. Eu costurava. Aí pronto,

depois eu passei pra costurar pra mim mesmo. Eu costurava mesmo pra homem e pra mulher. Você sabe que eu vendi, vendi muito ali no Centro Comunitário. Na porta do Centro Comunitário. Coxinha que eu fazia aqui. Aqueles bolos. Aqueles bolos gostosos eu nem tenho coragem de fazer, e que eu não posso comer. Torta de Abacaxi. Nesta época eu costurava muito e ganhava bem e nem fazia conta. Aí, depois quando eu parei de costurar, aí eu passei para CEASA. Botei um botequim aí. Hoje mesmo eu vendo estes bombomzinho. Uma pessoa que trabalhou a vida toda como eu, ficar encostada sem fazer nada. Heim? Só se for pra morrer mais ligeiro! Gosto de trabalhar graças a Deus. Porque primeiro tem meu ordenado. (D. MALU, 84 anos). (*sic*).

Para uma mulher idosa como D. Malu (84), nas proporções em que o tempo social e histórico se encontra, deixar de trabalhar significa invalidez e morte, pois sempre se manteve em atividade e com independência financeira desde a mocidade.

Com relação ao trabalho, com D. Clementina (78) não foi muito diferente. Segundo o que percebemos, ela foi como tantas outras mulheres negras que, em sociedade, vendem sua força de trabalho em atividades como a de empregada doméstica e/ou como zeladoras, trabalhando em serviços gerais, fora mal remuneradas e como as demais, não passíveis de direitos de igualdade salarial e de gênero. E relata:

Quando eu vim pra cá trabalhei muito tempo em casa de família. Trabalhei de doméstica na Aldeota, era doméstica. Morava na Varjota. Moramos 13 anos. Nasceram lá, [os filhos (as)], tudim. Vim para cá. Viemos pra essa casa aqui. (D. CLEMENTINA, 78 anos). (*sic*).

Diante destas lembranças, procedentes das memórias das velhas negras, temos a nossa frente o que, analisando a memória de velhas negras em São Paulo, denominou de “nuances, a memória substância” (BERNARDO, 2007, p.53).

Bernardo (2007) faz referência às mulheres negras residentes na capital paulista, com as quais teve contato dizendo,

que sempre trabalharam e que iniciaram suas atividades laborais ainda na primeira infância, auxiliando as mães ou outros familiares que também, desde muito novos, buscaram sustentar-se e aos demais, no sentido de se manter ao menos uma sobrevivida.

Muitas destas mulheres começam suas atividades trabalhistas no campo. E nos centros urbanos, se matem como domésticas ou marmiteiras. Jovens ou em vida adulta, ainda exerciam as mesmas funções de quando eram crianças. Dessas mulheres pretas e velhas, são raros os casos em que suas atividades obtiveram qualificação, como, o das costureiras ou as que trabalhavam em fábricas (BERNARDO, 2007).

A manutenção da família é fato muito presente, nas memórias, das senhoras entrevistadas. Em primeira instância estava o auxílio aos pais e a criação dos filhos. O trabalho empreendido desde a infância perpassa toda vida, até a velhice. O desejo de ter uma vida melhor do que a que os pais podiam oferecer desencadeou, nessas mulheres, forças para saírem de várias situações de dificuldades.

Ser costureira em um ateliê propiciou a D. Malu (84) uma vida muito diferente da que tinha na casa dos pais, visto que, o trabalho na lavoura consumia sua juventude. Convivendo com uma família de prestígio econômico e social, na oficina de costura, a entrevistada, aproveitou a oportunidade para se capacitar e, por muito tempo, exerceu a profissão de costureira de ateliê, costureira independente e dona de casa.

Referindo-se às atividades desenvolvidas por mulheres negras, Bernardo (2007, p.53), relata que: “A dupla jornada de trabalho tão discutida pelas ciências humanas e pelas feministas, nas décadas de 60 e 70, mostra-se como um fato antigo da cidade, quando penetra na memória das velhas negras”.

A atenção para com os pais, era o seu maior propósito, relembra D. Malu (84), mesmo depois de ter contraído matrimônio, como ouvimos na fala a seguir:

Eu costurava. Foi na época que ela adoeceu mesmo. [A doença da mãe preocupava Malu]. Aí disse: papai eu não posso... todo o dinheiro que eu ganhar aqui eu mando pra minha mãe. Aí eu trabalhava, quando era final de mês o meu pai vinha. Meu pai, velhinho. Eu quero que tu visse. Ele vinha buscar. Eu fazia aquele horror de compra do meu dinheiro todim. Aí mandava pra ela. Mandava leite. Mandava doce. Mandava o que eu podia mandar. Aí, o resto eu botava num papelzinho: tá aqui papai isso, quando você chegar em casa pro Senhor comprar de carne pra vocês comerem. Era carne de gado. Eu sei que do tempo em que ela esteve doente até eu casar meu negócio era esse mesmo. (D. MALU, 84 anos). (sic).

As lembranças que D. Malu (84), guarda sobre este período são de muita alegria, de ajuda à família e aprendizado, pois se firmou na profissão que, no futuro, lhe daria a possibilidade de independência financeira e sustento familiar. A sua relação com as donas do ateliê de costura é de proximidade familiar, pela intimidade com que se tratavam e, pelo que se pôde perceber no depoimento abaixo, que traduz a fala das empregadoras e de suas filhas:

Aí as filhas [da proprietária do ateliê] diziam assim: Malú, eu não sei como tu anda, tão boa e tão alinhada. Porque, todo o dinheiro mamãe, que ela pega, manda pra mãe dela, de coisa pra mãe dela. Mas o que, lá na casa era duas, ganhavam muito bem, que eram todas duas formadas. Elas compravam aqueles sapatos. Tinha uma delas que é a [...] Se ela fizesse um vestido. E ela não gostasse. Quando era no outro dia. Ela dizia: [...] eu vou te vender este vestido. (Eram seis costureiras). Eu vou dizer que vendi este vestido pra ti. Mas só que eu não vou vender. Quando as outras perguntar. Tu diz que eu te vendi por tanto. E assim, as duas faziam isso comigo. Então eu andava super alinhada. Do jeito que sonhava. De comer bem, vestir bem. Andar toda alinhada. Do jeito que sonhava. Do mesmo jeito que eu pensei. Não sei se era por causa da bondade que eu fazia com a minha mãe. Sei não. (D. MALU, 84 anos). (sic).

No caso desta entrevista, apresenta-se uma exceção diante das realidades que se tem, pois foi uma das poucas mulheres negras de sua geração que se qualificaram como costureira. E mais, do seu trabalho, conseguiu sustentar a família e concretizar seus sonhos de ter uma vida com mais dignidade. Indagada se acreditava que isso ia acontecer, ou seja, mudanças na sua vida na forma como havia sonhado, e se chegou a juntar algum dinheiro do que ganhou nesta atividade. Ela respondeu positivamente e com muita alegria. E relatou:

Eu acreditava. Mulher eu acreditava. Não ajuntava. É sim. A depois, a depois, eu mandava pra minha mãe, ainda ficava um pouquinho que eu botava, ainda ficava um pouquinho que eu botava lá na Caixa Econômica. Na Caixa Econômica que tem lá. Na Praça do Ferreira. Pois era ali que eu botava. Foi tanto que quando foi pra eu casar [a compra do enxoval] foi deste dinheiro que eu tirei. (D. MALU, 84 anos). (sic).

Das conclusões de Bernardo (2007) sobre o trabalho das mulheres negras, no período que surge das lembranças das entrevistadas, são de sempre terem trabalhado muito, de terem um salário baixo e o desejo de possuírem casa própria.

Segundo Bernardo (2007, p55) “[...] o relato acima transcrito coloca em evidência dois elementos importantes: o do movimento de memória e o da poupança no cotidiano da mulher negra”.

Em vários casos Bernardo (2007) relata que as poupanças que as mulheres negras faziam tinham como destino a compra da casa própria, devido à incerteza de moradia, pois morando de aluguel, além da discriminação eram vítimas da “mobilidade ocupacional”, nos territórios urbanos.

No caso da preta velha, à qual esta entrevista se reportou, a poupança teve como destino a organização de seu casamento, como apresenta a transcrição acima. Mesmo nos dias atuais ela considera ser muito importante que se tenha economias guardadas para eventuais necessidades.

Das lembranças que a entrevistada rebuscava na memória o entusiasmo era evidente, quando se referia ao ateliê de costura, pois sempre demonstrava certa gratidão para com as patroas e clientes. A senhora, se recorda deste tempo com detalhes. Lembra ter trabalhado na costura do vestido de uma cliente de potencial importância, a moça cearense que concorreu ao Concurso Miss Universo em 1950, Emília Correia Lima-Miss Ceará e Miss Brasil. E relata a seguir:

[...] foi a primeira Miss que eu tenho lembrança. Que era a mulher mais linda. Que era ela parece que era até da. Parece que ali de São Gerardo. Parece que ela morava por ali. A Miss Brasil foi a Miss Ceará. Miss Ceará. De primeiro era por medida. Ela só não foi “Miss Universo”, por causa de um defeito, que essa medida daqui não deu certo, pra ela ser miss universo. Mas era linda, na. Tu é doida. Era muito linda. A Emilia Correia Lima, era linda. Podia se dizer assim, era linda. Agora estas meninas que são miss. Não chega nem perto. Nem perto mesmo. (D. MALU, 84 anos). (*sic*).

O ateliê era a fonte de trabalho, de relações sociais e culturais que a interlocutora apresenta no seu íntimo, em suas memórias mais significativas. Este é o lugar e o tempo da história de sua vida, em que viu os seus sonhos e desejos de realização material se concretizar.

Neste lugar e tempo D. Malu (84) viu e construiu novas possibilidades sociais que modificariam sua vida cotidiana. Em suas memórias, este concurso de beleza teve importância tal, que destacou o ateliê como sendo o produtor dos vestidos da Miss Ceará. Com isto, as congratulações foram para todas as profissionais que contribuíram. Por esta razão, D. Malu (84), apresentou um vislumbre de lembranças que, gestualmente, demonstraram as emoções que a memória lhe permitira:

Eu ajudava. Como eu lhe digo. A patroa pegava. Que ela costurava mesmo pra alta sociedade. É. Tinha as da máquina.

Nessa época tudo era na mão menina. Se você visse o vestido, que eu era mais desta parte aí que pregava, esta parte aí toda de renda. O corpo todinho do vestido, feito na mão, na renda. Pregado tudo em mão. Aquelas pérolas bonitas. Aquelas coisa bonitas. Os bordados que vinha só aqueles desenhos que a patroa cortava. Tinha as da máquina, as da mão e tinha as que terminava. Aí tinha as provas. Pronto e daí era costura, era costura, as costura dela era a coisa mais linda. As caldas, a calda pra ela desfilar, foi aonde eu vi mesmo, era daqui pra colá, aquelas caldas toda bordada naquele, naquele paeté. Tinha muita pedra brilhosa, linda, linda menina. Eu passei também por muita coisa boa. Muita coisa. Muita mesmo. Graças a Deus. Importantes né. (D.MALU, 84 anos). (*sic*).

A vida de mulher e profissional de D. Malu (84), pelo menos não se tornou perceptível, ainda em si, há circunstâncias, em que ela possa ter-se sentido discriminada pela condição social ou racial. Existe em sua fala muitas lembranças que a fazem recordar de muito trabalho, e sempre na esperança de progresso financeiro, para manter-se e manter a sua família. No ateliê considerava que todas as clientes tinham sua importância, se referindo ao destaque de classe social. Ao desejar saber, sobre quem e que características as clientes apresentavam, ela se refere a essas pessoas, como de elite social:

O pessoal da alta sociedade. Da sociedade. Todas eram importantes. Não tinha nenhuma como nós não. Todas eram importantes. Todas eram chique. Como diz a menina. (D. Malu, 84 anos). (*sic*).

Eram de admiração os sentimentos que D. Malu (84) expressava nesta fala sobre os tipos de pessoas que se relacionara, enquanto costureira. Com isto, não apresentou em qualquer momento, gestos ou falas que a tenham feito sentir-se menos importante que as clientes do ateliê, contudo, sabia reconhecer por experiência, as diferenças entre as classes sociais.

Também se referindo as relações de classe D. Cila (92), por ser cozinheira e ter trabalhado em vários lugares, aprendeu a fazer

pratos variados, enriquecendo seus conhecimentos e, com isto, conquistou muitas amizades entre famílias consideradas de elite, tanto no Ceará, quanto em outros estados. Quando indagada, sobre os tipos de comidas que prepara, a resposta pertinente permitiu que recordações aflorassem para trazer a sua mente nomes de pessoas suas conhecidas e lugares por onde passou:

Faço. A comida eu faço. Só nunca fiz gente. Mas, todo tipo de comida eu faço. Todo tipo. Brasileira, francesa, italiana, todo tipo de comida eu faço. Galinha francesa, Galinha italiana. Macarronada portuguesa, macarrão simples, macarrão brasileiro, galinha de casa, cabidela, guisada, frita, todo tipo de comida eu faço. Porque eu viajei muito, fui pra São Paulo. De São Paulo, eu trabalhei dez anos na Works em São Bernardo do Campo, eles cozinhavam muito bem, eu tinha vontade de aprender morava de frente, onde morreu aquela, a cozinheira boa que morreu, Ofélia, quando eu queria alguma coisa que eu não sabia, Ofélia me ensinava. Sim, Onela, também, seu Chirrab cozinhava muito bem, ele era italiano. Ele fazia um macarrão italiano pra ninguém botar defeito, eu nunca vi ,ele fazendo, era muito difícil comprar macarrão, que ele sabia fazer macarrão, fazia enchia as prateleiras, depois botava na caixa, quando queria era só botar. (D. CILA, 92 anos). (*sic*).

As lembranças de D. Cila (92) sobre os tipos de pratos preparados por diversas vezes em sua vida, também, a remetem a pessoas que para ela, são de muita importância, por terem colaborado em seu aprendizado de cozinheira.

Segundo Bosi (1994, p.60), as lembranças que os idosos detêm em suas memórias dão possibilidade para o surgimento de “hipóteses psicossociais”, ou seja, nas lembranças dos velhos, estão contidos fatores psíquicos que, claramente, constroem uma história de base social. Por toda a experiência adquirida em suas vidas, familiar, social, cultural, histórica, suas memórias estão mais bem desenhadas e propensas a recordações do que a memória de pessoas mais jovens.

A velhice não representa na vida de D. Cila (92), distanciamento das lembranças. Ela recorda com afinco detalhes

da sua profissão de tal forma que nos pareceu estar exercendo seu trabalho, vigorosamente, como fazia na juventude. A história de vida e a memória desta senhora, por várias vezes, apresenta uma lucidez que deixa transparecer os sentimentos que expressou quando viveu os momentos narrados. Esta mulher em idade que socialmente é caracterizada como idosa, não apresenta em sua fala, espírito de descontentamento com a vida, mas vivacidade de quem em algumas circunstâncias, soube aproveitar as coisas boas que a vida lhe oportunizou.

3.Histórias e memórias: sobre relações de gênero

São compreendidas como relações de gênero situações “psicossociais e culturais” que nos contextos históricos vão sendo ressignificadas dadas às atribuições do ser masculino e feminino. Portanto, “gênero se refere às relações sociais de poder e às representações sobre os papéis e comportamentos de homens e mulheres na nossa sociedade” (MADEIRA; MOTA, 2010, p. 79).

No Brasil as disparidades de gênero se apresentam para as mulheres, em muitas vezes, referindo-se aos direitos de cidadania e conflitos com o sexo masculino. Condições essas que se iniciam já na infância e podem se prolongar por toda a vida como relata D. Cila (92):

Agente nunca foi de brincar junto com menino que ele não deixava [o padrinho]. Só era menina. Era uma coisa horrorosa. Casei com quinze. Meu marido morreu tinha seis meses de casado, o primeiro. Nenhum era preto. O meu primeiro marido era um mulato muito chegado. O segundo, ele era alvarento, que era do Juazeiro. Meio alvarento. O terceiro o trem, o carro matou enfrente os merceiros, [farmácia no centro da cidade de Fortaleza]. De meu primeiro marido, pouco tempo nós vivemos juntos. Eu casei 15 de janeiro, ele morreu em 20de janeiro. Passei viúva bem uns 8 anos. O meu segundo marido eu passei 3 anos casada com ele. Agora daqui, o finado [João] foi que eu passei só 15 dias casada. Com o [Antero] eu passei casada 24 horas. Casei. Nem tenho marido nem

nada. Casei 3 vezes, nem tenho marido. Não tenho nada. Casei 3 vezes e não tenho marido. (D. CILA, 92 anos). (sic).

A história de vida de D. Cila (92), na dimensão das relações de gênero, está repleta de sentimentos e de perdas. Foram casamentos breves e algumas marcas de conflitos tornaram-se perceptíveis, porque o homem com quem teve a segunda filha, também morreu em acidente. Este ponto da entrevista ocorreu em meio a recordações, dores e lamentos, principalmente, por estar sem companheiro, quando tantos se fizeram presentes. Os homens próximos à entrevistada foram o genitor que a doou para o padrinho, tornando-se “filha adotiva”, os maridos com convivência breve, os sobrinhos que criou em virtude da morte precoce da irmã.

No tocante a relação gênero-raça, D. Cila (92), relata que nenhum dos maridos era preto. O padrinho era branco, assim como, a família dele. A relação com a mãe e com a madrinha que a criou, não foi mencionada neste primeiro contato, passando a impressão de que sua mais intensa convivência fora com pessoas do sexo masculino, aparentando características, de fragilidade feminina, como as sociedades querem determinar, que as mulheres sejam.

Diferente de Dona Cila (92), Dona Malú (84), casou uma única vez e teve um filho. A convivência com os homens que lhes são próximos lhe deu momentos de alegria e realização como esposa e mãe:

Eu conheci meu velho, eu morava com a minha irmã na Itaoca [Bairro de Fortaleza]. Fazia uma semana que agente tinha feito a mudança dela para a Itaoca. Aí era um dia de sábado, era as festa em Parangaba [Nesse tempo era um Distrito da Capital]. Em Parangaba que existia as festa de final de ano. Quando foi neste dia, quando que eu vinha, vinha da Itaoca... Quando ele subiu, na... Eu subi no ônibus que, ele subiu no ônibus. Aí agente sente, quando... a pessoa! Aí meu Deus do Céu. Ele ia pra casa de uma madrinha dele. Aí ele conta: Aí ele disse: “Madrinha hoje eu encontrei uma moça no ônibus. Que aquela ali vai ser a minha esposa. Aí passou seis meses e nós casamos. Seis meses eu. Quando eu casei com ele

tinha vinte e nove anos. Eu tinha quase trinta né. Ele também. Era diferença de meses. (D. MALU, 84 anos). (*sic*).

Duas circunstâncias favoreceram a aproximação de D. Malu (84) àquele que, em futuro próximo, se tornaria seu marido: a mudança da irmã para um bairro da periferia e a festa de final de ano na Paróquia do Bairro Parangaba. O primeiro encontro no transcurso do ônibus foi crucial para despertar o interesse dos dois, que desencadeou um forte sentimento, levando-os a casarem em um curto espaço de tempo.

D. Malu (84) retirou de suas memórias, lembranças tão fortes sobre este primeiro encontro, que de seus olhos brotaram lágrimas, aparentando alegria e, ao mesmo tempo, saudade do companheiro de muitos anos de casamento. Para o período histórico-social casou-se já madura, aos quase 30 anos, quando se exigia, efetivamente, que bem mais cedo as moças contraíssem matrimônio. Com o noivo, praticamente da mesma idade, não houve qualquer impedimento para que ocorresse o matrimônio.

Vale ressaltar que outro fator importante que favoreceu a atração de D. Malu (84), pelo rapaz que se tornou seu esposo foi à profissão que ele exercia. Um jovem mecânico-soldador, negro, muito solicitado pelos clientes no serviço que prestava. A oficina em que trabalhava o jovem pretendente estava localizada, próximo a um edifício-solar intitulado “A Casa do Português”, que se tornou um dos patrimônios arquitetônicos da cidade de Fortaleza. E relata:

E era interessante que a coisa que eu tinha mais vontade que era de casar com um rapaz soldador. Que ele trabalhava ali no prédio do Português. Né. Prédio do Português Avenida. [João Pessoa, Bairro Dama]. Bom, pra mim ele não era bonito não, ele não era bonito, mas era muito delicado. Todo mundo gostava dele. Ah, todo mundo gostava dele. Ele era um grande mecânico. Até no jornal ele saiu. Nesta época. Um grande mesmo. É tanto que eu me aposentei com salário. Mas, ele não ganhava só salário não, ele ganhava bem. Era. Aí foi mudando. Aí ele. Sim aí. E o meu velho nunca tinha ciúme de mim, essas besteiras. Nunca teve

não. Toda vida a minha casa foi muito animada. Meu velho nunca teve ciúme de mim. Eu fazia questão de nunca me separar do meu velho. Eu casei por amor mesmo. Eu só tive um filho. Eu me caseie fiquei viúva. (D. MALU, 84 anos). (sic).

O sonho de casar com um rapaz soldador, se concretizou para a jovem Malu. O reconhecimento profissional do marido, a deixava muito vaidosa, pois seus trabalhos ganharam reconhecimento na cidade. Passado um pouco de tempo após o casamento D. Malu (84) percebeu mudanças no comportamento do marido. Nesse relato, ela não se refere a qual mudança, contudo, em outro momento, disse que ele lhe ocultou que bebia. Entre o curto tempo de namoro e o casamento ele não revelou esta questão, e a bebida se tornou motivo de brigas entre o casal. Mas, isso não diminuiu o amor entre os dois, porque como ela mesma revela acima, ele era um homem bom, não era ciumento. Era um homem muito dedicado à família, no tocante a atenção pessoal e assistência material.

Mulher independente, não precisava do dinheiro do marido. Convivia bem em sua relação, percebemos durante sua fala, ao declarar amor ao marido já falecido. D. Malú (84), exprimiu ainda, ares de felicidades em seu casamento, o que foi diferente para D. Clementina (78) que teve relações maritais complexas. Para esta última entrevistada, o desrespeito, a pobreza e o preconceito estiveram presentes quase que diariamente. Este tipo de relação de gênero, que envolve violência doméstica, apresenta condições psicológicas e sociais que para algumas pessoas marca profundamente sua história de vida:

Casei com 14. Casei com o primeiro marido com 14 anos e passei 3 anos casada e ele morreu, de bebida. Tive um filho. Me casei com o pai dos meninos. Passei, 25 anos casada. Ele [o segundo marido], morreu em (1986), morreu do coração. De família branca. Era muito bonito ele, não sei como aquele homem me escolheu. Quando tava com raiva, brigava e dizia: “Não sei porque com tanta mulher que eu tive, fui casar com essa

neguinha”, aí ele gostava de rebaixar. Ele era que nem o pai dele. Ele judiava comigo, batia muito em mim, não dava alimentação para os meninos, não dava uma chinela japonesa aos filhos. Ele era estivador, ganhava muito dinheiro. Ele jogava, bebia e ficava com mulheres meretriz do cais. Ele não ajudava em nada, e dizia: “Você vai ver eu não vou deixar nada pra você”. Respondi que: Você vai deixar uma pensão para mim. Mas não é da minha vontade. O terceiro casamento. Ele era viúvo. Ele passava na minha porta bem direitinha. A mulher dele faleceu. O terceiro casamento. Ele era viúvo. Meu marido [atual] é muito bom. Posso dizer que vivo no céu. (D. CLEMENTINA, 78 anos). (sic).

Dona Clementina (78), como tantas mulheres de sua geração e outras até mais jovens, foi vítima de uma série de violências. Violência doméstica, violência moral, violência social. Das três relações com homens, os quais se tornaram seus maridos, duas destas uniões parecem não ter sido muito felizes. Da sua memória surgiram alguns momentos do sofrimento que passou por conta da pobreza presente em sua vida e de seus filhos.

Deste tempo, ela trás marcas muito sólidas. As relações matrimoniais conflituosas, permeadas de separação e morte, demonstram que as dores com o passar do tempo ainda não foram sanadas. Além da violência doméstica, ser mantenedora do lar para garantir uma vida que se aproximasse de digna, foi uma herança antepassada desafiadora. Contudo, D. Clementina (78), não parece carregar mágoa dos dois falecidos.

Pelo fato de como se deu o início da relação com o atual marido e pelas circunstâncias da época em que se conheceram, neste caso, ela se sente magoada com os enteados/as. A força e a vitalidade desta senhora vêm da vontade de criar os filhos/ as, com o dinheiro que ganhou com seus trabalhos.

Diante deste ponto, recorremos a Bernardo (2007, p. 63) que discorre sobre a autonomia das mulheres negras e sua herança ancestral, dizendo: “As velhas negras ao fixarem suas memórias nas suas relações com homens, parecem remontar a autonomia conquistada pelo seu próprio grupo, ainda na África”.

Sobre a independência financeira conquistada por estas mulheres, elas se mantinham e aos seus filhos, umas com mais dificuldades outras com menos, sem que os maridos as subsidiassem.

Contudo, essa independência não se configura como algo original e fora de preconceitos em relação ao feminino. O que ocorre nesse sentido, é uma independência sob vigilância em que a mulher, esposa e mãe, diante da sociedade, estão sujeitas aos “discursos disciplinadores” que as circundam veladamente em forma de poder na elaboração do que seja ser o feminino (MADEIRA; MOTA, 2010).

4. Os filhos: identidade negra nos movimentos sociais e manifestações culturais afro-brasileiras no Ceará

Construir uma identidade racial “positiva” como consequência de conscientização política é algo que a integração familiar muito pode contribuir. É tarefa da família, apresentar aos/as filhos/as, negros/as, suas raízes raciais originárias e a admiração ou não por sua cultura. É na família e em meio de embates, que as histórias de vida dos indivíduos negros vão sendo percebidas e identificadas, enquanto tal. A família pode ser a fonte que faz brotar das origens, conceitos aprendidos dos ancestrais e onde valores como o afeto contribuem para as escolhas que os filhos vão definindo para a vida (SANTOS, 1993 apud GOMES, 1995).

No caso desta pesquisa, buscamos saber se a participação dos filhos nos movimentos sociais negros teve ou não a influência de suas mães. Interessa-nos, perceber se os movimentos sociais negros, pela inserção dos filhos/as, exerceram influência ou não, na vida de suas genitoras.

Assim, compreendemos que mesmo sem uma participação direta, estas velhas, mulheres e mães, apoiam os filhos e as filhas, no tocante, às atividades sociais e culturais que exercem ativamente no Movimento Negro.

D. Cila (92), por exemplo, pode contar com a amizade das filhas e respeita a escolha de uma delas em ser ativista no Maracatu. Como lembrança cultural, recorda com nostalgia, o tempo em que os desfiles dos maracatus eram realizados em uma avenida da cidade, bem próxima à sua residência:

Porque, as minhas filhas são minhas amigas, muito boas. Quando eles (os maracatus) passavam na Avenida Duque de Caxias, eu acompanhava todo tempo. Eu morava ali de frente, perto da Igreja do Carmo. Mas fora dali eu nunca mais vi Maracatu. Uma, porque é de noite. Eu não enxergo muito bem. Ever Maracatu no escuro, não gosto. (D. CILA, 92 anos). (*sic*).

A filha e os netos de D. Cila (92) trabalham e desfilam em um dos mais novos maracatus da cidade de Fortaleza. Como ponto de cultura, a associação congrega artistas locais que mantêm viva várias tradições e manifestações de arte, como a produção de livros, telas, instrumentos musicais de percussão em que as raízes africanas são apresentadas com ressignificações.

D. Cila (92), não tem nenhuma ligação com o maracatu, e não foi por seu intermédio que sua filha e netos se agregaram aos movimentos sociais negros, mas, pelo reconhecimento significativo das propostas dos grupos culturais.

No caso de D. Malu (84) e de seu filho, as bases da educação formal e o interesse do mesmo por esportes em que a negritude é um marco, ou seja, a capoeira foi o que o fez inserir-se nos movimentos sociais, por identificação com os ideais político-sociais. Daí a ligação com a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) e a prática de capoeira, tornando-se mestre, e divulgador desta arte em vários municípios e estados, contribuindo para a inclusão da juventude negra em ações sociais, esportivas e culturais. Na entrevista, a mãe do capoeirista se emocionou por lembrar a trajetória de vida do filho:

Toda vida, toda vida estudou ali. No colégio que de primeiro era [...] e agora passou para [...]. Mas, na época do [dele criança nos

estudos primários]. Ele nasceu na Itaoca [Bairro da periferia de Fortaleza]. Porque toda vida ele nunca foi criatura de rua. Toda vida se dedicou aos estudos dele. Quando foi na época dele ir pra aula de judô, foi no Centro. Estudou aí. Daí mesmo já passou pra estudar no Centro. [Diz que o filho nunca sofreu preconceito]: Daí pronto nunca houve. Nem nunca ninguém ouviu [dizer], este negro aqui perto de mim. Toda vida foi amigo de todos os alunos. Ele entrou no Judô cedo. Que é faixa preta. Passou por todas as faixas. (D. MALU, 84). (*sic*).

Dona Malu (84) se mostrou muito tranquila ao relatar a infância e juventude do único filho. Ele, segundo a mãe, sempre se relacionou muito bem com os amigos de escola, da rua em que mora e com os alunos do judô, sua primeira atividade esportiva. Nesse ínterim, D. Malu (84) acrescenta que nunca ouviu falar que o filho tivesse sofrido qualquer tipo de preconceito ou discriminação por ser negro. Com este depoimento percebemos que a educação familiar e o esporte, contribuíram na formação da identidade pessoal e cultural do seu filho. A afirmação da identidade negra para o filho de D. Malu (84) se fortaleceu, quando já casado, ingressou na capoeira e, conseqüentemente, nos movimentos sociopolíticos da UNEGRO.

D. Malu (84), não exerceu influência na entrada do filho nos movimentos sociais. Isto ocorreu por conta da prática da capoeira e das relações socioculturais. Ela reconhece que a capoeira é importante para o filho que é mestre e professor nesta atividade esportiva e cultural. No entanto, não entende como se dá a formação de um capoeirista, contudo, mas sabe que são batizados, após um tempo de prática. Dona Malu (84), ainda referindo-se ao filho relata:

Aí, depois dele casado que morava aqui. Casado. Aí, foi que certos tempos foi que ele passou pro negócio de capoeira. [sobre a influência dela na escolha do filho] Não. Porque nunca acompanhei. Não porque o grupo dele, grupo dele vem para aí vão pras capoeiras deles, e eu nunca vi ninguém discriminar não. [o que pensa da capoeira] Tem importância porque às vezes ele

vai pra longe fazer batizado, não faz batizado só aqui não. Ele é mestre de capoeira, mestre de capoeira, professor de capoeira. [sobre capoeira]: Não entendo às vezes ele faz batizado. Quando era época de batizado, é que ele ganha um dinheirinho mais ou menos, ele vai pra longe. (D. MALU, 84 anos). (sic).

Tornou-se perceptível neste depoimento que esta velha preta mãe, sentiu-se segura, ao afirmar que o filho nunca foi discriminado racialmente, isso pela educação que teve em casa e na escola, e mais, a sua desenvoltura social, o colocou em situação diferenciada frente a outras crianças e jovens negros. Ela ainda aparentou ter consciência de sua negritude, isto por conta da diversidade familiar em que pessoas brancas e negras se casaram e continuam casando. Em sua fala não demonstrou que houvesse, entre os seus familiares, casos de preconceito racial.

Segundo Munanga (2009, p.58-59), em se tratando do caráter biológico ou racial: “A negritude seria tudo o que tange à raça negra; é a consciência de pertencer a ela”; e em se tratando do caráter psicológico: “A negritude seria, o conjunto de traços característicos do negro, no que se refere a comportamento, capacidade de emoção, personalidade e alma”.

São características como estas, impressas no caráter do filho, que D. Malú (84), se empenha, apresentando-o como pessoa solidária e consciente do seu papel sociopolítico, enquanto homem negro.

D. Malu (84), não participa de grupos de movimentos sociais ou culturais de nenhuma categoria. O compromisso do filho com os movimentos sociais negros, não contou com a sua contribuição, entretanto, ela compreende, acha importante e apoia as decisões dele.

Nesse sentido, D. Clementina (78) compreende, diferentemente, a participação da filha mais velha no Movimento Negro Unificado do Ceará (MNU). Ela considera ser importante, mas na primeira entrevista, ainda não tinha expressado abertamente, o aceite ou não, dessa atitude da filha. Há, nesta

mulher-mãe, uma preocupação mais intensa, com as relações de gênero da filha, do que com outros assuntos, como no caso da inserção da mesma no movimento negro. Em nenhum momento, ela atribuiu menos importância ao fato. Informou-nos sobre os sofrimentos que passou para criar os filhos. Nos primeiros relatos, ressaltou as condições que viveu enquanto eles/as eram crianças:

Lutei para criar os filhos bem dizer só. Com o filho caçula sempre tive cuidados com o colégio dele. Um deles nasceu doente. Nasceu em casa com a parteira, tão pobre que eu só tinha um banquinho. Nasceu, não chorou, passou cinco dias sem fazer digestão. Andou com três anos. (D. CLEMENTINA, 78 anos). (sic).

As dificuldades em criar os/as filhos/as, estiveram presentes na vida das três interlocutoras. Comparando as idades e a época em que se tornaram mães, percebemos que estas mulheres tiveram poucos filhos. Fica-nos a indagação se: Houve controle ou desejo de gerar poucos filhos dadas as circunstâncias sociais e culturais em que se encontravam? No caso das mulheres negras, a sexualidade e gravidez eram diferenciadas em e para a base familiar?

Para Bernardo (2007, p.64), “se as velhas negras tiveram os filhos que desejaram esse fato, por si só, demonstra que já nas primeiras décadas deste século XX, haviam separado a reprodução da sexualidade”.

Como as mulheres pretas citadas por, Bernardo (2007), que disseram ter o mínimo de filhos, por diferentes motivos, D. Cila (92) gerou quatro filhos, D. Malu (84) gerou um filho, D. Clementina (78) gerou seis filhos. Desses apenas de cada uma delas há um/a inserido ativamente nos movimentos sociais negros.

Assim, embora com uma diferença de mais de uma década de nascimento entre D. Cila (92) e D. Clementina (78), fatores de ordem social, talvez, provocaram nestas mulheres uma baixa natalidade.

5.História e memória de velhas negras: sobre relações raciais no cotidiano de uma sociedade preconceituosa

No decorrer da história recente no Brasil no século XX, as discussões em torno do tema das relações raciais, desencadearam reivindicações políticas e sociais, que subsidiassem as demandas da população negra. Tratados/as em condição de inferioridade, negros e negras em organizações políticas e sociais, como no caso do Movimento Negro brasileiro, empreenderam lutas de enfrentamento ao racismo.

Nos dias atuais multiplicam-se os empenhos em estabelecer relações raciais em que o respeito mútuo e os direitos de cidadania se ampliem no sentido de contemplar os que, forçosamente, foram deixados a margem da sociedade. Para tanto, ações afirmativas em diversos setores da organização política, administrativa e social foram sendo formuladas em forma de políticas públicas de reparação, que vão de encontro aos efeitos nocivos que o racismo deixa nas sociedades e nas condutas que alimentam e multiplicam as ideologias que o embasam. Para isso, as ações afirmativas tendem a transformações sobre a compreensão de como possam ser as relações raciais no Brasil (SANTOS, 2012).

No cotidiano das cidades brasileiras preconceitos e racismo se fazem presentes. No caso das velhas negras entrevistadas para comporem os sujeitos desse texto dissertativo, não poderia ser tão diferente. Em se tratando de relações sociais e raciais D. Cila (92), apresenta dois fatos que nos levam a crer que ações discriminatórias estiveram mais presentes em sua vida, mais do que a mesma supõe. Chegamos a esta conclusão, porque primeiro ela nega os ocorridos e depois recorda. É lapso de memória, algo que necessariamente pode não sugerir ser fuga intencional.

A primeira história é referente à intervenção de uma mulher em lugar público, que a destratou e aos filhos na praia de Iracema, cartão postal da cidade de Fortaleza. Neste caso, o espaço-lugar

vem à memória com muita nitidez, pois a velha negra ensinou o dono do estabelecimento a cozinhar:

Porque nós entramos lá pra comer panelada, tava assim de gente. Chegou uma mulher e disse: “há minha filha aqui já tá cheio, esse lugar aqui é de minha menina”. Ai [o dono do restaurante]veio de lá mais o [empregado] e disse: “Olha, essas aqui são umas pessoas minhas. Aqui não quero preconceito com ninguém”. Pois, agente vai almoçar noutra parte. Pronto. Eu fui e disse: por que é que a senhora, é porque eu sou preta? Ela disse: “Não, é porque a minha menina não gosta de gente moreno”. Eu disse: pode pegar ela botar dentro de uma vidraça pro sol não queimar, porque o orgulho é muito grande. (DONA CILA, 92 anos). (sic).

O proprietário do estabelecimento ignorou a fala da mulher e acolheu a amiga com os filhos. A velha preta reagiu à agressão e insultos da mulher que não desejava a presença dos mesmos no local. Neste momento, ela admitiu ser preta, ser negra. Sentiu muito fortemente na pele a discriminação racial anteriormente negada. Houve neste instante temporal uma reação de defesa e resistência.

Em Bernardo (2007, p.64) encontramos uma explicação para essa negativa de pertença “étnica... é a negação da própria cor, isto é, produto da interiorização de valores dominantes, ditado pelo branco”.

O segundo relato sobre discriminação racial e preconceitos sofridos por D. Cila (92) e os filhos, ocorreu também na Avenida Beira-Mar, região nobre e turística da mesma cidade. Deste dia, da sua memória, brotam sentimentos de que pode ter sofrido discriminação racial, de gênero e de classe. Ao referir-se a fala discriminatória de um comerciante, ela faz uma interpretação que torna bem real a cena que vem à sua memória, realizando um retorno à situação vivenciada. Um amigo no bar lhe ofereceu uma bebida e procurou defendê-la. Mais uma vez, a entrevistada reagiu com palavras à agressão sofrida:

Outra vez agente tava lá no Passatempo, aí chegou um homem, pediu uma cachaça. Era um restaurante que tinha lá na praia de Iracema. Agora, tá tudo mudado. Já saíram de lá. Chegou e pediu uma cachaça e o [o amigo] botou. Ele foi e disse: “Quer tomar uma nega?” Quero, mais uísque do bom, este aí não. Eu não gosto do [teacher], gosto de cavalo branco. Gosto de uísque bom. Aí, ele foi pegou a garrafa. O homem disse: é muito prestígio tomar uma dose de uísque desta, tem muito dinheiro. O amigo respondeu: “tem, e é muito o senhor, pense, pense uma mulher desta, como trabalha com a gente.” Que vem sempre trabalhar com agente aqui. Ela é porque não quer. Mais, eu sou doida pra abrir, isso aqui. Porque é tu não deixa? (D. CILA, 92 anos). (sic).

Estas revelações, provenientes de um passado distante, surgem de suas lembranças com uma carga de emoção e dor. Ao perceber que a entrevistada estava mais a vontade para responder aos questionamentos, refiz a pergunta sobre, quais as impressões que a mesma tem sobre preconceito racial, ao que respondeu:

Eu penso que é ma... como é que se diz... Preconceito racial, a pessoa com aquilo ali, tá fazendo pouco. Porque, você é branca, e chega um preto, tá fazendo pouco. E se for, já com a língua maior do que o corpo, que nem eu. Pronto. Uma vez eu me lembro que fui daqui, já morava nesta casa aqui. Ai fui trabalhar, lá, como é que se diz: na treze de maio na Casa de [...] Quando cheguei lá a filha, a filha dele disse: “Engraçado todo negro só gosta de branco, eu não gosto de branco, só parece com negro.” Pois a senhora, entra em uma jaula que é muito bom. Ou então se tranque dentro do quarto. A senhora querendo ficar preta eu posso tingir lá em casa tem um bando de homem. Eu vou pintar à senhora de preto. Lá tem uma tinta que não larga, nunca. “Ela foi e disse”: “deixe de ser atrevida. mal criada. Você é muito mal criada”. Se eu fosse bem criada minha senhora, eu tinha crescido. Fiquei deste tamanho, porque fui mal criada. Não guardo pra casa não. Disse ouviu. (D. CILA, 92 anos). (sic).

Em mais uma das agressões sofridas, nos vários contextos sociais, D. Cila (92) reage com uma autoafirmação de sua pertença étnica. Neste sentido, pode-se observar que a discriminação sofrida

pela mesma é mais uma demonstração do quanto está enraizada na sociedade brasileira e cearense atitudes desrespeitosas, e que existe preconceito racial como fundamento.

Algumas das situações de agressão às quais esta mulher velha e as filhas passaram, são também, situações que estão presentes na história social da população negra. Sobre discriminação racial, a entrevistada tem plena consciência de que estes atos estão presentes no dia a dia da sociedade tanto que, em sua memória recente, narra um caso ocorrido com uma das suas filhas:

A [...], uma vez. Ela me contou que não deixaram entrar. Não sei onde ela foi entrar. E não deixaram ela entrar. Foi pra policia. Numa repartição ela e outra menina que não tô lembrada quem era. Eu sei que deu parte. Não pode ter preconceito. Porque era morena. (D. CILA, 92 anos). (*sic*).

A filha de Dona Cila (92) sofreu discriminação racial, tendo sido proibida de adentrar em um local público, por ser negra. Este é um caso explícito de preconceito racial. A consciência crítica da filha da interlocutora, a fez procurar providências para o ocorrido quando denunciou ter sofrido racismo. O censo de reação e defesa ela pode ter herdado da mãe ou tê-lo aprendido, ou mesmo ampliado, a partir do seu ativismo no movimento social negro.

A experiência de vida de D. Cila (92) aliada a visão que desenvolveu sobre sociedade e relações sociais, fizeram com que a criticidade sobre o desenrolar dos contextos históricos, que compõem o espaço e o tempo aflorasse. No entanto, mesmo sabendo que é negra, segue denominando a filha de morena.

Nessa linha de reflexão D. Malu (84) refere-se ao filho e aos/as netos e netas, como morenos. Na sua concepção, o preconceito racial, está menos acentuado do que em outras épocas e isso se deve, também, em sua opinião, a criação de leis que coíbem atos discriminatórios e preconceituosos em relação à população negra.

Então, D. Malu (84) é cuidadosa quanto ao fato de que, se deva ou não, dizer que uma pessoa é negra, pois há o receio de ser mal compreendida e que isso possa ser uma ofensa. Mediante a indagação sobre como ela ou o filho, haviam sido destratados por serem negros, responde compassadamente:

Não, porque primeiro que eu ouço falar que quem usa isso é proibido. [sobre quem age com preconceito e discriminação]. Né. De primeiro eu acho que talvez sim. [Que havia preconceito]. Mas agora você tem até medo de... Né [De alguém falar que o outro é negro]. Pois é, você sabe que é processado. E num sei o que né... Não. [Ela acha que não tem mais preconceito]. Sei, porque o único pessoal rico que eu tive na época de eu moça no negócio de costura e esse negócio, e lá as patroas e as meninas eu nunca notei alguém dizer, é preta, deve ficar aqui não. Nem nunca ninguém ouviu [dizer], este negro aqui perto de mim. [Com o filho]. Não existia isso. [Discriminação entre as pessoas]. Pois é não tinha nada. (D. MALU, 84 anos). (sic).

Ainda com D. Malu (84), vimos a partir da narrativa abaixo a proximidade com alguns discursos já promulgados no estado do Ceará da inexistência de população negra. Segundo D. Malú, não existe negro no Ceará, porque pessoas negras e brancas quando se casam, geram filhos de pele mais clara, como é o caso de um dos seus netos, que contraiu matrimônio com uma moça branca e tiveram filho/a com pele menos escura que o pai. A concepção de pessoa negra que D. Malu (84) possui se dá a partir da tonalidade da pele, para ser negro verdadeiro, tem que ser preto:

Não vê por causa disto que eu tô lhe dizendo. Que os moreno não vê o [Jr - o neto] ele é bem moreninho né, e a mulher dele bem loirinha. Eu acho que eu vejo que, por isso, que não dá tanto negro. Negro. Negro mesmo. É difícil um negro casar com né... Aí sai aquela mistura. Sai moreno, não é negro. É já são mais clarinhas. [Bisnetos/as]: Ele puxa mais para ele [ao pai]. Tanto o menino como a menina. Mais não é negro como é pra ser. Porque o negro é negro! Como eu tô dizendo. Meu Pai era negro, cabelo enrolado mesmo. Mais aí era casado com a minha mãe, [que era

branca]. O meu irmão, esse que morreu era alvo, [branco]. (D. MALU, 84 anos). (*sic*).

Partindo da resposta de D. Malu (84) e ressaltando os casos em que há uniões matrimoniais entre pessoas de raças diferente, inter-raciais, ocorrem as insinuações sociais preconceituosas, até de pessoas próximas à família que causam inquietação, porque chegam a destacar a “pertença racial” dos rebentos como sinônimo de contraste, algo que, de alguma maneira, não é bem recebido pelos genitores. Ao se tratar de pessoas negras e sua descendência, é versado que em sociedade a “diferença racial” é apontada como “sinônimo de inferioridade e deficiência” (GOMES, 1995).

Praticamente enraizada nesse fenômeno de inferioridade, é que D. Clementina (78) depõe sobre a sua relação com o segundo marido, que era um homem branco de quem gerou cinco filhos/as. Ela recorda de como o mesmo a humilhava por ser negra. Com isso, se sentia não merecedora de ter casado com um homem tão bonito, diferenciando certamente as características físicas do primeiro e terceiro marido. Muito embora, nas lembranças diga que este último, também, quando mais jovem, era um belo homem. As discussões com o marido branco, segundo D. Clementina (78) eram acaloradas e tomavam caminhos que a faziam se sentir inferiorizada:

Quando tava com raiva brigava e dizia: “Não sei por que com tanta mulher que eu tive, fui casar com essa neguinha.” Aí ele gostava de rebaixar. A outra teve dois, [está falando da cunhada, irmã do marido]. Eram quatro irmãos, só quem teve filho, foi ele. Ficou a família muito pouco. Era de família branca. Era muito bonito ele, não sei como aquele homem me escolheu. (D. CLEMENTINA, 78 anos). (*sic*).

Nesse sentido, em que a mulher negra percebe a si com imagem inferior a mulher branca, ao homem branco, existem então confrontos ideológicos. Passa a ser entendido que a formação

da consciência negra se constrói em meio a disputas por espaços sociais (GOMES, 1995).

Para Gomes (1995), referindo-se aos conflitos interiores e exteriores da mulher negra, no processo de formatação da identidade negra, remete-se, a possibilidade de que é preciso compreender a situação forjada nos contextos histórico e social. Para a autora:

É compreensível que muitas mulheres negras não consigam equacionar devidamente esse permanente conflito e terminem legitimando o racismo presente no imaginário social, tão negativo e tão excludente. Terminem por destruir, ocultar o difícil processo de construção de sua identidade racial positiva (GOMES, 1995, p.134).

A formação da consciência crítica negra exige transformações que, em alguns momentos, se fizeram presentes na expressão oral das entrevistadas. D. Cila (92), por exemplo, percebe que com o passar do tempo estão havendo modificações nos comportamentos sociais, em relação ao preconceito racial, mas nela há um sentimento bem representado que vem das lembranças, de quantas e tantas vezes, foram alvo de discriminação e preconceitos, ela e as filhas. Por isso:

Pode passar duzentos anos, mais não muda não. Acaba não. Hoje tá menos. Mais já teve mais avançado o preconceito. Hoje, tá menos. Aí é, é bem dizer o preconceito agora é muito pouco. O pessoal tem. Mais, já tiveram mais. Mas, é que não acaba não, de jeito nenhum. Hoje passa dois três anos. Se a senhora for pra li, for pra cá, dizem logo: olha uma negra e um branco. Disseram comigo bem dez vezes, eu, é porque dou a resposta. (D. CILA, 92 anos). (sic).

Mesmo com olhar de iniciativa crítica, estas mulheres negras demonstram certa timidez ao darem respostas a perguntas, cujo conteúdo seja discriminação ou preconceito racial. Em suas histórias de vida buscaram melhorias para si e para a família em

meio às disparidades sociais que, além das diferenças de classe, aumentam quando inseridas as questões raciais.

A negação de inserção nos direitos humanos essenciais a vida, como: serviços sociais, emprego, lazer, justiça equitativa, paz, são incentivados pelo racismo (MOORE, 2012).

Para Moore (2012, p.290):

O racismo veda o acesso a tudo isso, limitando para alguns, segundo seu fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também em função do seu fenótipo. A função básica do racismo é de blindar os privilégios do segmento hegemônico da sociedade, cuja dominância se expressa por meio de um *continuum* de características fenotípicas, ao tempo que fragiliza, fraciona o segmento subalternizado.

Vivendo uma situação adversa dos não subalternizados os racistas se sobressaem no usufruto dos direitos que a todos deveriam beneficiar. O racista “[...] se beneficia do racismo em todos os sentidos: econômica, política, militar, social e psicologicamente”. O racista, possui uma vida além e a quem dos menos favorecidos (MOORE, 2012, p.230).

Sobre este contexto de favorecimentos e exclusões, na segunda entrevista com D. Clementina (78), diante da questão sobre: como ela pensa e vê os casos de racismo e do preconceito racial e de que forma as pessoas estão enfrentando, a mesma, considera que existe preconceito racial explícito em sociedade. Acrescenta, também, que há os que enfrentam e não se deixam abater pelos fatos ocorridos:

As pessoas, alguém, ainda se sente assim ofendido, mas outros se orgulham e vão a luta, se defende quando for preciso, vão até a justiça pra pessoa pagar pelo aquilo que fez, por maus tratos, né, por estas coisas tudim. Eu acho que é assim, ninguém tem o direito de humilhar porque é negro, porque é branco, porque é pobre, porque é rico. Tem que se igualar todo mundo, que todo mundo é igual, da onde veio e pra onde vai, porque todo mundo é

igual, né, ninguém é melhor que o outro. E há pessoas que tem preconceito com a qualidade, com o bem estar, com, enfim, com tudo. (D. CLEMENTINA, 78 anos). (sic).

Nesse segundo encontro em que fizemos um vídeo, D. Clementina (78) estava mais a vontade e falou abertamente sobre as relações raciais e de gênero. Como vimos nas expressões acima, esta preta afirma, que mulheres negras sofrem mais preconceitos do que os homens sejam negros ou brancos. A pergunta base para estas conclusões versava sobre a opinião de D. Clementina (78), a respeito das mulheres negras sofrerem mais preconceitos do que os homens:

Acho. Só que elas são mais valentes, elas vão à luta. E os homens, porque homem é homem, né. Que nem diz “mãe é mãe” aceita tudo. E homem. Um homem trabalhador, o homem formado, negro, ele pode ter qualquer mulher que ele quiser na vida dele, branca, loira, olhos azuis, do jeito que ele quiser, ele sendo homem de verdade, né. Um homem formado. Um homem. Por que não tem? Tem o médico, tudo, tudo, tem o aviador, tem todo tipo de gente né, que é negro, e é formado igual ao branco. Por isso, que eu acho que a mulher sofre mais preconceito, até na, na, assim, nas reuniões, nas festas eu acho que elas sofrem mais de que os homens, os homens, homem não sofre muito não. (D. CLEMENTINA, 78 anos). (sic).

E continua:

Na minha impressão para o homem é mais fácil na sociedade, assim, ele seja um homem de verdade. A mulher, a mulher ela precisa ter as amizades né, assim, para poder ela ser mais querida, mais, mais, frequentar, né. Por exemplo, eu sou a negra, você não é negra, aí eu sou sua amiga, então você vai a uma reunião você me chama, Clementina, vamos pra canto fulano de tal uma festa, um show, um apoio, né, então, eu vou com você, você me leva com você, é como que eu seja igual a você, então eu sou igual a você, em qualquer parte que nós tiver, né não? Eu penso assim. (D. CLEMENTINA, 78 anos). (sic).

Nesta fala, as expressões passadas na entrevista aparentam ser muito fortes, quando o homem, é apontado sempre como aquele que por ser homem, profissional qualificado, com *status* social elevado, estará mais propenso a conquistar o poder nos diversos contextos da história política e social. Ao mesmo tempo, a mulher em suas diversidades raciais necessita de mais tempo e dedicação, para alcançar o patamar de um homem. As dificuldades, na opinião da entrevistada, são ainda mais acentuadas, em se tratando de mulher negra.

Se de D. Clementina (78) ouvimos que o preconceito contra a mulher é muito significativo, de D. Cila (92), no segundo encontro, na gravação do vídeo, novamente, rebuscamos de suas lembranças, se há algum momento da vida em que ela recorde ter sofrido preconceito. Lembramos, como foi dito anteriormente, no primeiro encontro, que ela conta alguns casos em que se sentiu discriminada.

O objetivo desta segunda entrevista era tentar, compreender melhor, como esta mulher negra, entende as relações raciais na sociedade atual. Ao ser lançada a pergunta, D. Cila (92) se lembra de não haver sofrido qualquer tipo de preconceito, a negação foi veemente, e um “não” brotou sinuoso de seus lábios:

Comigo não. Mais com pessoas amigas que andava mais eu tive. Teve uma senhora. Que teve uma meninazinha que cresceu, aí ficava lá, ajudando. Quando foi um dia a juíza disse pra ela: olhe minha filha você passe da sala pra cozinha, não gosto de gente morena dentro de casa não. Ai ela começou a chorar. Quando a mãe dela (da menina), chegou ela disse. O meu menino, que eu criei, ele era cabo, naquele tempo, ai foi lá e deu parte dela (da Juíza). A menina servia de empregada pra ela. Ela, agora tá precisando de uma criança. Ela era criança ainda e não queria, ela pra passar lá: Quando tiver gente de fora aqui, não vai na sala, não vai na sala não, que eu não gosto. (D. CILA, 92 anos). (sic).

No Brasil, o trabalho escravo sustentou os ciclos da economia por mais de três séculos, a exploração da mão de obra negra ultrapassa o pós-abolição, visto que, o legado dado à população negra é a negação de direitos de cidadãos. O trabalho escravo institucional, extinto pela Carta Magna de 1888, não apagou a manutenção exploratória do trabalho subalternizado (GOMES, 1995).

Após o período escravocrata, as expectativas futuras da questão racial no país tornaram-se preocupante para a classe dominante. Surgia então, uma nova era em que a contabilização populacional teria que incluir os libertos que se tornariam legalmente membros da nação, e que comporiam o grupo dos trabalhadores a serem inseridos, agora no contexto de industrialização (GOMES, 1995).

Isso, afirma Gomes (1995), gerou a seguinte preocupação: com que rosto a população brasileira seria apresentada tendo em sua composição a “grande massa” de pessoas negras?

Com o pretexto de remodelar as nuances da sociedade brasileira, é que valores da elite branca foram sendo sobremaneira assimilados por muitas gentes negras, daí a ideologia de que a supremacia branca está no seu modo de ser e de viver, o que o tornaria espelho para os demais. A resplandecência e valorização da cultura europeizada supressa as heranças africanas (GOMES, 1995).

Assim, a ideologia do branqueamento, em suas intenções, seria o ponto forte que amenizaria situações de ordem social, salvo conduto, no estado comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos. A propaganda interna e externa de que o Brasil se constituía em nação sem conflitos raciais, criou uma nebulosa ficção em meio à diversidade racial que o compunha. Uma harmonia aparente que exigia controle racial, neste país, em que os dirigentes políticos tinham por objetivo: fomentar o desejo de ser povo branco em meio à mestiçagem que se fazia preponderante (GOMES, 1995).

Pela assimilação dos “valores” apregoados a partir da ideologia do branqueamento, a negação da identidade negra atinge um contingente significativo de pretos. Por consequência da tentativa de se branquear a nação brasileira, os vínculos que poderiam aproximar o povo negro foram distanciados.

Com isso, se propiciou a não abnegação de contra valores de solidariedade com outros pretos. Criando uma imagem positiva de si e negatividade social sobre o outro. Preto, se afastando de preto, por não ser uma referência boa, da qual alguns desejam distanciar-se e separadamente conseguir alcançar patamares de “mobilidade social” que só aqueles que se dizem mais preparados lograram (GOMES, 1995).

Por conta da mobilidade social, na segunda entrevista com D. Clementina (78), esses valores apontados para justificar inserção do branqueamento da nação, estão de tal forma, internalizados, que são apresentados como necessários à manutenção de uma determinada posição social.

Ao desejarmos saber de D. Clementina (78) o quanto ela percebe a presença de população negra no Ceará, a resposta se dá negativamente, no sentido de que considera ser uma presença pouco significativa em relação a outros estados. A resposta para esta indagação aparece em forma de diálogo entre a interlocutora e pesquisadora:

Aqui eu não conheço muito não. Assim que seja. Conheço muito não. Eu. [A senhora acha que tem muitas pessoas negras aqui no Ceará?] Eu acho que tem menos que no Rio de Janeiro. [Por que a senhora acha que tem menos que no Rio de Janeiro?]. Porque o meu filho mora numa rua, em que não tem uma pessoa que não seja negro. [Onde?]. Niterói. Niterói, certo. Tudo negro, negro, tudo, tudo, tudo. [E aqui no Ceará onde a senhora já morou tinha negros?]. Onde eu já morei pouco negro, pouco, muito pouco. [Por que a senhora acha que tem pouco negro?] Eu acho assim. Porque eu acho que aqui tem menos. E os que têm não se dão a preço. [Como é isso, me explique?] Assim, por exemplo, eu sou uma negra, porém, por eu ser negra eu não vou ser uma senhora,

uma senhora dona da minha vida, do meu trabalho, do que venci, do que eu sou hoje. (D. CLEMENTINA, 78 anos). (sic).

Durante a entrevista D. Clementina (78) ficou mais a vontade, e em pensamento sobre ações pessoais, acabou se incluindo nesse grupo populacional que se considera minoritário no estado do Ceará. Outro ponto importante nesta reflexão, é que ser negra para ela, é ter autoafirmação de pertença étnica em qualquer momento da vida e em sociedade, isso, é algo que durante o diálogo toma ares de progressão.

Esse progredir no pensamento e na percepção de si como pessoa negra, e também, sobre os semelhantes em sociedade, como negros e desfavorecidos, demonstrando que, ao instigar à memória recente a consciência crítica pode se manifestar.

D. Clementina (78) nos remete a um olhar sobre a juventude negra, que social e politicamente, busca um lugar através da entrada nos estudos universitários. Esta senhora tenta diferenciar as atitudes de jovens negros da atitude de jovens brancos na diversidade social.

Para melhor compreendermos o raciocínio de D. Clementina (78), elencamos as seguintes questões, pois o diálogo circundava em torno da visão que detém sobre juventude negra, profissionalização de pessoas negras e preconceito racial: Por que a senhora acha que têm tão poucos profissionais negros? A senhora conhece algum médico negro? A senhora acha que existe diferença entre inteligência de pessoas negras e brancas? Segundo D. Clementina (78):

Para os jovens negros. Eu acho muito lindo, os negros, muito jovens. Ai, tudo fica como se fosse colorido, os negros e os brancos. Mesmo assim, eles têm preconceitos, querem sempre botar os negros pra trás. A universidade prefere os brancos. A universidade, ela prefere os brancos, aos negros. É que nem os trabalho, né, no trabalho, as secretárias são mais aquelas moças brancas, aquelas bonitas e a secretária negra tem poucas não dão muito valor, o pessoal. Dão mais, é. Por causa do preconceito.

Conheço. Conheço médico negro, aqui, vários, conheço. Não me lembro do nome. Até que já foram, médico meu. Eles tratam melhor agente do que os brancos. Eles cuidam melhor da gente, do que os médicos brancos. Aquelas meninas nos hospitais, aquelas técnicas de enfermagem, né. Tem aquelas menina branca e tem aquelas menina negra. Aquelas meninas branca elas são mais assim, são mais chamadas pra, pra, elas só tão estudando, elas não ganham nada. Elas tão só estudando. Ai, chamam mais as menina branca pra cuidar dos paciente. Ai aqui acolá é que vem uma menina negra. Mas, quando vem à menina negra, muitas vezes ela é mais inteligente do que a branca. Eu acho. Elas são muito inteligentes porque elas lutam pra isso, pra se colocar no lugar delas de serem tratadas como tal, né. É negra, mais ela tem o seu lugar, eu acho. (D. CLEMENTINA, 78 anos). (sic).

Este depoimento nos leva a crer que a diversidade racial como se apresenta na sociedade brasileira e cearense causa certa dificuldade na compreensão da gênese racial, principalmente para as pessoas negras.

Entretanto, a entrevistada distingue que a situação do elemento negro é dificultada, porque o acesso aos estudos e ao trabalho está sempre condicionado a posição na pirâmide social. Quando se trata de profissões consideradas de elite, por exemplo, a Medicina e/ou cargos executivos, considera que a participação de negros nestes setores é mínima.

Em se tratando de mestiçagem, diferenciar quem é negro em meio à diversidade étnica, requer a percepção de que a identidade negra, também, se constrói dentro de um processo que interage nas diversas instituições, que intrinsecamente multiplica preconceitos e racismo, como no caso das instituições de ensino: escolas e universidades.

Diante das dificuldades que as classes pobres encontram para ingressarem nas escolas e universidades, a presença negra nestes setores incomoda muita gente e em se tratando de cursos considerados de “direito de inserção branca”, reforça-se o quanto o

racismo é intermitente. Portanto, Moore (2012, p.197-198), considera que:

Nesse contexto, as desigualdades sociais desdobram-se em iniquidades raciais, que, por sua vez, reforçam as diferenças. E, em todos os casos, em se tratando da sociedade hierarquicamente racializada, é o fenótipo que regula esse status individual ou coletivo das pessoas. De modo que em uma sociedade multirracial, mestiçada por via da violência, o sistema raciológico se mostra quase imprescindível para a preservação do monopólio político e social do segmento fenótipo-racial dominante sobre o conjunto dos recursos da coletividade nacional.

Segundo Moore (2012) o sistema raciológico, seria então, um sistema de exclusão que funciona através da manutenção de objetivos que consiste em mostrar, explicitamente, as diferenças entre dominador e dominados, com a finalidade de permanência unilateral, no usufruir dos bens coletivos. As definições de lugares, ocupações e mobilidades sociais, desencadeiam diferenças raciais, que podem não ser permanentes, aja vista, os interesses políticos e econômicos vigentes.

Com o raciocínio melhor organizado nesta segunda interlocução D. Clementina (78) remete-se ao que comentamos anteriormente: que nas hierarquias entre negros e brancos em sociedade, a cultura branca, e profissionais brancos se sobressaem, sobretudo a juventude. Isso ocorre em virtude da tentativa de manutenção de supremacia racial, contudo, para ela, é algo que não pode tornar-se regra geral, por conta dos embates que a população negra, e em destaque os movimentos político-sociais negros tem enfrentado.

Ao querer saber de D. Clementina (78) qual mensagem deixaria para os jovens negros nos quesitos, estudo, educação e profissão, ouvimos:

Eu acho assim, que os jovens hoje tá tão difícil da gente comparar, porque é o negro é o branco eles são tudo metido nas

drogas. No aspecto racista na página policial, sabe que tem mais brancos do que negro assim eles prenderam, que a polícia prende, eu acho que tem muito, muito menino branco de classe média alta que eles não era pra está ali pela posição que eles tem. Já o negro, já vão porque, se acham meio desprezado por causa que, é difícil um emprego né, porque às vezes, nem roupas boas eles tem para se apresentar, fazer uma inscrição pra um emprego, eles não podem que nem os da classe média alta, aí eu acho assim que os brancos tem mais direitos do que os negros. Querendo assim, que ele, o negro, se quiser ser um homem igual ao branco, o Lula, o Lula é negro né. Pois, é, Ele chegou à Presidência da República. Pois é, Por isso que eu digo que as coisas estão melhorando bastante por negros, muito, muito mesmo. (D. CLEMENTINA, 78 anos). (sic).

Para essa velha negra, em se tratando de contexto social de criminalidade, jovens brancos, perfazem maior número que jovens pretos, o que contraria as pesquisas e estatísticas, visto que, a população afrodescendente, é superior em número à população branca. Entendemos aqui, que o quesito cor, aparece como importante para designar o que é ser negro na sociedade cearense, o tom da pele, e os traços físicos, ou seja, o fenótipo é o que faz minimizar o quantitativo de pretos.

Ao citar que nas páginas policiais ou programas policiais em que os jovens apreendidos são para ela, em maior número, brancos, é porque para esta senhora, pessoa parda, não é negra, porque negro tem pele escura.

Ao falar do quesito inserção social e política do povo negro, a mesma acredita que isto depende de vontade pessoal, e cita o exemplo do ex-presidente do país, que sendo preto e operário, tornou-se presidente, com isto, crê que a vida dos pretos tem seguido por rumos que levaram a melhoria em todos os aspectos.

É sabido, no entanto, que o preconceito imposto sobre os nordestinos, enquanto oriundos de uma região geográfica do país que concentra o maior percentual de negros, e conseqüentemente de pobres, é gritante, e as conseqüências positivas, para os que

detêm a economia, posição social e cultural, em superioridade a população majoritária, população negra, é de gozo dos benefícios adquiridos do racismo e de sua manutenção (MOORE, 2012).

Nestes termos, o esquecimento das motivações que levaram ao surgimento do racismo nas sociedades, seria algo comprometedor para os negros (as), porque o racismo se manifestou em meio aos embates que resultariam na “posse” e concentração “dos recursos vitais”, que neles inclui a força de trabalho, e nessa força de trabalho está intrínseca “parte desses recursos à população-alvo”, ou seja, a população negra, (MOORE, 2012).

6. História e memórias passadas e presentes: sobre o que é ser mulher negra na sociedade cearense

A história das mulheres negras cearenses tem se apresentado em nossa pesquisa, como história de lutas, de busca por melhoria das condições de vida e superação das dificuldades, dentre elas, os preconceitos e racismo. São histórias que nutrem as memórias de lembranças da infância, da juventude, da vida adulta e da velhice, com seus tantos desafios.

Em cada contexto, uma história surge com narrativas que fazem transcender os sentimentos de exclusão, de exploração, de proximidade familiar, de carinho, amor e dedicação. De cada família surgem as especificidades que compõe a diversidade de gênero, racial e social. De cada uma das entrevistadas, as subjetividades se apresentam, para reafirmar sua força de mulher negra, de mãe e de pessoa em sociedade.

D. Cila (92) recorda que quando criança na casa em que morava, a única não branca, era ela. Na convivência com o padrinho, viveu na capital baiana, e falar que alguém era negro, tornava-se ofensivo em meio à classe média em que estava inserida:

Me lembro, que morena só tinha eu. Porque lá em Salvador ninguém chama negro, ou é moreno ou crioulo. Agora eu não sei. Meu pai adotivo tinha pavor a nome de negro. E dizia: “Agente só tem uma alma, nós todos só tem uma alma”. Nós tem os sangue de gente rico. (D. CILA, 92 anos). (sic).

O racismo e preconceito detectados nesta fala, são vertentes diferentes que imbricadas em sociedade, tendem a ser confundidos, portanto, Moore (2012, p.236) remete-nos ao seguinte esclarecimento:

[...] os preconceitos não são necessariamente manifestações de racismo. Pelo contrário: é o racismo que gera os piores e mais violentos preconceitos. Dentre eles, é a noção da inferioridade e superioridade racial, inata entre os seres humanos.

A superioridade racial, que tende a querer permanecer nos meios político-sociais e nas relações familiares, às vezes se funde quando da existência de união inter-racial, muito embora, os valores sociopolíticos de cultura branca se sobressaíam em uma tentativa consciente ou não de manter supremacia.

Assim, D. Malu (84), ao referir-se a sua vida familiar, recorda as idas e vindas, à convivência com a família da mãe branca, com isso, nega a existência de preconceitos neste meio, em que, ela preta e o pai preto não sofriam discriminação.

Contudo, a situação de pobreza a incomodava, pois a casa do tio branco era repleta de bens que favoreciam dignidade de vida aos seus parentes, enquanto ela resistia contrariamente à vida em que estava imersa. O acolhimento que a prima lhe oferecia, minimizava as angústias de uma menina que a mulher preta, deixou transparecer:

Mas, quando era tempo de lá em casa ser ruim mesmo ela dizia [a mãe]: tu vai pra casa do teu tio. Ai tinha uma prima que era louca por mim, e dizia: Tia deixa a [prima] ficar aqui. A bichinha vem do roçado vai pra casa andar esse horror de caminho. Chamava lá, caminho. Porque a tia não deixa ela aqui. Amanhã a

senhora passa e leva ela pro roçado. Ai ela dizia: eu vou te deixar. Mas, tu tá sabendo que quando tu for lá pra casa tu vai passar fome. Eu não gostava disso, aí eu ficava lá na casa do meu tio. (D. MALU, 84 anos). (*sic*).

A situação de pobreza vivida por D. Malu (84), enquanto criança e adolescente é uma realidade que faz parte do contexto nordestino e do Ceará, quando das grandes estiagens, períodos sem chuva, que obrigam famílias inteiras a migrarem para outras cidades ou regiões.

Mas, este não foi o caso dos pais da entrevistada que permaneceu no mesmo município de origem até a morte. O que salvaguardava a condição alimentar nos períodos mais críticos era a casa do tio, que por ter muitas terras com plantio, gado e produção agrícola, era o local em que a família confiava por algumas vezes deixar a filha.

Bernardo (2007), ao se referir a cadeia de auxílio entre familiares, ressalta que dessa maneira, nota-se a importância da rede familiar e a reciprocidade entre seus membros. Voltar para sua casa e passar fome, depois de algum tempo na casa do tio, são lembranças que levaram a velha preta, a recordações da solidariedade familiar, com os parentes empobrecidos.

Esta realidade solidária é também uma característica que se apresenta no povo nordestino, especialmente nos períodos sem chuva, em que a produção agrícola torna-se escassa. Lembrar-se da casa do tio e da boa condição de vida destes parentes, trouxe-lhe a memória, sensações do passado que se expressaram na fala com uma ênfase de quem revive o passado no presente.

Sobre estas sensações e modificações que ocorrem na vida a partir de aproximações de pessoas que vivenciam uma mesma realidade, como no caso dos nordestinos que em suas histórias apresentam fatores comuns, como as consequências da seca e pobreza, as lembranças, tomam um significado mais intenso, quando dividimos com os outros, situações que ambos vivenciaram (HALBWACHS, 2006).

Nas atuais circunstâncias, ou seja, em um encontro entre pessoas próximas recordar emocionada e vivifica cenas que ganham novos significados. Abaixo, temos o relato que transparece estas sensações, em que a senhora, em confiabilidade, partilha com a pessoa da pesquisadora, por proximidade e como agente de uma mesma realidade social de origem nordestina:

Eu ficava na casa do meu tio. Era tanto gado, era tanta cabra, era tanta ovelha que ele criava. Era terreno enorme, este terreno dele. Ai você entrava num quarto lá. [Não sei se tu alcançou não, você é meio nova]. Era um quarto, assim, deste tamanho com aqueles caixão de farinha. Com aqueles tambores de farinha. De coisa. As meninas tirava aqueles queijos e botava no tambor de farinha para quando elas quisesse comer, não bulia nos queijo dele que era dois varal assim, de queijo. Ai quando chegava na época que tinha muito queijo eles ia para vender. Eu sei que na casa do meu tio era fartura. Era fartura mesmo. (D. MALU, 84 anos). (sic).

Através de um breve questionamento, a memória de D. Malu (84), a fez recordar da vivência familiar, que está permeada por sentimentos e laços. Vimos que, aquilo que está oculto na memória, está apenas adormecido, e pode ser lembrado quando se fizer necessário (HALBWACHS, 2006).

As respostas nos relatos desta história oral às vezes podem aparentar terem sido selecionadas cuidadosamente pela memória. Vez ou outra a interlocutora recordava da pobreza, da fome e da fartura na casa do tio. Com isso, demonstrava gratidão pela mãe que há deixava um pouco na casa de suas primas. A declaração de amor à mãe é feita entre lágrimas de emoção, pela evocação da memória, que lhe trouxe lembranças importantes.

É a vida da menina mulher que frente às dificuldades buscou caminhos que pudessem lhes favorecer um futuro menos arredo em comparação ao vivido até o momento. A passagem para a vida de mulher adulta ocorreu quase que prematuramente, pois a saúde frágil da mãe impulsionou a moça a tomar atitudes que mudariam

seu destino, e conseqüentemente auxiliariam toda a família. E prosseguiu:

Quem é que tava na fartura e quer voltar pra pobreza. Dava vontade não. Agora aí tinha amor não. Tinha amor meu Deus a minha mãe. Há meu Deus do Céu. Tinha maior carinho por minha mãe. Depois ela foi ficando doentinha. Foi ficando doentinha. (D. MALU, 84 anos). (*sic*).

A piora da saúde da mãe impulsionou-a para a tomada de decisões nada convencionais para uma mulher que na cultura nordestina da época, que só trabalhava junto à família, e estavam na dependência do pai ou dos irmãos. Da sua narrativa, percebe-se como procedeu, e enfrentou sem temor, as dificuldades para ajudar a sua família. Todos estes fatos são anteriores a mais importante decisão de sua vida, que seria deixar a casa dos pais para ir trabalhar na capital.

A entonação da voz, os gestos feitos com as mãos e as expressões faciais demonstraram a força de vontade com que a mesma realizou este feito. Portanto, foi um salto para a modificação de atitudes perante a vida pessoal, social e familiar.

Nessa perspectiva, Halbwachs (2006), revela que somos uma interação de indivíduos, pois não estamos sozinhos. Há em nós, muito das outras pessoas com suas especificidades. De tudo que é, pensa ou faz uma pessoa, não o faz por si mesma, mas, realiza com a coparticipação de muitos, que presentes ou não materialmente, contribuíram, para que determinadas lembranças sejam evocadas.

É a memória da mulher negra cearense, em seu contexto histórico e social, se embrenhando na vida desafiadora que as diversas fases a remeteram, desde a infância até a juventude, da vida adulta à velhice. Na memória, percorre vias, que ora, a levam a lugares do passado se recompõem e, retornam a história na ótica do presente (HALBWACHS, 2006).

Nesse sentido, a entrevistada continuava lembrando-se de detalhes do diálogo que teve com a mãe sobre as decisões que

tomaria aos dezoito anos. Houve, durante a entrevista, momentos de idas e vindas da memória. E esquecer alguns detalhes da história de vida, pareceu algo natural, visto que, as lembranças foram sendo organizadas na memória até tornarem-se cuidadosas frases, ordenadas ou não:

Ai, eu botei um roçado, aí nesta época eu já era moça. Ai tem tanta coisa para te contar que agente esquece. Porque ai nesta época eu já era moça, ai eu ia pro roçado. Eu disse: Mamãe eu vou botar um roçado pra eu fazer farinha. Menina plantei tanta... Plantei maniva ai deu a mandioca. Ai foi arrancada pra botar na casa de farinha do meu tio. Foi. Fiz, oito carga de farinha. Escuta. Ai foi eu, eu digo essa farinha. Porque os meus irmãos faziam fartura em casa não. Tinha dois irmãos, dois em casa. Ai eu digo vou desmanchar. Vou fazer esta farinhada e vou deixar toda em casa. Porque quando não tinha farinha, era aqueles litim de farinha, vai menino comprar aquele litim de farinha. Bem pouquinha. Era. A, fiz oito carga de farinha. Fiz duas, dois sacos de goma. Que eu não tirava a goma toda porque era cara. Porque era cara a pessoa pra tirar a goma, a gomeira. Ai eu fiz. Ai Eu disse: Mamãe essa farinha eu vou vender só pra pagar as trabalhadeiras. Ai tirei duas cargas de farinha, ai vendi paguei as meninas tudim, porque lá tudo era pago né. (D. MALU, 84 anos). (sic).

Com as falas acima, pode se concluir que Dona Malú (84) quando jovem era uma mulher diferente em suas atitudes, e diante dos irmãos se sobressaía por sua coragem em desempenhar um papel de auxiliar na manutenção da família, para minimizar a fome e o sofrimento da mãe. Devido aos poucos recursos materiais, de agricultura e naturais pela ausência de chuva, as intenções da moça serviram de fortalecimento e segurança para a mãe. O dinheiro arrecadado com a farinha e a goma serviram, também, para auxiliar no tratamento da mãe.

A plantação, a colheita da mandioca e a produção da farinha feita na casa do tio não foram partilhadas, ou de meia, como se diz no interior do Ceará, todo o resultado foi para a moça e sua família. Segundo D. Malu (84) a mãe percebia que ela era muito

diferente das irmãs e irmãos, pois suas ações contrariavam ao que se desejava e pensava de uma mulher.

A doença da mãe não se tornou empecilho para que ela saísse de casa enfrentando outra realidade. Ela lembra muito detalhadamente as reações que a mãe teve, quando a mesma disse que iria embora, e que deixaria toda a produção de farinha em casa. Essa narrativa a fez chorar de emoção ao recordar, a imagem da mãe e sua dor, com a partida da filha.

As recordações neste momento se dão entre lembranças emocionais, motivadas pelo sentimento de afetividade pela mãe e pela família, e a lembranças materiais extraem da memória as condições em que vivia, e as soluções que a fizeram realizar transformações nos modos de vida.

Sobre este ponto, Halbwachs (2006), referenda que ao sentir que se detêm lembranças que são ocultas à memória, pode-se crer que como ser social, transmite, contribuições de outrem. É essa contribuição, que possibilita a alguém elemento primordial na inteiração do que pode lembrar.

Há, em cada indivíduo, nesse sentido, segundo Halbwachs (2006), fragmentos de lembranças que auxiliado pela “memória material”, podem dar ao espírito o complemento do que se deve recordar. Nas lembranças sobre as mudanças que ocorreriam em sua vida, a velha, afirma que a mãe achava ser ela uma moça diferente dos/as demais filhos/as:

Achava. Ai eu deixei. Foi quase perto de eu sair de casa. Ai eu deixei o resto todinho em casa. Ai ela dizia: “minha filha pelo amor de Deus, não deixe esta farinha toda em casa não”. Mamãe isto não vale nada não. Eu vou deixar que é pra nós não passar fome e a senhora não andar comprando litim de farinha. Ai foi na época que eu vim pra cá, eu me empreguei e vim pra cá. Que eu me empreguei. Eu deixei a farinha toda em casa. Ela chorava porque eu só queria comer coisa boa. Ela dizia que eu só queria ter fatura dentro de casa. Eu era diferente da outra. Foi justamente na época que vim pra cá que eu me empreguei, arranjei este emprego e fui costurar. (D. MALU, 84 anos). (sic).

Auxiliar os pais foi um dos modos de compensar a saída de casa pela necessidade urgente em suprir as despesas da família, visto que, a mãe teve a saúde mais agravada. O sustento para si e para os familiares da entrevistada vinha das atividades de costura em um ateliê localizado no bairro centro de Fortaleza.

Nesta época, o centro da cidade era considerado bairro nobre em que as famílias com maior poder aquisitivo lá residiam. Foi um período de *glamour* para a cidade de Fortaleza em que se ostentava a riqueza das elites. Trabalhar para uma família de prestígio econômico e social, proporcionou a entrevistada que se capacitasse, e por muito tempo, exercesse a profissão de costureira de ateliê, depois, costureira independente e dona de casa.

D. Malu (84), durante o processo de entrevista não demonstrou ter problemas pessoais ou sociais por ser mulher negra. Mas, constantemente fez referências ao contexto social de pobreza na infância e juventude. Ela, não demonstrou saber se há relação entre pobreza, negritude e preconceito racial.

Dando continuidade à discussão com as interlocutoras, sobre o que é ser mulher negra na sociedade cearense, em contexto diferenciado de D. Malu (84), que idealizava desde criança viver em ambientes que lhe propiciasse uma vida, para além, da que viveu no interior com seus parentes, D. Clementina (78), buscou melhorias de vida, porém, com menos ambições. Ou seja, ter uma família, trabalho e uma casa para morar, são coisas que fazem a vida ser plena. Quanto ao ser mulher negra e velha, é algo, que lhe é próprio e aceitável em sua condição humana, e por isso, se declara feliz e realizada:

É eu sou feliz, eu, eu sou feliz. Mas, tem pessoas que às vezes não é feliz, tem mais condições de ser feliz do que eu, mas, não é feliz, mas, a Deus eu sou feliz graças. A mulher negra, por exemplo, eu sou como velha que eu já passei já tou na terceira idade né, eu já tou, buscando os oitenta né, já sou uma mulher bem madura né. Eu sou uma negra velha, como se chama né. Eu acho, eu não me

troco por uma branca. Eu procuro meus direitos, sei procurar meus direitos, apesar de não ter cultura, eu sei procurar meus direitos aí eu não quero nem saber. (D. CLEMENTINA, 78 anos). (sic).

A consciência negra de D. Clementina (78) é revelada neste depoimento, em que não demonstra qualquer constrangimento, em declarar-se negra e velha, porque, se sente bem com o seu modo de ser e de perceber o mundo. A cidadania é outro aspecto que ela diz reconhecer enquanto sujeito que sabe como reivindicar direitos, que lhe possam ser negados ou negligenciados, no entanto, considera-se como sem cultura, que neste caso, é a falta de estudo regular.

Enquanto mulher realiza-se no contexto materno e nos cuidados com o terceiro marido, que tem alguns problemas de saúde. Ao falar de si, enquanto mulher, essas vertentes são reafirmadas:

A mulher Clementina [Nome fictício]. É me considero bem, porque na idade que estou ainda tenho a minha mãe. Criei bem meus filhos, tenho minha casinha, meu ordenado que dá pra mim viver, uso o que quero, roupa, o calçado a bolsa, sou uma negra velha criada, vivendo a vida, porque eu, eu porque não saio, porque não posso deixar ele. Mais se eu pudesse eu saia ainda, eu, ia na festa. O médico mandou a minha filha: leve sua mãe pra festa, leve sua mãe pra... Eu faço, fazia muita ginástica, agora com ele, é porque eu não posso fazer no dia de eu fazer tenho que está com ele aqui, agora que ele tá bom, tá com duas semanas, eu já vou começar minha vida né, começar minha vida, fazer minha ginástica, fazer minhas caminhadas, porque aí eu posso. (D. CLEMENTINA, 78 anos). (sic).

Neste trecho da entrevista D. Clementina (78), estava lamentando, por estar afastada das atividades físicas que lhe fazem tão bem e por conta disto, teve uma tendência de retorno da depressão, problema de saúde que ela vem tentando superar. Ela

se percebe, como uma preta velha muito forte, que vive tentando não se abater:

Olhe quando você chegou eu era uma, hoje, agora eu tou outra, tou sentindo nada, nada, tou boa de saúde, se você chamar vamos, chamar, vamos pra canto fulano de tal eu tava pronta pra ir. Eu já sei que agente conhecer pessoas, conversar é a vida, né é a vida. Doença é agente que faz, né, graças a Deus não tenho colesterol alto, não tenho diabetes, não tenho pressão alta, não tenho, a única coisa que eu tenho, é esse negócio dessa tal depressão, que graças a Deus ela fica só me rondando, porque ela não me pega, porque, eu sou mais forte do que ela. (D. CLEMENTINA, 78 anos). (sic).

Com uma autoestima positiva, D. Clementina (78) nos momentos em que nos encontramos, apresentou-se com desejo de que a população negra cearense possa ser respeitada, porque na compreensão dela os direitos de todos devem ser considerados, principalmente, no referente à igualdade racial e às relações entre brancos e pretos, por este motivo, refletiu e disse: “Aquele que se julgar inferior às pessoas brancas não faça isso”.

Esta é mais uma das tantas mulheres negras guerreiras, que na sociedade cearense repleta de preconceitos e racismo, ainda, busca marcar bem o seu lugar, tentando fazer-se diferente, em meio às diversidades, nos modos de pensar e agir, política e socialmente.

Na mesma linha que D. Clementina (78), que se sente mulher lutadora e forte, D. Cila (92), declara-se extremamente vitoriosa, por ter superado tantas batalhas na sua história de vida, em que se tornou filha adotiva de uma família branca, que a levou para Salvador, retornou para Sobral e depois para Fortaleza.

Quando criança trabalhou com a mesma vivacidade de uma mulher adulta, casou-se ainda adolescente, e ficou viúva três vezes. Criou seus filhos/as naturais e mais os seis filhos de uma irmã que morreu de parto. Trabalhou a vida inteira, e na velhice, ainda,

trabalha em casa, e por tudo isso, agradece ser mulher. Ela não tem complexos por ser preta e nem por ser velha.

A longevidade lhe deu muitos conhecimentos e sabedoria que a permite distinguir o quanto resistiu ao racismo e ao preconceito que, implícita e explicitamente, lhes foram direcionados. Na segunda entrevista, ao falar de si, enquanto mulher negra e velha se expressou da seguinte maneira:

Há como mulher eu sou uma monstra. [referindo-se o quanto fora forte a vida inteira]. [...] eu não gosto de briga, não goste de nada, gosto da coisa direita, vamo pra tal parte, vamo, da pra ir não, não. vamo amanhã, vamo depois, só. (D. CILA, 92 anos). (sic).

A resposta de D. Cila (92) é repleta de segurança de quem sabe o que está dizendo. Ela sente que é muito forte e destemida. E quando novamente, perguntada se os filhos/as haviam sofrido preconceitos na atual sociedade cearense, ela negou totalmente, que possam ter passado por atitudes de desrespeitos, por conta de sua pertença étnica:

Graças a Deus não. Se a senhora ver meu marido, meu filho, ele é alvo de olhos azuis [sobrinho, que se tornou filho adotivo]. Da polícia. Eu criei oito rapaz, que a minha irmão morreu de parto deixou oito filho, o mais novo, tinha vinte e tantos dias de nascido, parece que era 22 dia de nascido, o pai disse, que ia dá. Pois, você não da não cumpade, você tem condições, eu não tenho, mais você compra, bota aqui, trás pra cá, eu crio. Criei, graças a Deus, num dei nem um, nem morreram. Tem dois em Mato Grosso, um sargento, da Receita Federal [Polícia Federa], o outro, é cabo da polícia, tem dois, em Juazeiro tem três, cinco, as menina, seis, tem os que são de Mossoró, é Mossoró, porque ali é Apodi, Apodi já é Mossoró, é Natal, que eu quero dizer. Graças a Deus. (D. CILA, 92 anos). (sic).

Estas lembranças provenientes da memória de D. Cila (92), às vezes, se tornam confusas por se tratar de informações que

envolvem muitas pessoas, situações e lugares. Buscamos apresentar a história de vida destas, mulheres negras velhas, rebuscando de suas memórias, fatos que para elas, são significativos e lançar um olhar analítico, sobre estas representações. Em suas afirmativas D. Cila (92), acredita que no Ceará, tem preconceitos, mas, em percentual menor do que em outros lugares em que ela viveu ou conheceu:

Não. Aqui que eu nasci e me criei não tem preconceito, na Bahia lugar que eu vivi, e andei que tem mais preconceito é Argentina e Inglaterra. (D. CILA, 92 anos). (*sic*).

D. Cila (92) viveu parte da infância em Salvador, e por conta de sua profissão de cozinheira, realizou várias viagens. Segundo um dos netos e confirmado pela mesma, ela é sobrinha, por adoção, de “Mãe Menininha do Gantois”. Por conseguinte, a esta informação, e pelos dados anteriores em que a depoente expressa, que o padrinho e família, são brancos, percebe-se, que se trata de mais uma família inter-racial, porque mãe menininha era uma mulher negra. Estas informações poderão ser investigadas em outro momento.

Em continuidade à investigação das lembranças que detém sobre sua vida, e se a mesma guarda algum objeto, que para ela, seja como um relicário, que possa ter recebido de algum/a parente ou amigo/a, e traga para si recordações, ela respondeu, que da madrinha tem algo que lhe foi presenteado quando bem jovem, mas boa parte de suas lembranças materiais se perderam por conta de um incêndio ocorrido em uma das casas que morou.

Eu tinha. A minha casa no Pirambu quando eu morava lá, entrou água. Foi queimada a parte toda da cozinha todinha eu perdi tanta coisa nesse tempo, retrato, joia. Hoje em dia, eu só possuo um anel, e o relógio, porque vive na caixa econômica. O relógio foi minha madrinha que me deu. Ela deu em 15 de novembro de 1940. Atenho, é de ouro, vive mais é na caixa. Por que, aquele relógio era tudo pra mim, era toda a minha vida, toda vida foi. Tanto, que Eu já enjeitei de vender, num sei quantas vezes. Não.

Com a minha morte, é da minha neta. Mas, pra dar não. É. Eu tiro ele pra festa uma festa, uma coisa, quando eu chego, no outro dia eu ponho pra casa da minha irmã adotiva. Ela tem lá casa dela onde guardar, que ladrão não sabe. Ela reformou a casa, ai comprou um cofre, e botou na parede ali, tem um quadro grande que ela botou, (DONA CILA, 92 anos).

Essa memória de materiais que trazem recordações de pessoas que são caras para D. Cila (92) representa o retorno a um passado distante, mais que no presente, significa momentos muito singulares de sua vida, como o convívio social em banquetes, e festas, as quais não mais frequentam.

São estes objetos, elos entre gerações, que a velha pretende deixar para a neta, ao invés de se desfazer para suprir necessidades financeiras. O zelo pelos objetos aproxima-a da irmã adotiva, que se tornou guardiã, ao manter em sua casa as joias, que a mãe presenteou a afilhada, há quase oito décadas.

Com a mesma finalidade, D. Clementina (78) foi interrogada, e lembranças materiais ela não apresentou, visto que, por muito tempo esteve ausente de casa, mais exatamente quando os filhos ainda eram muito pequenos. Esta ausência representou muitas perdas, incluindo bens materiais e imateriais, como a presença dela para os/as filhos/as. É uma mulher que muito batalhou para viver dignamente, ficou em tratamento psiquiátrico, e por isso, permaneceu em estado de internamento por seis anos, fato que ela muito lamenta.

São lembranças de mulheres, sobre outras mulheres e também, sobre homens que em suas vidas tiveram papéis muito significativos. Sejam estes, como pais e mães, irmãos, irmãs, amigos e amigas, filhos e filhas, ou simplesmente, pessoas que passaram em suas vidas e marcaram momentos imprescindíveis.

Por isso mesmo, é que nem só de sofrimento, viveram estas mulheres, porque suas memórias, também, estão repletas de recordações sociais com parentes e amigos que lhes propiciaram

viagens, passeios, e outros momentos, que deram complementaridade prazerosa às suas vidas.

D. Cila (92), por exemplo, além de estados e cidades brasileiras, viajou várias vezes ao Continente Europeu. Dessas viagens, ganhou muitos conhecimentos culturais, inclusive, dos tipos de comidas da cozinha europeia, que enriqueceram seu cardápio de banqueteira, como ela mesma relata:

O lugar mais ruim que conheci até o dia de hoje, é a Bélgica, não!! É um lugarzinho que a negrada gosta de comer carne crua, e come tigre, urubu. Fomos acabar na Bélgica. Passear. Foi em 59. Depois da guerra em 59. Foi em 59. É horrível a Bélgica. Eu só não conheço os Estados Unidos. Eu conheço o Ceará todinho. Manaus. Daqui eu fui à madrinha e a [...] fui pra França. Porque, as meninas ia e me levaram pra conhecer. Fui passear. Eu tenho um sobrinho por parte deles que me chama tia. (D. CILA, 92 anos). (sic).

Os sobrinhos por adoção estiveram muito presentes na vida de D. Cila (92), daí, suas memórias se voltarem para eles, sempre com muito carinho. Também, com muita atenção para com a família, D. Malu (84), recorda da prima que era sua companheira nos passeios dominicais pelo centro da cidade de Fortaleza, e que em sua juventude reunia público para ir ao cinema, sempre com muito luxo, pois como era costureira de ateliê tinha muito gosto em estar bem vestida, eram as filhas da patroa, que a ajudavam neste ponto. Essas lembranças, de uma mulher que realizou seus sonhos de criança que, indo para a roça na zona rural usava sapatos de salto, se concretizou na juventude em meio a vestidos, joias e sapatos caros:

Ai sabe onde é que nós ia muito. Às vezes ia era tarde. Era o cinema. São Luís. Ai não me lembro mais não. Era, São Luís. ia com minha prima. Nós só tinha tempo de ir dia de domingo. Muito alinhada. Muito alinhada. Tu é doida, muito chic. Eu só andava chic. Também. E olha o sapato Luís Quinze, (todo fechado). E o sapato Luis Quinze, fechado. Brinco na orelha.

Cordão de pérola. Era pérola mesmo. Nessa época era pérola. Ai era pérola mesmo verdadeira. Ai só a patroa que me deu um anel e um brinco de pérola. Nessa época era pérola. Era pérola mesmo, verdadeira. Acabou-se mesmo, pois, faz tanto tempo. Menina agente ganhava bem. Não tô dizendo. Porque era alta costura. A patroa podia pagar mesmo. Era tempo bom. (D. MALU, 84 anos). (*sic*).

Estas recordações de D. Malu (84) fizeram-na ficar muito emocionada e com olhos brilhantes, como se estivesse naquele local e data novamente, em virtude da importância dada a fatos cruciais da realização de seus desejos, de ter uma vida material que lhe propiciasse conforto, como almejou ao deixar a casa dos pais ainda muito jovem. São mulheres que se reconhecem, se percebem em sociedade, mais, que passaram e passam despercebidas nos diversos contextos.

Mesmo diante deste impasse, D. Clementina (78), se apresenta como uma mulher negra de muito bom gosto para se vestir, comer e passear, quando a saúde do marido permite, e ainda, sonha em poder ajudar a filha a adquirir a casa própria, sonho que ela tomou como seu:

Eu sou vaidosa, gosto de passear, gosto de roupa boa. Meu marido é muito bom. Posso dizer que vivo no céu. Tenho sonhos: Poder comprar uma casa pra minha filha. Antes de Deus chamar que eu tenha alcançado esse sonho. (D. CLEMENTINA, 78 anos). (*sic*).

São mulheres negras falando de suas vidas e de suas esperanças, contrariando as ideias de que pessoas velhas não mais tem o que esperar da vida. São histórias de vida de seres do sexo feminino que se firmaram como cidadãs em uma sociedade que exclui mulheres, negros e velhos, categorias que ao serem vistas conjuntamente, expõem conhecimentos, experiências e expectativas de dias melhores e com mais justiça para os estratos sociais invisibilizados.

Por isso, durante as análises da primeira e segunda fase das entrevistas com as interlocutoras, percebemos o quanto para estas senhoras, falar de raça, de preconceito e discriminação, parece ser algo que intrinsecamente as incomoda. Para elas, significa recordar, o quanto em suas vidas o racismo esteve presente. Desfazer isto, que está no interior da sociedade e que se apresenta como contra valores, exige uma revisão dos caminhos já percorridos, que fizeram de suas histórias de vida o que se apresenta na atualidade.

Assim, mesmo que a história oficial tenha sido omissa em dignificar o papel da mulher em sociedade, e mais especificamente, o papel da mulher negra, revelar estas histórias de vida, significa, apresentar para a sociedade mulheres pretas, que com sua perseverança, colaboraram nos cuidados com a alimentação e cultura alimentar, com o vestuário e com o zelo pelos/as filhos/as, e zelo pelas residências da classe média alta e elite branca cearense.

Portanto, aqui neste texto estas mulheres vão deixando o papel de sujeitos de pesquisa, para serem agentes e proclamadoras de suas próprias histórias, apresentadas de maneira simples e emocionante, pela qualidade e quantidade de sentimentos que impregnaram as linhas dos depoimentos apresentados.

Parte II

História oral e o resgate de lembranças através da memória

Capítulo III

Quem conta nossas histórias percorre alguns caminhos: caminhando, ouvindo e falando da vida

1. História oral como possibilidade metodológica

A história oficial nos é apresentada em livros, produções de filmes, documentos, falas discursivas e outras informações. Le Goff (2003, p.11-51) se refere à história como articulação em sociedade e difusão política. Assim, interpretar ou reinterpretar a história da humanidade implica o desejo de transfigurá-la, pois, “[...] toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo”.

Considerando a contemporaneidade histórica, é que a memória e as lembranças de mulheres negras cearenses com mais de setenta anos, apresentadas neste texto, nos direcionaram para a opção de utilizar alguns pressupostos metodológicos da História Oral, a fim de conhecer os caminhos percorridos pela população negra, através dos testemunhos e relatos de vidas rememoradas e de experiências adquiridas.

Diante do exposto, Thompson (1992 apud MATOS; SENNA, 2011), demonstrando a importância da oralidade como fonte, descreve que na ótica deste historiador, há possibilidades de que seja utilizada (a história oral) em vários setores que envolvam seres humanos como sujeitos de pesquisa. Segundo o autor:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. (THOMPSON 1992 apud MATOS; SENNA, 2011, p.96).

Os trabalhos de pesquisa que trazem a história oral como metodologia, veem-na, como esperança de denúncia que poderá ser feita, a partir da contribuição dos sujeitos participantes ao relatarem sua situação de exclusão social, auxiliando na reconstrução da história local através do viés pessoal da memória (SOUZA *et al.*, 2007).

Nessa perspectiva, Thompson (1992 apud XAVIER, 2010, p.126), aponta que “além de se alterar a textura da história, também, ocorrem alterações em seu conteúdo, propiciando mudanças no foco das leis, estatísticas, administradores e governos.” Na categoria das fontes, a fonte oral, pode dar novos aspectos à historiografia, possibilitando uma vivacidade ao que se deseja pesquisar.

Segundo Souza *et al.* (2007) os trabalhos com história oral buscam dar um novo rumo e nova postura acerca dos papéis em sociedade, não se pretendendo vislumbrar, unicamente, a história dos menos favorecidos, mas atentar para o que já foi estudado sobre a sociedade local e estar disposto a buscar uma nova descrição.

A história, nos dias atuais, toma conotações críticas, conhecidas como nova história, e com a diversidade das ciências está contida em vários temas. A história contemporânea renovada em suas origens desenvolveu estudos na Europa em países como: França, Grã-Bretanha e Itália, nos anos de 1950 do século XX (LE GOFF, 2003).

Entre novos conceitos e com o advento da antropologia e da sociologia há o surgimento de historiadores críticos ao modelo antigo da pesquisa e produção literária da história:

Na medida em que a sociologia e antropologia desempenharam um papel importante na mutação da história do século XX, a influência de um grande espírito como Max Weber e dos sociólogos e antropólogos anglo-saxônicos foi notório. (LE GOFF, 2003, p.127).

A “história oral” alcançou grande desempenho em vários países europeus, dentre eles, os anglo-saxônicos (LE GOFF, 2003). Ruggiero Romano (1978 apud LE GOFF, 2003, p.128) diz que este, por suas ideologias, apontou um conjunto de nações cuja introdução da história e de estudiosos está voltada para as vidas em sociedade e na política, diferenciando-se dos anglo-saxônicos. Estas nações são: “A Itália, a França, a Espanha e países sul-americanos”.

Como método, a história oral configurou-se mais plenamente ao surgir à técnica de gravação, utilizando-se do aparelho gravador, entre os anos de 1950 (nos Estados Unidos da América), repercutindo no Continente Europeu. A história oral nos Estados Unidos da América (EUA) tinha por objetivo a coleta de dados para o uso de pesquisadores em história (MATOS; SENNA, 2011).

A configuração da história oral enquanto tal ocorre no desenrolar de encontros, seminários, discussões entre as décadas de 60, 70 e 80, em que surgem possibilidades de utilização deste método e fonte de pesquisa. As maiores propensões para a difusão da história oral nos meios acadêmicos deram-se na década de 80, quando surgiram associações de historiadores que viam neste método, probabilidades para se incluir novos sujeitos nos campos a serem pesquisados.

No decorrer da história dos anos de 1990, principalmente no Continente Europeu, quando aconteceu a união entre Alemanha Oriental e Ocidental (pondo fim a separação entre estes países) com a queda do muro de Berlim, estabeleceu-se o início de uma nova ordem política e social que deu aos historiadores deste período, a possibilidade de ser a quarta geração de difusores da

história oral, pois tornaram as testemunhas destes fatos, fontes imprescindíveis (MATOS; SENNA, 2011).

Considera-se, portanto, que com a organização desta metodologia os historiadores entenderam que o presente, também é uma possibilidade histórica e não só os acontecimentos do passado. Para tanto, foram construídas novas teorias justificando o nascedouro da história oral (MATOS; SENNA, 2011).

Alberti (2004) descreve que, como método de pesquisa, a história oral se pretende um intermediário de aprendizado. Para sua utilização pressupõe-se que haja um “projeto de pesquisa”, com um determinado fim. Questões preliminares que deverão justificar o que se pretende investigar.

A utilização da história oral poderá ser feita quando estiver definido o objeto que será abordado. Com o projeto de pesquisa em mãos, objetivos direcionados e sujeitos a serem investigados já escolhidos, como orienta o “Manual de História Oral”, também, cabe observar a propensão das pessoas para responderem às questões das entrevistas (ALBERTI, 2004).

As orientações do Manual de Pesquisa Oral oferecem os indicativos de como proceder na seleção de entrevistados: De início selecionam-se os sujeitos, que devem ser pessoas que possam ter presenciado ou viveram no contexto em que ocorre, ou ocorreu o problema de interesse do pesquisador, e que a proveniência de suas lembranças tenha significado representativo para a pesquisa. Este sujeito torna-se, para a história oral, “informante” que, qualitativamente, ocupa espaço diferenciado em relação a outros referendados no meio em que se pretenda desenvolver o estudo (ALBERTI, 2004).

Portanto, para abordar o problema apresentado aqui neste trabalho optou-se pela pesquisa em que a temática estudada vinha a ser algo que já tínhamos conhecimento de alguns detalhes: como sujeito, objetivo e desempenho.

Daí Alberti (2004, p.32) sugere que é preciso ter conhecimento do tema, da inserção grupal das testemunhas no

pretensos contextos, “sua biografia”, sua interação sobre o intuito da investigação, para que se: “[...], justifiquem o investimento que os transformará em entrevistados no decorrer da pesquisa”.

Tendo as prescrições acima relacionadas, de início, para compor os objetivos deste texto, houve a procura pelas personagens e a definição das quais comporiam o conjunto das entrevistadas, a fim de dar a pesquisa os rumos qualitativos que se pretendia.

Neste sentido, a entrevista torna-se uma estratégia utilizada por investigadores para se coletar informação, sendo que tenha antecipadamente traçado caminhos sobre e para o objeto que deseja pesquisar. A partir dessa ação, busca-se proximidade com os sujeitos e se estabelece conversação, tendo como base questões que, porventura, possam responder ou não ao esperado.

A entrevista utilizada como técnica de “pesquisa qualitativa”, quando dá atenção ao depoimento de pessoas em sociedade, quer entender a funcionalidade das questões humanas ligadas a realidade dos fatos, aproximando-os pelo intermédio de falas, oralidades, tornando-se adequada no uso de trabalhos que tenham por proposta entender qual a percepção que os sujeitos possuem das realidades sociais.

Gil (2008, p.109), expressa que: “A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

Para esta investigação buscamos entrevistar mulheres negras, acima de setenta anos que se tornaram fonte de informação de suas histórias de vida, caracterizando objeto e objetivos da pesquisa.

Com Alberti (2004, p.37-38), entendemos que as entrevistas,

[...] de história de vida tem como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou deque se inteirou.

Por conta desta afirmativa e pela composição da pesquisa é que as histórias contadas para compor este estudo estão organizadas por fazes das vidas de mulheres negras, que recordam de muitos dos dias vividos desde criança aos tempos mais recentes.

2. Questões de negros e de negras no Ceará: a negação da história e das memórias

O Ceará é o estado brasileiro que tem em uma de suas vertentes uma história mitológica da inexistência de pessoas negras na composição populacional, caracterizando-se como um lugar em que os preconceitos raciais, velados ou não, estão presentes nos diversos meios sociais.

Segundo Bezerra (2011) a introspecção da ideia de ausência negra no Ceará foi algo historicamente construído e aceito nos meios sociais e políticos como algo passível de veracidade. Segundo o autor:

Como todo mito, o de que no Ceará não há negros e negras foi construído ao longo dos últimos séculos de história do Estado e foi sendo inculcado nas mentes, tendo-se tornado parte do senso comum. Como todo mito, passou a ser uma verdade inquestionável, que demanda um complexo emaranhado de ações no sentido de desfazer o conceito. (BEZERRA, 2011, p.95).

A negação da existência de população negra neste Estado remete-nos a crença de que a negritude despercebida pressupõe invisibilidade do povo negro que, segundo pesquisas sobre a densidade populacional, compõe o maior percentual em relação a brancos, amarelos e indígenas.

Enquanto os mais recentes dados estatísticos do Brasil mostram que 51,1% da população são pretos (6,9%) e pardos (44,2%), no Ceará, os percentuais estão acima da média do país, com 2,7% pessoas que se declaram pretas e 66,1% pardas, somando 68,8%. Dentre estes percentuais, o Ceará ocupa o sexto

lugar na composição de população negra na Região Nordeste, com pequena diferença entre os demais estados. Buscando redimensionar o entendimento de que no Ceará não tem negros é que procuramos entender questões ou problemáticas no que se refere a não visibilidade negra neste estado (IBGE, 2010).

Desta realidade social surgiu o interesse pelo objeto que foi se tornando mais consubstancial, a partir dos primeiros encontros com a professora orientadora, Dr.^a Joselina Silva, ao sugerir a leitura de três livros para embasamento teórico: “Memória e sociedade: lembranças de velhos” de Bosi (1994); “A memória coletiva” de Halbwachs (2006); “Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo” de Bernardo (2007).

Estas pesquisas científicas reforçaram a fundamentação teórica para a experiência de ouvir, sentir e descrever as histórias de negras velhas cearenses, que demonstraram interesse, (com a intercessão de filhos e filhas) em colaborar para a produção de novos conhecimentos.

A decisão pelo grupo de mulheres negras velhas com idade acima de setenta anos, deu-se pelo interesse em sabermos sobre suas histórias, que poderiam ser expressas através de lembranças que surgissem de suas memórias e pelo fato de suas experiências de vida estar ligadas, direta ou indiretamente, ao movimento social negro, onde os filhos (as) são participantes.

Destas mulheres negras que seguem sendo invisibilizadas num contexto sociopolítico em que o machismo e o sexismo se apresentam como imperativos, percebemos que em várias de suas lembranças, elas se remetem a fatores como os acima citados, visto que, por suas idades (92, 84 e 78 anos) e nos lugares em que nasceram e cresceram nas (zona rural e urbana) no período (início do século XX), o papel do masculino tinha preponderância. Da oralidade e das narrativas em relatos rebuscados na memória destas interlocutoras e que apresentaremos mais adiante, podemos colher depoimentos que confirmam esta exposição.

As primeiras entrevistas foram primordiais para sentir e observar as conjunturas de sociedade em que estão inseridas as mulheres negras no campo de pesquisa. A configuração social entre a passagem para as diversas fases (infância, adolescência, idade adulta e velhice) apontaram rumos diversificados que desencadearam nas condições de vida em que se encontram hoje. O que tornou perceptível, o quanto se torna necessário revisar as posturas, sobre os modos de ver e constatar, as situações de vida da população negra.

A produção científica, aqui apresentada como resultado de estudos e trabalho de campo, tende a transformar-se em teoria sobre a história de vida e memórias de mulheres negras velhas e quer apontar caminhos para que novos olhares sejam direcionados para um grupo majoritário em termos de constituição populacional nos contextos de várias cidades brasileiras.

Para tanto, como objetivo geral para esse estudo, nos dispomos a investigar como as questões de gênero, lembranças e movimentos sociais podem se intercalar em uma perspectiva de afirmação de identidades e do papel social de mulheres negras. Por isso, para alcançarmos este objetivo, foram traçados caminhos específicos que se propuseram a: compreender as relações raciais e de gênero nas trajetórias individuais e coletivas das mulheres negras, acima de setenta anos; entender a influência do Movimento Negro nas dinâmicas familiares destas mulheres; analisar as lembranças destas mulheres, por meio de suas histórias e memórias. Diante destas questões a consideração pelo estudo de gênero tornou-se preponderante.

A população negra se apresenta em maior número no Brasil, e ao ser relacionado à atenção oferecida em termos de políticas públicas ofertadas, estas, não contemplam as necessidades sociais deste contingente.

A partir dos dados do IBGE (2010) anteriormente apresentados, demonstramos que mesmo ocupando o sexto lugar de população negra autodeclarada na Região Nordeste, o estado do

Ceará, ainda não está subsidiado com políticas públicas suficientes que considerem as especificidades do povo negro.

Outro ponto que merece justificativa é o fato de os Movimentos Sociais Negros constituírem-se parte deste trabalho, visto que, as mães de ativistas negros são motivo primordial para a execução de uma averiguação que intercala ações familiares, comunitárias e sociopolíticas.

Os Movimentos Negros no estado do Ceará se configuram como movimentos sociais que se contrapõem a ordem social estabelecida, quando esta, torna desconfiguradas ações fundamentais de direitos humanos e de participação na diversidade social.

A definição pelo campo da pesquisa, a cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará se tornou adequada pelos seguintes motivos: desejávamos obter um quadro da possível realidade da situação das mulheres negras neste contexto urbano, pois no contexto rural, no sul do Ceará, concomitantemente, estava sendo realizada uma pesquisa com esse mote, a partir das memórias de senhoras negras velhas, que não possuíam ligação com o movimento social negro; as entrevistadas - para responder a problematização - seriam mães de ativistas do movimento negro nascidas neste estado e com idade acima de setenta anos.

O Movimento Negro no estado do Ceará se apresenta diverso em termos de composição, e a maioria dos seus integrantes reside em Fortaleza. A cidade de Fortaleza está dividida, administrativamente, em seis Secretarias Executivas Regionais (SER's), formando um contingente populacional junto a Região Metropolitana de 3.655.259 habitantes.

Segundo o IBGE (2010) mais de 60% das pessoas que responderam a pesquisa domiciliar se autodeclararam, pretos ou pardos, que em sua maioria perceptivelmente, se configurando como população negra. Neste contingente, estão incluídas as mulheres negras, constituídas como colaboradoras nesta produção acadêmica.

Assim, nesta proposta as mães de militantes dos movimentos sociais negros, nos propiciaram saber um dos aspectos da memória social da população negra que é a visibilidade negada, visto que é notória a sua presença física, como nos informa o IBGE, através do censo de 2010, que registrou a presença de 108.349 que se declararam pretos e pardos em Fortaleza, representando assim, 4,42% da população residente de 2.452 milhões, principalmente nos bairros periféricos.

Das entrevistadas, duas residem na periferia sul da cidade de Fortaleza e outra em um bairro mais próximo ao centro da cidade. Ambas, na juventude, trabalharam ou viveram próximo da orla marítima, informações estas obtidas durante o processo de investigação.

Diante disto e neste campo de pesquisa buscou-se, através da oralidade, trazer a tona, lembranças das vidas dessas mulheres que pudessem torná-las mais próximas da história social, contrariando a “história” quase que lendária de que no Ceará não têm negros.

A história oral, nesse sentido, é utilizada para dar formato valorativo às memórias e reminiscências de procedência individual, funcionando metodologicamente, por meio de entrevistas com indivíduos que contextualizaram algum ocorrido.

Ligada à conjectura da oralidade, para contar ou recontar a história, apresentamos a tradição oral de povos considerados tradicionais, e neste caso específico, a oralidade oriunda de algumas regiões do Continente Africano.

3. Tradição oral como preservação da memória da África

A Tradição Oral é a conservação de contextos históricos, lendários, mitológicos e culturais, tendo a fala como meio de expressá-la. Na África a tradição oral surge com um conjunto de artefatos culturais e sociais colecionados e que povos considerados sem cultura escrita se tornam depositários destes conhecimentos (KI-ZERBO, 2010).

Hampaté Bâ (2010), diz que ao se falar de tradição, para se referir à história da África, está se fazendo referência a tradição oral, por que é da tradição oral que brotam os saberes de todos os tipos, validando uma herança transmitida por séculos através das falas de mestres e discípulos.

A tradição oral, segundo Hampaté Bâ (2010) é tida por aqueles que a conservam, como um tesouro, portanto, não caiu no esquecimento, mas, está guardada na memória dos anciãos que a receberam e dela se tornaram guardiões, por isso, são reverenciados como a “memória viva da África”.

Alguns dos povos africanos na atualidade, têm seus registros históricos apresentados através da escrita, exercendo preponderância sobre as narrativas orais. Estes povos, por longos períodos, tinham o livro como a fonte mais segura de transmissão das suas culturas e consideravam os povos que não mantinham seus conhecimentos por escrito como, “povos sem cultura” (HAMPATÉ BÂ, 2010).

Em relação aos povos africanos que utilizavam à escrita, esta atividade é considerada como uma das mais antigas praticadas pela humanidade, cujo surgimento se deu cerca de mil a três mil anos, bem antes da escrita europeia. Em forma de hieróglifos, os escritos africanos surgem na região da Núbia, no Egito, anteriormente a escrita da Europa e as escritas em aramaico, as tuaregues (*Tifanigh*), os escritos árabes (com a expansão mulçumana) e mais recentemente os escritos Suarili. Para este teórico, não há motivos para se considerar os povos africanos como populações ágrafas. Com isto, as transmissões orais africanas são representações culturais, que por sua constituição filosófica, se interligam e se intercalam com a tradição escrita (CUNHA JÚNIOR, 2008).

Referindo-se as formas de transmissão e preservação dos conhecimentos, o cérebro dos africanos são tombos bibliográficos, ou seja, as primeiras bibliotecas existentes, justificando assim, que antes de se escrever, de expressar o que se pensa no papel, há que se estabelecerem reflexões entre o autor e o que se pretende relatar

por escrito. Portanto, antes de se colocar o que se deseja escrever, seja uma recordação histórica ou social, o escritor busca as lembranças em sua memória, independentemente das que lhes foram transmitidas, ou das que ele mesmo vivenciou e a forma como interpreta (HAMPATÉ BÂ, 2010).

Não há comprovações, segundo Hampaté Bâ (2010), de que os fatos escritos se referem aos acontecimentos com mais fidelidade, do que a transmissão feita através da tradição oral, que se transfere de geração a geração. Segundo o autor:

As crônicas das guerras modernas servem para mostrar que, como se diz (na África), cada partido ou nação “enxerga o meio-dia da porta de sua casa” – através do prisma das paixões, da mentalidade particular, dos interesses ou, ainda; da avidez em justificar um ponto de vista. Além disso, os próprios documentos escritos nem sempre se mantiveram livres de falsificações ou alterações, intencionais ou não, ao passarem sucessivamente pelas mãos dos copistas – fenômeno que originou, entre outras, as controvérsias sobre as “Sagradas Escrituras”. (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 168).

Por trás do testemunho existe a pessoa que testemunha os acontecimentos. Com isto, valorizam-se as redes de comunicação que o “homem testemunha” pertence à fidelidade das memórias individuais e coletiva, e o “valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra” (HAMPATÉ BÂ, 2010, p.168). Ainda segundo Hampaté Bâ (2010) a oralidade e a memória têm sua função e importância enquanto preservam a tradição. Contudo, o elo “Homem-Palavra” se sobrepõe. Em lugares em que as palavras escritas são inexistentes, a palavra é a vida do homem, porque transmite tudo a todos pela fala. Ele está empenhado em guardá-la e em transmiti-la. Enquanto a palavra-oralidade vai se difundindo, percebemos que a palavra escrita passo a passo transpõe obstáculos e concorre com a oralidade em substituição a tradição, transformando-se em

fonte primária. A disseminação da subscrição passa a ser o comprometimento válido (HAMPATÉ BÂ, 2010).

Nos locais do Continente Africano, no Sul do Saara, a fala expressada pela palavra não só apresentava os valores morais imprescindíveis, mas também estava revestida da gênese das divindades e do ocultismo sagrado. O zelo pelo uso da palavra era uma das características que confirmava a pureza de quem a transmitia (HAMPATÉ BÂ, 2010).

A tradição oral contempla todas as possibilidades vitais. As coisas divinas e terrenas se fundem revelando ao homem suas possibilidades espirituais e materiais de compreender-se como portador de talentos que lhes são próprios, recobrando-o de responsabilidades dimensionais da vida: “Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial” (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 168).

Constituída de valores imprescindíveis à tradição oral é apresentada na literatura africana como possibilidade de base para a construção da identidade, por apresentar a profundidade cultural de várias nações deste continente.

De acordo Cunha Junior (2008) as oralidades cujas origens são africanas possuem uma constituição distinta e são diversas em suas representações sociais, pois, remetem-se em cada contexto, a uma tipologia diferente. Nesta conjuntura, encontram-se os teatros africanos, a palavra propriamente dita, as energias vitais e sua disseminação física através do som, as músicas e as danças que assinalam a marca africana.

Outras fontes de oralidade africana estão no folclore africano, intrínseco nesta tradição, que fornece subsídios para a tradição oral. A diversidade de histórias locais, contos, fábulas que oferecem ao ser humano a oportunidade de se perceber enquanto tal, por ser portador de ideias e da fala-oralidade se constitui, diferencialmente, em relação ao restante da natureza (KI-ZERBO, 2010).

A oralidade é o repasse de sabedorias guardadas na memória dos seres humanos e, como conhecimento, é expresso através da voz. Toda sorte de conhecimentos humanos antecedentes aos registros ortográficos eram difundidos de forma oral. A audição e a visão, com o auxílio da memória, funcionavam como meios para que as sociedades orais repassassem suas tradições aos novos membros de suas aldeias, tribos, cidades. Era a herança deixada para a manutenção da vida e suas dinâmicas africanas.

Para Cunha Junior (2008) a oralidade é uma maneira de apresentar o ser humano a partir de suas diversidades culturais, em lugares, espaços, sociedades, e em períodos históricos distintos. As oralidades são próprias de um povo ou lugar que as criam em formas específicas e não representam todo o gênero humano.

Nas diversas sociedades orais os interlocutores entre as antigas e novas gerações eram os velhos, sabedores experientes das realidades da África.

Ki-Zerbo (2010), apresenta estes velhos com especificidades que lhes imputam respeitabilidade em seu meio: guardiões, cabelos grisalhos, lento de voz, memória um tanto conturbada, de algum modo tido como insistentes, cuidadosos.

As culturas tradicionais orais têm na pessoa do idoso, alguém que é digno de todo o respeito, pois eles são a base para a manutenção da vida em um território, por deter em suas memórias a tradição do seu povo. Como fonte histórica, a tradição oral internalizada, alimenta expressões de sabedoria e torna-se autêntica, merecendo crédito por pertencer a um período em que a credibilidade da palavra era suprema nas sociedades.

Discernindo os pensamentos sobre as intelectualidades das sociedades-informática em que as inteligências múltiplas se destacam, as inteligências artificiais (tecnológicas) se sobressaem, assim como pode ser feita diferenciada a “oralidade primária” da “oralidade secundária”.

Na oralidade primária a fala como meio exclusivo de informes é incumbida de conceber a memória social. Já na

oralidade secundária, em que a fala e a escrita se completam, e em seguida contam com a colaboração da comunicação tecnológica, é caso corriqueiro em meio às diversidades das culturas africanas, em que a identidade de povo, fora construída com bases nos ensinamentos e memória-histórica dos *griots* (África Ocidental), como transmissores da vida e obras das comunidades.

Sobre a confirmação da veracidade das histórias orais, há na cultura do ocidente, contestações a respeito da oralidade, como forma de conceber história. É da funcionalidade da tradição oral, que faz surgir essa desconfiança, que acusa de ilegítima a transmissão oral das tradições africanas que os velhos repassam de geração em geração (KI-ZERBO, 2010).

Os/as velhos/as transmitem a cultura social, a cultura das leis e cultura religiosa mantendo a postura de quem foi autorizado/a para esta função. No entanto, há estudos acadêmicos que apontam controversas sobre o uso da memória-oralidade como fonte confiável de construção de conhecimento histórico. A justificativa se dá em torno da possibilidade de o/a entrevistado/a se contradizer em seus depoimentos memoriais. A dúvida surge por se crer que o sujeito que depõe possa criar e recriar caminhos para relatar as lembranças que sua memória apontar, podendo ou não, enaltecer fatos mais ou menos importantes (KI-ZERBO, 2010).

Contudo, acrescenta Ki-Zerbo (2010) que os artífices em contação de histórias, ao recriarem cada momento de suas vidas ou das vidas de seus povos, podem utilizar-se de elementos pré-textuais diferentes dando seu parecer sobre a compreensão dos acontecimentos, criando fontes elementares para obter referências de um determinado ocorrido. Assim, torna crédula a oralidade como substância da história, e com isso o que se justifica como adversidade passa contribuir para a validação de pesquisas, agregando-se a esse pretexto a reestruturação do que se passou como não fruto de imaginação.

No passado as lembranças estão fragmentadas, são partes de histórias repletas de sentidos e sentimentos que como em um

caleidoscópio, apresenta o imaginário com aspectos diversamente colorido. Desse imaginário repleto de nuances, existem críticas à oralidade como fonte, por estar à história oral impregnada de subjetividades. Permitindo a percepção, as subjetividades são muito importantes porque as fontes orais, além de serem relato a respeito de um povo ou individual com suas proezas, também apresentam os seus sonhos, desejos passados e presentes, suas realizações e suas pretensões futuras (KI-ZERBO, 2010).

Estas subjetividades provenientes da memória da existência, são o ser, o ente se manifestando. A memória é o meio de alcançar, alicerçar e readquirir dados acessíveis, de acordo com o interior do cérebro, caracterizando a “memória biológica”, ou, externalizada em estruturas postiças, que dá características a “memória artificial”. O caso se apresenta na memória, processando-se a partir do que se deseja lembrar. São partículas de memória agregadas às experiências vividas e a outros contextos, históricos ou sociais, que juntos, produzem ideias que alimentam as determinações que o velho/a queira tomar (KI-ZERBO, 2010).

Para muitos estudiosos, a memória é o alicerce do conhecimento e para funcionar e cumprir esse seu papel deve ser instigada, assim como acontece em alguns locais africanos. É pela memória que dia a dia adquirimos e elencamos o que apresentaremos como utilitário para a vida. A fonte oral na tradição africana, não é uma fonte em si mesma em detrimento de outra, mas é inteira em tudo que apresenta. É um método indiscutível, que permite ao Continente Africano ter sua história contada a partir de bases originais (KI-ZERBO, 2010).

Assim, descrevemos a história oral como uma metodologia utilizada por pesquisadores das várias áreas das Ciências Humanas. Sendo uma metodologia, a oralidade também se tornou fonte de pesquisa reconhecida, muito embora, ainda contestada em sua veracidade. Duas vertentes da história oral aqui foram apresentadas: algumas das teorias europeias, e as teorias da

cosmovisão africana, que tem a oralidade como fonte de preservação da sua história e memória.

A utilização da história oral como fonte de pesquisa define a participação de novos sujeitos históricos e sociais, enfocando seus pontos de vista sobre as realidades em que estão inseridos. Com isso, estas senhoras velhas negras, contribuíram para a reconfiguração de algumas histórias sociais através de suas histórias de vida.

Parte III

**Memória coletiva e conhecimentos:
memórias de velhos e de velhas,
interpretações das lembranças**

Capítulo IV

Velhice e memória: caminhando em contextos e pré-textos teóricos sobre o que é envelhecimento

1. Povo brasileiro: uma população em processo acelerado de envelhecimento

Traçamos a seguir pontos que delineiam a situação social da população brasileira em estado de envelhecimento. O Brasil que segundo ideários político-sociais teria, na juventude, a segurança de seu futuro defronta-se, no entanto, com uma realidade que exige transformações em diversos setores, porque a longevidade populacional, assim o pede. Segundo pesquisas, o alto índice de morte juvenil pode ser equiparado ao quantitativo de população envelhecida.

Ao contrário de afirmativas anteriores, o Brasil é considerado um Estado- Nação em que a maioria populacional está amadurecida. Políticas Públicas de caráter social se fazem necessárias para atender aos velhos e suas expectativas.

Este é um público vítima de preconceitos e discriminações que elencamos no decorrer do estudo, para através da memória-oralidade, também, denunciar as precariedades da vida humana em estado de envelhecimento.

1.1. Juventude que desaparece e velhice que desponta: o que esperar do futuro?

A população brasileira assiste a cada dia a perda de parte de seus jovens. Inúmeros são os motivos que desencadeiam o alto índice de morte precoce da juventude (acidentes, envolvimento com drogas, criminalidade, doenças), porém, na mesma dinâmica de crescimento, os velhos no Brasil aparecem com alto índice populacional.

Treze por cento do povo brasileiro são velhos, e em sua maioria, do sexo feminino. Estes indicativos são apresentados, como resultado de pesquisa, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir da II Conferência Regional Intergovernamental sobre o Envelhecimento na América Latina e no Caribe: uma Sociedade para Todas as Idades e de Proteção Social, baseada em Direitos (Madrid+5) (IBGE, 2009).

O Brasil como uma das tantas nações em vias de desenvolvimento apresenta, a olhos vistos, a dissipação de sua juventude, em percentual mais elevado, a morte de grande parcela de jovens negros e paralelamente o aumento dos índices de população idosa.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) demonstra que a população brasileira velha chega a “21 milhões de pessoas, correspondendo a 11,3% do total da população”. Destes, “16,5 milhões” moram em centros urbanos e “3,4 milhões na área rural” (IBGE, 2009).

Resumindo as proporções, a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE de (2009, p.52), confirma que “o percentual de 56% da população acima de 60 anos é de mulheres idosas”.

O ser humano já nasce envelhecendo. Daí ser necessário diferenciar, “o processo de envelhecimento da velhice propriamente dita”. É com essa frase que a Campanha da Fraternidade (CF), organizada pela Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil (CNBB), no Texto Base, n.18, chama a atenção para os cuidados com os velhos em uma sociedade em que esta população só tende a aumentar (CNBB, 2003).

Vivemos em uma sociedade madura e, por isso, pensar novas relações sociais, valorização e respeito aos idosos requer responsabilidades de todos os setores. “Até 2020, o percentual de velhos no Brasil deverá atingir a cifra de 15%. Hoje, o ser humano vive mais, e a sociedade não sabe o que fazer com essa parcela da população” (CNBB/CF, 2003, p.16).

Garantir os direitos humanos da pessoa velha é um dos compromissos assumidos pelo Brasil no sentido de promover políticas públicas institucionais que os façam ser cumpridos.

Envelhecer para as pessoas é uma dificuldade e para os governantes um problema, no que se refere a políticas governamentais que possam gerenciar vida digna para este público, “[...] a população de velhos de 80 anos ou mais no total da população brasileira está aumentando em ritmo bastante acelerado” (CNBB, 2003, p.16).

O envelhecimento como fenômeno ocorre em todo o planeta, entretanto, as consequências econômicas e sociais em nações que estão se desenvolvendo como o Brasil, exige a preocupação com a manutenção de uma vida com termos qualitativos para os velhos, e requer reorganização sociopolítica.

Muitas das vezes ouvimos dizer que: “O Brasil é uma nação jovem”. “Os jovens são o futuro do Brasil”.

O Brasil carrega o sonho ilusório de ser um país jovem e não se prepara para a realidade de que existem, atualmente, 15 milhões de sexagenários, um em cada dezesseis habitantes. Em nossa sociedade, caracterizada pelas mais cruéis contradições, a mulher, a criança e o velho são as maiores vítimas. “O Brasil hoje é um país jovem com cabelos brancos” (CNBB/CF, 2003, p.28).

O aumento do número de velhos no Brasil, segundo pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009) devem-se ao baixo índice de reprodução, estabelecido

quando o número de crianças geradas diminuiu entre as pessoas que pretendem ter filhos. Nesse sentido, a tendência é ter uma população em que sua representatividade maior, daqui a poucas décadas, será de mais velhos e menos crianças.

Dessa população que está envelhecendo e, conseqüentemente tem maior longevidade, seu contingente mais expressivo é de mulheres. Na pesquisa IBGE (2009/2010) sobre o quantitativo de pessoas idosas e a categoria gênero no Brasil, o quantitativo maior é da população feminina em relação à masculina. O resultado deste evento é que quanto maior as faixas etárias pesquisada, percentuais apontaram que 55,5% eram do sexo feminino.

As justificativas das pesquisas mostram que há um número menor de óbitos entre mulheres. Isso faz o diferencial, representando o crescimento maior no número de mulheres idosas. Essa marcante presença feminina de pessoas velhas está nos centros urbanos, enquanto o maior número de homens permanece na zona rural.

A migração do campo para a cidade, durante décadas, resultou em um montante de mulheres que moram sozinhas, com familiares ou em abrigos para velhos. Embora, o estado de mortalidade de homens seja mais significativo, a mulher e a mulher velha perdem sua vitalidade mais rapidamente, principalmente entre as mais pobres.

Mesmo velhas, ainda continuam trabalhando em suas casas e várias delas auxiliam os filhos no cuidar dos netos, e o trabalho doméstico é uma presença constante em suas vidas (CAMARANO; KANSO, 2009). Segundo as autoras:

Por outro lado, as mulheres, mais do que os homens, participam de atividades extradomésticas, de organizações e movimentos de mulheres, fazem cursos especiais, viagens e trabalho remunerado temporário. Diferentemente do que fizeram na sua vida adulta, progressivamente assumem o papel de chefes de família e de provedoras. (CAMARANO; KANSO, 2009, p.7).

Como provedoras de família, e em se tratando de relações etnicorraciais, as mulheres negras velhas, aparecem em maior proporção e várias delas moram com os filhos. As pesquisas apontam ainda que a inserção de mulheres brancas no sistema de trabalho e emprego é bem mais preponderante do que para as mulheres negras.

Frente a este diagnóstico, a entrada das mulheres no mercado de trabalho -no caso das mulheres brancas- desestabilizou os modelos hegemônicos de estrutura familiar nuclear e de gênero no tocante ao papel do homem como mantenedor do lar.

Os papéis sociais na constituição, família - economias, diferenciaram-se com o advento de necessidades provocadas pelas exigências dos novos tempos mercadológicos. Em se tratando de mulheres brancas e mulheres negras e renda familiar, por exemplo: “a contribuição da renda das mulheres brancas no total da renda das famílias foi de 36,1% e, entre as negras, de 28,5%” (IBGE/PNAD, 2009, p.11).

Em se tratando de desigualdade de gênero, as mulheres negras, seguem em condição de diferença significativa em relação às mulheres brancas. O trabalho para as mulheres negras, em sua maioria, são trabalhos ligados ao serviço doméstico, o que evidencia tanto a diferença de classe, étnica, e gênero (branca x negra).

As ocupações em trabalho doméstico em termos de horas trabalhadas por mulheres negras, muitas vezes são superiores as horas em que mulheres brancas desenvolvem suas funções no trabalho. As mulheres negras velhas, ainda em sua idade avançada, cumprem função doméstica, e em vários casos, sem qualquer garantia de remuneração, como no caso de ocupar-se em ser cuidadora de netos, confirmando o que foi apresentado anteriormente.

O envelhecimento da população exige que os governos e a sociedade civil possam pensar na implementação de políticas

públicas, e que estas, sejam concretizadas, sendo um desafio social que requer diferenciação, ao tratar de questões étnicas e de cultura para a população indígena, para comunidades tradicionais, pretos e pardos. Pessoas brancas velhas representam um número maior que o de pretos, pois as pesquisas apresentam: “A proporção da população negra de 60 anos e mais no total da sua população foi de 9,7%, e a da branca de 13,1% em 2009” (IBGE/PNAD, 2009, p.11).

Estes números, em percentuais, sugerem que esta diferença possa ocorrer, porque pessoas brancas tenham um número menor de filhos, o que representa em termos de futuro uma população numericamente composta por pessoas velhas.

Mas, o que significa então ser velho/a, em uma sociedade que vê na juventude os sonhos e esperanças de continuidade? O/a velho/a desaparece do cenário social e sua vida se tornam inútil? A vivacidade combina com longevidade nos dias atuais? O/a velho/a esquece-se da vida que viveu e suas lembranças são apagadas e se tornam inexpressivas para a memória coletiva?

Estas são indagações que requerem repostas, posteriormente, elencadas no desenrolar deste capítulo. Preconceitos, intolerância, omissão, supressão - estes termos que acompanham a expressão, “velho/a”, tendem a ser usados para diminuir, tornar inexpressiva a presença do ser humano que conseguiu chegar à última e estendida etapa de sua vida.

É consideravelmente difícil, ser velho (a), mesmo porque a longevidade é desejada por muitos. Viver muito, sem se tornar velho (a), é uma aspiração humana. Para algumas sociedades a juventude, acompanhada de beleza, vigor físico, raciocínio rápido é um grande bem, ao contrário da velhice, que é um problema, fato que parece mais lenda que realidade. Para muitos, chegar à velhice é um prêmio, no entanto, quando se alcança esta etapa da vida surgem diferenciados desafios e as “dificuldades” são constantes. Envelhecer sem morrer é desejo presente na vida humana. Para muitos o envelhecimento remete ao medo, possa ser, por que, além

de ser um tempo duradouro é uma etapa acometida de “mitos e preconceitos” (CNBB/CF, 2003).

Desmitificar inverdades que permeiam a sociedade sobre o ser velho/a e vida de velho/a, é algo imprescindível a ser feito, visto que, vida social, inteligência, ser ouvido, lembranças, memória, atividade lúdica, trabalho, religião, círculo de amizade, sexo, família, cultura, estão presentes na vida de muitos/as velhos/as e devem ser incentivados.

Assim, os mitos discorridos abaixo são os que mais se destacam quando o tema tratado é, ser velho e ser velha e o processo de envelhecimento. O texto base da CF/2003, utiliza-se da categoria “idoso”, como tema da campanha. Nesta pesquisa tratamos com a categoria, “velho/a”, então, neste item, tomamos a liberdade de nos apropriar do texto, substituindo “idoso/a”, por velho/a, para apresentar os seguintes “Mitos e Preconceitos” relacionados a este público.

Segundo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em sua Campanha da Fraternidade (2003, p. 17-18) diz que:

A inteligência diminui com a idade. Não diminui: haja vista a produção intelectual, artística, empresarial, social e religiosa de pessoas acima de 60,70, 80 anos ou mais. **O velho/a não aprende. Inverdade:** as universidades da terceira idade estão aí para provar do que os alunos velhos/as são capazes. **O/a velho/a perde a capacidade sexual. Inverdade:** o que ocorre é a redução da frequência das relações sexuais. **O /a velho/a só deve conviver com velha/a. Errado:** ele tem que conviver com outras faixas etárias, dar e receber experiências, afeto, emoções, num processo de relação com pessoas de outras gerações. **Velhice é doença. Inverdade:** esquecemos que a doença atinge pessoas de todas as idades. Há velhos sadios física e mentalmente, ativos, participantes, produtivos em todos os campos. **O/a velho/a está mais perto da morte. Errado:** na sociedade atual, todos estão próximos da morte, em razão de doenças, acidentes de trânsito, falta de segurança, entre outros fatores. **O/a velho/a não tem futuro. Inverdade: tem que se preparar sim, porque ele tem**

futuro: não deve morrer socialmente, mas se preparar para viver a aposentadoria. Em razão do tempo livre que vai ter, deve fazer um projeto de vida para esse novo tempo social. **O/a aposentado/a é mantido pelo governo. Inverdade:** ele contribuiu durante trinta ou mais anos para a Previdência Social. Agora é hora de obter retorno das contribuições feitas. Aposentadoria não é dádiva, é justiça. (Grifo Nosso).

Vimos nesta referência que muitas pessoas ao envelhecerem não perdem as suas capacidades físicas, intelectuais, familiares e sociais. A velhice, portanto, não se torna empecilho para estudar, trabalhar, relacionar-se, o que ocorre em sociedade é o estabelecimento de preconceitos que tendem a solidificar-se quando não enfrentados. Para tanto, envelhecer não significa isolar-se da vida e do mundo, mas, saber reconduzir a vida para uma nova etapa sem que lendas e mitos perturbem o desejo de plenitude.

Em se tratando dos mitos e preconceitos atribuídos aos/as velhos/as, Cícero (2011, p.19), em sua obra “Saber Envelhecer, seguido de, A Amizade”, (103-43 a.C.), obra esta escrita quando velho, se referindo aos que não aprovam a velhice e a desprezam, reflete sobre os seguintes dilemas: “1) Ela nos afastaria da vida ativa. 2) Ela enfraqueceria nosso corpo. 3) Ela nos privaria dos melhores prazeres. 4. Ela nos aproximaria da morte.”

A partir destas divagações, Cícero (2011), naquele tempo, fez as mesmas referências que estão dispostas acima, acerca da vida de pessoa velha e sua participação e integração na sociedade. Na época de Cícero e hoje, a validade para o respeito e zelo com o/a velho/a são exigidos com o mesmo ímpeto. Segundo o autor:

Os que negam à velhice a capacidade de tomar parte dos assuntos públicos não provam nada, portanto. É como se dissessem que, num barco, o piloto repousa tranquilamente sentado na popa, apoiado no timão, enquanto os outros escalam os mastros, se ocupam sobre o convés ou esvaziam a latrina. Em verdade se a velhice não está incumbida das mesmas tarefas que a juventude, seguramente ela faz mais e melhor. Não são nem a força, nem a agilidade física, nem a rapidez que autorizam as grandes

façanhas, são outras qualidades, como a sabedoria, a clarividência, o discernimento. Qualidades das quais a velhice não só não está privada, mas, ao contrário, pode muito especialmente se valer. (CÍCERO, 2011, p.20-21).

Sabedoria, clarividência e discernimento são qualidades atribuídas por Cícero (2011) aos /as velhos /as. Agregada a estas, está à imposição da pessoa velha no sentido de manter seu papel de “ascendente” diante da família e daqueles que negligenciam na concessão de seus direitos, até as últimas consequências.

Com isto, tece elogios ao velho em detrimento da juventude: “Gosto de descobrir o verdor num velho e sinais de velhice num adolescente. Aquele que compreender isso envelhecerá talvez em seu corpo, jamais em seu espírito” (CÍCERO, 2011, p.34).

Manter o espírito jovem era a exaustiva dedicação de Cícero (2011) no sentido de envelhecer sem perder a vontade para o trabalho, a memória, as lembranças. A relação com os amigos, à produção intelectual e a rememoração do passado o mantinham vivo:

Estudo assiduamente a literatura grega e para exercitar minha memória, aplico o método caro aos Pitágoras: toda noite procuro lembrar-me de tudo o que fiz, disse e ouvi na jornada. Eis como mantenho meu espírito, eis a ginástica a que submeto minha inteligência. (CÍCERO, 2011, p.34-35).

Um/a velho/a falando de si, e de como preservar a vida por longos anos, sem que se deixe abalar pelas dificuldades e encargos que a sociedade impõe aos antepassados, quando deles acredita não mais necessitar. As lembranças de Cícero (2011) o levam a recordar dos amigos, da sociedade e da política de sua época, do senado e também do descanso reflexivo que o divã lhe propiciaria, caso não pudesse se deslocar para os lugares em que gostava de estar. Nesse sentido aconselha:

Dedicando nossa vida ao estudo, empenhando-nos em trabalhar sem descanso, não sentimos a aproximação da velhice. Envelhecemos insensivelmente, sem ter consciência disso, e, em vez de sermos brutalmente atacados pela idade, é aos poucos que nos extinguímos. (CÍCERO, 2011, p.35).

Ocupar-se durante a vida de atividades que sejam prazerosas e que enriquecem o espírito são caminhos que levam a longevidade. Manter a mente ocupada e recordar do dia-a-dia são modos de se manter em permanente conexão com o passado e com o presente. A memória coletiva é uma façanha que ele consegue trazer a mente em suas recordações, pois no livro aqui posto em partes, a referência aos amigos, ao trabalho, a sociedade, a juventude, a família e ao contexto histórico do seu tempo sociopolítico são ressaltados por suas lembranças (CÍCERO, 2011).

No subitem: “O fio da lembrança”, Cícero (2011, p.23) retoma as suas reflexões: “[...] Mas, com a velhice, dirão, a memória declina! É o que acontece, com efeito, se não a cultivarmos ou se carecermos de vivacidade de espírito”.

Neste ponto, Cícero (2011) orienta sobre a necessidade de manter a mente em atividade para não deixar adormecer na memória as lembranças nela contida. O esquecimento leva a perda da alegria de viver. Manter em alerta a memória e o espírito pode possibilitar um qualitativo de vida da pessoa velha.

Do contexto apresentado, a memória para o velho, também se processa sobre “escolhas”, separando os fatos “no espaço e no tempo”, entrelaçando os princípios iguais, o que Bosi (1994, p.31), interpreta como: “[...] configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo”.

Todavia, para que fiquem, mais bem, esclarecidos os significados de memória e memória coletiva em sua importância para este estudo, apresentamos de início a contextualização destas categorias a partir dos teóricos Le Goff (2003) e Halbwachs (2006).

A memória coletiva é o resultado do acúmulo de lembranças que podem ser adquiridas durante os processos vivenciais. São

todas as histórias apreendidas, vividas e vivificadas, principalmente, quando há o estímulo provocado por um terceiro que faz com recordemos dos fatos ocorridos (HALBWACHS, 2006).

2. Memória histórica e memória coletiva: quem as define?

Os estudos sobre a memória compõem o suporte de grande parte das modificações que definem a antropologia no decorrer do séc. XX. Conceituar memória se torna crucial.

Le Goff (2003) coloca a memória no campo da História e da Antropologia que se preocupam mais em dar ênfase “a memória coletiva” do que a memória individual. Nesse sentido conceitua memória como se apresenta nas Ciências Humanas. Segundo o autor:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 2003, p.419).

Diante disto, muitas são as ciências as quais a memória se torna motivo de ensino e aprendizagem (a Psicologia, a Psicofisiologia, a Biologia e a Psiquiatria), atuando no campo dos transtornos mentais, tem a “amnésia” como um dos seus principais focos. Alguns dos pontos das pesquisas sobre memória, dentro das ciências apontadas, tornam possível suscitar de forma simbólica ou real, aspectos e conflitos da “memória histórica e da memória social”.

Dos aspectos que a Psiquiatria e a Psicologia se debruçam sobre “as manipulações conscientes ou inconscientes”, quer estejam ligadas a lembranças ou perda destas, sobressaem-se a sentimentos, vontades, expressividades, exercendo impedimento, proibição sobre a memória individual (LE GOFF, 2003, p.13).

No contexto de Segunda Guerra Mundial as Ciências Sociais vão sendo aprofundadas em suas dinâmicas de reelaboração e agregando novos conceitos. No conceito utilitário da história, a guerra, é agregada às ideologias e filosofias.

Com isso, qual seria o sentido para o homem, do papel social tão abrangente, como o foi no contexto histórico da Primeira e Segunda Guerra, visto que, há uma descontinuidade, entre as décadas de 20 a 30, e uma continuidade, na década de 40, e qual o papel individual, em sociedades que lhe cobram compromissos, se, entretanto, ser sujeito e correto é o que lhe dá amparo?

Seria possível esquecer-se de tão significativo evento histórico e social, se interessasse a alguns líderes e ideologias governamentais? É possível um esquecimento coletivo ou o apagar da memória coletiva. Memória e esquecimento são dois importantes fatores intrínsecos ao ser humano. Entretanto é objeto de poder e desejo de governantes no passado e no presente, em detrimento da manipulação de classes, grupos, pessoas.

Segundo Le Goff (2003, p.442): “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva”.

Imbricado nestas realidades é que Halbwachs (2006) torna-se figura preponderante nas pesquisas sobre memória.

No livro “A Memória Coletiva” Halbwachs (2006) não só formata conceitos, mas se preocupa em demonstrar as relações entre as questões coletivas compostas de pormenores individuais efetivos. Temas como: consciência, indivíduo, espaço e tempo, são possíveis de serem interpretados, de mudar, de se tornarem maleáveis como qualquer outra esfera das Ciências Sociais.

Quando o tema memória não existia para a Sociologia, este já era estudado para fundamentar outros saberes, diante deste ponto. É com essa dimensão que as concepções de Halbwachs (2006) interagem com o pensamento do historiador Le Goff (2003, p.446), que diz: “A memória coletiva sofreu grandes transformações com a constituição das ciências sociais e

desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a instalar-se entre elas”. Portanto, vejamos como os conceitos atribuídos a memória coletiva podem ser passíveis de entrelaçamento.

Halbwachs (2006), criador do conceito de “memória coletiva”, a descreve como diretamente ligada à memória individual, levando em consideração que cada indivíduo trás em si lembranças que, muitas vezes, aparecem como sombras e são reflexos das realidades dantes vividas e das contribuições e experiências ligadas a um contexto social.

Já Pierre Nora (1978 apud LE GOFF, 2003, p.447), define “memória coletiva” como sendo: “O que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”.

Esse passado vivido, ao ser narrado, se torna então testemunha de histórias que ocorreram em coletividade. É nesse sentido, que a memória reorganiza as lembranças em torno das relações de grupo.

Para Halbwachs (2006) a necessidade de interação de nossas lembranças nos leva a atrair outros indivíduos que, como coparticipantes de um determinado evento social, nos auxiliem de alguma forma a fundamentar tais acontecimentos. A contribuição das lembranças de terceiros faz a restauração da memória oculta do indivíduo que deseja recordar de determinado acontecimento.

De acordo Halbwachs (2006), torna-se perceptível que há em cada indivíduo fragmentos de lembranças (auxiliados pela memória material), que poderão dar ao espírito o complemento do que se deva lembrar. As lembranças passadas, sendo entusiásticas, podem fragmentar-se, e ao serem reativadas no presente, têm por suporte fragmentos de memória anterior que podem ser complementada pela atualidade histórica.

Com suas contribuições teóricas Le Goff (2003), demonstra que é necessário observar as diferenças entre “memória e história”, assim como, as diferenças entre “passado e presente”. Sendo assim, as averiguações sobre o passado têm o presente como elo.

Se há busca por respostas, a investigação é também temporal e o passado poderá ser recomposto pela atualização da história.

Frente a estas reflexões, a contemporaneidade histórica ao absorver do passado o que lhe é necessário para dar respostas a acontecimentos atuais, legitima a própria história. Neste sentido, a história permanece por ser a temporal. Quanto ao passado é em si o que se foi e o que é, ou seja, presente (LE GOFF, 2003).

No presente a memória torna-se atualização do passado tendo as lembranças como algo que impulsiona e remete o sujeito ao que foi vivido. Nesse ínterim, Halbwachs (2006), aponta que as lembranças levam ao que se tem em comum, recriando uma nova visão, uma nova história sobre o que se viveu no passado, no coletivo. Para qualquer pessoa, as lembranças adquirem um significado mais intenso quando dividimos com outros os fatos que ambos vivenciaram. Nas atuais circunstâncias, ou seja, em um encontro entre pessoas próximas, recordar emocional e cenas ganham novos significados.

Esse estudioso afirma que, como não vivemos e nem estamos sozinhos é através de terceiros que somos motivados, interiormente, a nos recordar de acontecimentos que, porventura, só nós vivenciamos. Somos uma interação e existe em nós muito de outras pessoas com suas especificidades. Isso ocorre, por sermos e vivermos no coletivo. Nesse sentido são os indivíduos no coletivo que passam a compor a interação das lembranças (HALBWACHS, 2006).

Referindo-se à colaboração de terceiros em nossas lembranças, remete-se à coletividade no sentido de que tudo o que é, pensa ou faz uma pessoa, não o faz por si mesma, mas, realiza com a coparticipação de muitos, que presentes ou não materialmente, contribuíram para que determinadas lembranças sejam evocadas. Com isso, pessoas membros de um mesmo grupo relacional, devido a sua proximidade, poderão ter suas histórias fundidas e misturar aspectos da vida individual com a social (HALBWACHS, 2006).

Nota-se, portanto, a importância da participação dos membros sociais de convivência próxima na colaboração para a reconstrução das lembranças. A transposição das ideias e lembranças do outro é que fornece os componentes que preencherão as lembranças do indivíduo. Portanto, em cada grupo social, há diferenças nas recordações, pois o grau de envolvimento dos sujeitos que se relacionam é que as definirá.

Ao tratar da relação, memória individual - memória coletiva e lembranças, se alguém pretende fazer uso da memória de outra pessoa para complementar suas recordações, não é, só a presença literal ou factual que o fará recordar. É necessário que as memórias venham a convergir. Que seja próxima a relação para que o que se deseja lembrar tenha solidez (HALBWACHS, 2006).

Através das orientações de Halbwachs (2006) torna-se perceptível que a memória coletiva nem sempre faz com que nos lembremos do que desejamos recordar. Nesta mesma linha de pensamento este teórico comenta que, “nada prova”, que a memória individual seja obscurecida e encoberta como um véu por todas as informações e recordações provenientes dos grupos de socialização.

Diante desta afirmativa, demonstra que qualquer lembrança, é “um estado de consciência puramente individual”, a chamada “Intuição Sensível”. A memória, neste sentido, é individual, o que diferencia nas recordações o individual e o coletivo ou social (HALBWACHS, 2006, p.42).

A memória, segundo Le Goff (2003, p.469), “[...] é um elemento essencial do que se costuma chamar, identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”. Portanto, para nos tornarmos um ser social se faz necessário estarmos vinculados a um suporte (HALBWACHS, 2006).

Assim, pelo fato de não sermos ainda seres socializados, como, “[...] ocorre com os primeiros tempos de vida, na infância”, é que não nos foi impresso interiormente lembranças a respeito de

como éramos ou como agíamos. Por isso, o que poderemos recordar posteriormente, será dado transmitido por terceiros. Nesse sentido, cada memória individual surge como colaboração e dar sua participação na construção da memória coletiva (HALBWACHS, 2006, p.43).

Diante da exposição, tornou-se possível perceber que o desenvolvimento da memória coletiva caminha em paralelo com a história, e o que fortalece a história, são os elementos que compõem a memória, preservando-se o passado e atualizando-o em detrimento do por vir. Espera-se, com isto, que a “memória coletiva” emancipe os seres humanos e não os tornem cativos em sociedade (LE GOFF, 2003).

Assim, os aportes teóricos dos estudos sobre História e Memória auxiliaram na compreensão do alcance que a história tem, enquanto, relatos ou narrativas, a partir de testemunhos (LE GOFF, 2003).

Nesta perspectiva, a etimologia da palavra “história” está ligada a algo que foi visivelmente apreciado, que teve a presença corpórea e ocularmente percebida. Portanto, das narrativas surgiu à história (LE GOFF, 2003).

Na interação entre história e memória, Le Goff (2003, p.449) aponta que: “[...] a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica”.

Se para Le Goff (2003) “a memória não é a história”, para Halbwachs (2006, p.85), “a história começa somente do ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social, enquanto uma lembrança subsiste é inútil fixá-la por escrito”.

Com estas afirmativas, Le Goff (2003) e Halbwachs (2006) concordam ao dizer que para se recordar fatos históricos é necessário que tais acontecimentos existam apenas nas memórias de sujeitos que possam recordá-los, a fim de que sejam transcritos.

A história então se perpetua nos escritos e a cada nova descoberta sobre tais e tais contextos históricos. A história é reconstruída através de novos elementos que se agregam. Então, foi das narrativas com recortes de histórias sociais de vida, da memória e lembranças dos sujeitos vivos, que se deu a construção desta pesquisa em uma participação conjunta, na busca de respostas a problemática proposta: o que é ser mulher negra na sociedade cearense.

3 Memória de velhos/as: o passado e o presente

Buscando afirmar a importância do papel histórico e sociopolítico da mulher negra idosa na sociedade cearense, procurou-se apresentar seu cotidiano através da memória oral de mulheres velhas. Quando nos deparamos com a memória dos/as velhos/as como instrumento de recordação e lembranças ocultas sobre suas vidas pessoais e sociais, se tem uma base para restabelecimento do passado (BOSI, 1994).

As lembranças que os velhos /as detêm em suas memórias podem fazer uma ponte, entre estes como testemunhas do passado, e as novas gerações.

Bosi (1994), ao falar da velhice como “categoria social”, aponta que cada sociedade trata os/as velhos/as e a velhice de maneira diferenciada. As histórias e as culturas são determinantes na compreensão da contribuição do/a velho/a como ser social.

Enquanto algumas sociedades africanas enaltecem o/a idoso/a, e os reverenciam como imortais, as sociedades industriais ocidentais os tratam com depreciação. A sociedade industrial é maléfica para a velhice, pois os/as idosos /as são tratados com desprezo e considerados improdutivos, inúteis (BOSI, 1994).

Nas sociedades ditas estáveis, como algumas sociedades orientais, “[...] um octogenário pode começar a construção de uma casa, a plantação de uma horta, pode preparar os canteiros e semear um jardim. Seu filho continuará sua obra” (BOSI, 1994, p. 77).

A partir desses contextos, Bosi (1994), define que a memória dos/as velhos/as funciona como intermediário informal da cultura, porque, as mediações formais foram dadas pelas instituições, como a escola, a igreja, o partido político etc., contando com a contribuição da transmissão de valores e atitudes que compõem a cultura.

Bosi (1994, p.77) em seu estudo “Memórias de Velhos”, analisou memórias empiricamente registradas e elencou um ponto central: “a memória como conservação do passado”. Por isso, concluiu que sendo este fator independente de temporalidade e recordações, admite-se que esse passado é a referência que temos de nós mesmos e das sociedades e/ou grupos de origem.

Em Memórias de Velhos, Bosi (1994) agrega recordações de um conjunto de pessoas idosas com o objetivo de confirmar o valor de suas memórias e prescrever a magnitude de suas histórias em sociedade.

Como um projeto diferenciado e em paralelo, retoma a oralidade através da experiência de vida, testemunha, e transporta para o/a velho/a, a sua ligação com o hoje, através da recordação (HALBWACHS, 2006).

Segundo Bosi (1994, p.55):

A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.

Bosi (1994) coloca um novo fazer ocupacional para os/as velhos/as ao dar a atividade de lembrar o conceito de, “memória trabalho”, com base na reestruturação das lembranças que aproximam tanto o relator de sua comunidade, ou do coletivo, que tem ou teve relação. Por isso, considera uma vantagem, enquanto ouvinte, tornando favorável pelas evidências aclaradas que as relações estimulam.

As pessoas velhas têm uma missão própria em sociedade. Este pensamento poderia até ser considerado normal na velhice, o ato de narrar suas histórias, mas, a “memória trabalho”, se tornaria uma forma de administração durante o processo de envelhecer, algo que na atualidade, auxilia os pensadores sociais no olhar sobre estes acontecimentos. As lembranças que os/as idosos/as detêm em suas memórias, oferecem, também, possibilidades para o surgimento de hipóteses de cunho psicossocial. Nas lembranças dos/as idosos/as estão contidos fatores sociais que claramente podem construir uma história de base local e por toda a experiência adquirida em suas vidas, - familiar, social, cultural e histórica-, suas memórias estão mais bem desenhadas e propensas a recordações, mais que, a memória de pessoas jovens ou adultas (BOSI, 1994).

O velho/a, afirma Bosi (1994), diferentemente do/a adulto/a, está refazendo e retornando aos caminhos do passado a partir das lembranças que a sua memória permite, em estado consciente. São suas as referências que eles (as) trazem a tona.

Para Bosi (1994, p.60), a partir raciocínio de Halbwachs (2006) é uma oposição da “evocação do (a) velho (a) ao (a) adulto (a)” que diz:

[...] este, entretido nas tarefas do presente, não procura habitualmente na infância imagens relacionadas com sua vida cotidiana; quando chega a hora da evocação, esta é, na realidade, a hora do repouso, o relaxamento da alma, desejo breve mais intenso de evasão. O adulto ativo não se preocupa longamente com o passado; mas, quando o faz, é como se este lhe sobrevivesse em forma de sonho. Em suma; para o adulto ativo, vida prática é vida prática, e memória é fuga, arte, lazer, contemplação. É o momento em que as águas se separam com maior nitidez.

Diferente do /a, adulto /a, de outra maneira se comporta o/a velho/a em relação à memória, pois a experiência de vida e a vida vivida lhe permite. Não é uma recreação, distração ou fuga da

rotina diária ou um sonho do qual não se deseje acordar: ele está se exercitando conscientemente, em uma ocupação que o faz retornar ao passado. É a sua vida que preenche com suas lembranças.

Não há no/a velho/a uma passividade quando deseja recordar de algo. Se não o consegue por si mesmo, busca em outros parceiros contemporâneos auxílio para despertar suas recordações, verifica pistas e chega a anotar pormenores que lhes são passíveis de esquecimentos. Mais que pessoas adultas, os/as velhos/as se importam em lembrar momentos do passado. No entanto, não significa dizer que possa suscitar um conteúdo mais intenso de lembranças do que se passou em sua maturidade, quando adulto, destacando, por exemplo, cenas antigas, cauterizadas “no inconsciente” desde sua infância, que renasçam e transponham-se ao imemorable (HALBWACHS, 1956 apud BOSI, 1994).

Em face destas reflexões constituídas com o apoio do raciocínio de Halbwachs (2006), Bosi (1994) o tem como harmônico em seu pensar, ao referir-se a ação de ‘mnêmica’ como a ação própria da pessoa que recorda. Quando o homem não mais é considerado útil em suas atividades enquanto adulto é o momento em que a velhice se apresenta, configurando-se outro papel em sociedade e a si é dada uma ocupação que lhe é pertinente: ‘a de lembrar’. A de ser o depositário da história de vida familiar, grupal, institucional e ou social. Para o autor:

Nas tribos primitivas, os/as velhos (as) são os guardiões das tradições, não só porque eles recebem mais cedo que os outros, mas também por que só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo de conversações com outros velhos (as) e para ensiná-los aos jovens a partir da iniciação. Em nossas sociedades também estimamos um (a) velho(a), porque, tendo vivido muito tempo, ele tem muita experiência e está carregado de lembranças. (HALBWACHS, 1956 apud BOSI, 1994, p.63).

Nem todos os grupos sociais ou comunidades humanas, portanto, ocupam as pessoas velhas com a necessidade de ser transmissoras de suas histórias: “Em outros termos, os graus de expectativa ou de exigência não são os mesmos em toda parte” (BOSI, 1994, p.63).

Nas sociedades ocidentais, tais como as que vivemos, pessoas tidas como maduras, adultas não dispõe muito de seu tempo em lembrar histórias passadas ou ter esse exercício como ocupação. Ao contrário destes, as pessoas velhas, que já não desenvolvem afazeres obrigatórios de trabalhos, tendem, a ter a recordação do passado como tarefa.

Existem outros lugares em que as sociedades têm os/as velhos (as), como, seu bem maior. Sua experiência de vida é respeitada por aqueles que com eles convivem. Isso é um privilégio. A partir das colocações acima, a uma lenda de Bali, uma das ilhas da Indonésia, sudoeste asiático, em que em um passado longínquo as pessoas velhas eram postas em sacrifício. Passados muitos anos não havia mais avós para realizarem a transmissão da cultura para os netos. Perdeu-se a história desse povo. Certo dia precisou-se fazer uma construção, mas quem os ensinaria como fazê-lo, pois já havia tempos que não levantavam edificações, por isso, esqueceram como realizar a tarefa. Um neto havia escondido seu avô para protegê-lo de ser sacrificado. O velho aparece e ensina a comunidade como diferenciar à “base e o cimo dos troncos. Nunca mais um velho foi morto.”, (BOSI, 1994, p.65).

Em nossa sociedade em que pessoas velhas são desprezadas e tratadas como ex-pessoa, pois não representam mais utilidade como força produtiva, seria preciso redimensionar os hábitos, usos, e costumes culturais a fim de oferecer a esta categoria social, o mais próximo da dignidade.

Bosi (1994, p.80), em diálogo teórico com Simone de Beauvoir, faz a seguinte indagação: Como deveria ser uma sociedade para que na velhice o homem, a mulher, permaneça homem, mulher? Ao que ela respondeu: “Seria preciso que ele

sempre tivesse sido tratado como homem”. Nesse sentido, são as diferenças de classe ou “lutas de classe”, que dão a conotação do que é ser velho.

Bosi (1994, p.81), enfatiza então, que:

É preciso mudar a vida, recriar tudo, refazer as relações humanas doentes para que os/as velhos (as) trabalhadores não sejam uma espécie estrangeira. Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da humanidade, é que as minorias têm lutado que os grupos discriminados têm reagido. As mulheres, o negro, combatem pelos seus direitos, mas o/a velho/a não tem armas. Nós é que devemos lutar por ele.

Suscita-se, portanto, nesse apelo a defesa de uma minoria, no caso os/as velhos/as que, tendo dado a sua contribuição em sociedade, possuem intrinsecamente o acúmulo do saber e a competência para relatar a sua história social a partir do foco pessoal. A história de vida, como componente da história social, requer algumas técnicas, para que, se configure e permaneça, para que, seja conhecida.

Para Halbwachs (1956 apud BOSI, 1994, p.53): “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens e lembranças”.

As lembranças das pessoas velhas se tornam surpreendentes ao extraírem de suas memórias o que para muitos já se perdeu na história, como no caso de se lembrar da infância e das relações com atividades que contam com riqueza de detalhes.

A pessoa velha rebusca em sua mente e com seus pares a colaboração para testemunhar suas lembranças e reafirmar se o que escreve ou fala está de acordo com o que viveu em determinado momento sócio histórico, faz comparações e as guarda com afinco, para quando for perscrutado. Enquanto para os adultos, esquecer e não lembrar é quase morrer, para o/a velho/a é a recuperação, é encontrar o que dava por perdido. O/a velho/a, ao

se afastar ou ao ser afastado da convivência social adquire perdas pessoais, e a sociedade perde parte do seu passado, porque fica intrinsecamente pobre de conhecimentos. A perda dos valores que enriquece as sociedades com sabedoria dos/as velhos/as abre chagas profundas no meio grupal (BOSI, 1994).

No sentido de revigorar esta velhice que teve suas forças consumidas e restaurar algumas feridas em diversos contextos em que os/as idosos/as se fazem presentes, escrever histórias de vida, contadas por estes, resgatadas através da memória oral, é uma atividade que poderá dar contribuição para tirá-los do anonimato, rebuscando seus talentos e deixando seus reflexos valorosos na sociedade contemporânea.

4. Memória oral: as expressões de mulheres negras velhas

A memória oral, distante de querer se prender a uma verdade ou conceito, como outro método, trata com conteúdos, sujeitos e situações sociais diferenciados, distinguindo-a da história construída em outras bases teóricas: “Ela não pode atingir uma teoria da história nem pretender tal fato: ela ilustra o que chamamos hoje, a História das Mentalidades, a História das Sensibilidades” (BOSI, 1994, p.15).

A mentalidade aqui descrita por Bosi (1994) é referente aos estudos que aproximam o sujeito da coletividade, o tempo e as atividades diárias, consciente de intencionalidade e propósito. É ser fiel no máximo possível na análise do objeto a que se pretende pesquisar.

Com isto, Bernardo (2007, p.47), procurou dar ênfase ao lugar de pesquisa como meio para, o despertar da memória. Esses espaços, em seu ponto de vista, auxiliam no cruzamento entre o passado e o presente, entre a ausência e a presença de quem já viveu muitas experiências, sejam familiares ou sociais. “[...] São lembranças individuais, essas recordações que, também, fazem parte da memória coletiva.”

No interior dos grupos ou classe Bosi (1994) afirma que há uma “memória coletiva”, que é constituída nas entranhas desta mesma classe, que fortalece e multiplica as ideologias que a identifica. Esta memória coletiva remete-se a história das sociedades e pode ser transmitida através das narrativas orais, realizando uma rememoração de fatos ocorridos no passado, que podem ser de caráter social, como: relações familiares, relações políticas, relações de grupo e etc.

Amparando-se nessa vertente de que as experiências vividas dão significado à memória, Bernardo (2007, p.29) optou pelo conceito de memória, como recurso metodológico, sendo esta uma ferramenta expressiva para a pesquisa com história oral. Justificando esta posição com amparo da Antropologia, essa autora, afirma ter uma liberdade marcante na pesquisa com pessoas, distanciando-se dos dogmas apregoados pela teoria positivista. Nesse ponto, tem-se a memória “[...] entendida como substância social”.

Bernardo (2007) realizou um estudo sobre as condições de vida da mulher negra velha, que trás em si motivações históricas, econômicas, sociais e antropológicas que envolvem a história de vida de mulheres comuns, como pessoas, política e socialmente oprimidas.

Nessa mesma linha de pensamento, Bosi (1994, p.83), disserta sobre a apropriação que o/a velho/a possui em sua memória de fatos desconhecidos socialmente e que se tornam importantes fontes memorativas:

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos/as velhos (as). Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os vive e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um/a velho (a) é sempre uma experiência profunda: repassada da nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la é delineadora, pois contrasta a

riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual.

As narrativas orais seguem cursos da história social que pode estar, diretamente, ligada à identidade pessoal de quem expõe suas lembranças tendo a memória como base.

Nessa linha de pensamento Bosi (1994, p.85), dá ênfase a narrativa como instrumento de transmissão oral: “A arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma na experiência dos que o escutam”.

A narrativa como forma de comunicação visa uma sobreposição sobre a “narrativa-objeto” em busca de outra conotação dada também pela oralidade. A memória oral é uma ferramenta rara se quisermos elaborar história de rotinas. Tradicionalmente transmitida por sociedades chamadas orais, a memória oral, é utilizada para a conservação das tradições e da “sabedoria ancestral”, respeitando o estilo de palavra-chave, caracterizando a tradição oral, como legado verbal deixado entre as gerações (VANSINA, 2010).

Bernardo (2007), ao se utilizar da memória/oralidade, como algo que está intrinsecamente ligada à identidade, afirma que ao querermos revelar as obscuridades que permeiam e estão por trás dos conflitos sociais, divisões de classes e sobreposições de poder, a memória torna-se um recurso primordial. São novos rumos que a história toma, e que se agregam também aos contextos das histórias políticas e sociais, porque a maioria das histórias das quais se tem conhecimento está escrita em livros ou em outros meios em que a comunicação chegue a um destino, como no caso dos *e-books*, livros eletrônicos. Com origem na tradição oral, a memória oral, tem por conteúdo histórias verbalizadas através de narrativas.

Sendo a memória um recurso intrínseco ao sujeito, e que dá significação aos estados de vida no decorrer da história social, é

possível surgir uma ressignificação do presente a partir do processo de emergir do passado. Dada à importância da memória como depositário de fatos ocorridos e de conhecimentos, segundo Bosi (1994, p.89), na atualidade, a memória exerce outro papel:

Hoje, a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente. Na aurora da civilização grega ela era vidência e êxtase. O passado revelado desse modo não é o antecedente do presente é a sua fonte.

Nas recordações do passado há a descoberta do que parecia estar esquecido no mais oculto do inconsciente. A lembrança mais acentuada que as memórias das negras velhas elucidaram é a que se relaciona a situações que são sinônimos de sofrimento e dor, como o trabalho árduo, o cortiço, os problemas familiares e a discriminação. A consciência crítica sobre como viviam demonstra que houve um despertar de que, muito se trabalhou, e como resultado deste esforço havia um pequeno salário (BERNARDO, 2007).

Das formas de trabalho que eram desenvolvidas pelas mulheres negras, o trabalho como doméstica, é o que aparece em maior destaque entre as décadas de 20 e 30 (século XX), como também, ainda o é nos dias atuais. A maioria dos empregos domésticos foi e é ocupado, historicamente, por mulheres negras, que iniciam o trabalho muito jovem, o que, em muitos casos, garante o sustento familiar e o lugar para dormir e se alimentar.

Muitas dessas mulheres negras, nesse período, se recusaram a gerar filhos e ter uma prole negra, porque ser negro simbolizava opressão e sofrimento desencadeados pelo racismo, e preconceitos em relação à população africana e afrodescendente. Assim, Bernardo (2007, p.64) afirma que houve um processo de branqueamento que, “[...] se reflete na recusa à maternidade e na relação afetiva com o homem negro. Em última instância, é a autocondenação à extinção, não só como indivíduo, mas, como elo na cadeia de geração, tendo muito a ver com a própria etnia”.

Percebe-se, portanto, que a discriminação e o preconceito nada velados, confirmam como a população negra é tratada de forma excludente e estereotipada nos diversos contextos sociopolíticos. Desses preconceitos e discriminação, há referências ao cabelo, ao corpo e ao modo de ser da população negra, que nos fazem refletir sobre as necessidades urgentes de se conhecer a história social e política empreendida pelos diversos grupos sociais negros, na busca de combater e superar qualquer forma de preconceito.

Bernardo (2007) remete-se às questões de trato étnico e relacional, como pressuposto para ressignificar as interpretações de relatos provenientes da relação de memória e subjetividades. É das ressignificações das teias dos feitos sociais, sejam estes, objetivos e subjetivos, que se poderá fazer o reconhecimento das representações contextuais que se diferenciam nas desigualdades.

As subjetividades, segundo Bernardo (2007), ressurgem dando um norte para os estudos de etnografia, para que estes possam evoluir em suas propostas didáticas e curriculares com conteúdos que reinterpretem as histórias sociais objetivamente.

Em se tratando de grupos negros, a coletividade e a identidade, se agregam para que a expressão ancestral do grupo se expresse na realidade das experiências vivenciadas.

Para Bernardo (2007, p.30) parte importante neste contexto é expressa como “[...] interpretação dos significados da memória”, e ainda, “isso significa que o processo de memorização possibilita reconstruir e redefinir continuamente as identidades tanto individuais quanto coletivas”.

Mas, nos passos de transposição do passado, este é redefinido, e angaria mutações de pensamentos e desejos dos/as velhos/as para o presente. Pressionados pelos “preconceitos” e valores sociais de seu grupo ou sociedade, “[...] podem modelar seu passado e na verdade, recompor sua biografia individual ou grupal seguindo padrões e costumes que na linguagem corrente de

hoje são chamados, “ideológicos” (HALBWCHS, 1956 apud BOSI, 1994, p.63).

As ideologias realmente influenciam as mentes e as ações de pessoas ou coletividades, entretanto, a consolidação desta influência pode configurar-se ou não, a se saber, o grau de desalienação pelo qual os sujeitos já passaram ou foram submetidos.

Assim, na busca de compreender através da memória oral a narrativa de história de vida de sujeitos da sociedade cearense, dissertando sobre as categorias tempo e espaço, (BOSI, 1994; LE GOFF, 2003; HALBWACHS, 2006; BERNARDO, 2007), apontam que, o tempo e o espaço compõem a memória, sendo seu principal elemento, possibilitando um retorno ao passado.

A análise destes pesquisadores nos remete ao objeto deste trabalho que, através da história e memória oral de mulheres negras velhas no Ceará, buscou investigar como as questões de gênero, lembranças e movimentos sociais podem se intercalar em uma perspectiva de afirmação de identidade e de seu papel social.

Portanto, apresentamos nesta etapa pautas sobre o envelhecimento populacional brasileiro, a situação atual da população idosa no Brasil, o papel da mulher negra que na velhice ainda permanece trabalhando para suprir suas necessidades materiais, que cuida da família e subsidia a vida e educação dos netos. Verificamos que a memória dos/as velhos/as se transforma em depositário das lembranças do passado que no cotidiano podem ser reativadas, se necessário.

Parte IV

Movimentos sociais e movimentos negros: histórias entre os séculos XIX e XX

Capítulo V

Caminhos e descaminhos: ações afirmativas e militância

1. Rememorando: por onde andaram os militantes e suas militâncias sociais?

Apresentamos por intermédio de fundamentos teóricos algumas definições para Movimentos Sociais, e também, uma de suas dimensões histórico-social: como o desenvolvimento dos Movimentos Negros, com dinamismos políticos, sociais e culturais na atualidade; a história contemporânea dos Novos Movimentos Negros; em contexto geral, os movimentos de mulheres negras e as lutas empreendidas pela afirmação política e social; os movimentos negros no estado do Ceará e suas dinâmicas; a formação da identidade e consciência negra por intermédio dos movimentos sociais. Perfizemos estes caminhos, uma vez que nossas entrevistadas são mães de ativistas dos Movimentos Sociais Negros.

Séculos XIX e XX

A cidadania e a liberdade humana, caracterizadas pela afirmação de identidade através dos movimentos sociais, perpassam séculos na história social do Brasil. Desses movimentos sociais que se desencadearam pelos finais do século XIX início do século XX, os movimentos de cunho religioso, intitulados de “movimentos messiânicos”, forjaram, em seus ideais, sem que

fossem ideologias formuladas, como lutas por terra, pela distribuição de terra para a agricultura e a luta contra o domínio dos proprietários rurais-oligarquias, (GOHN, 2003).

Em outra dimensão, ao adentrar sobre as produções literárias em história, busca analisar as produções teóricas que definiram movimentos sociais durante e após a década de 1970 e comentam-se como problemas dantes não aprofundados motivaram estudos voltados para uma leitura sobre as novas realidades políticas que se apresentaram (MELLUCI, 1989).

As críticas de Melluci (1989) às produções teóricas sobre as organizações sociais dos anos 70 do século XX dizem que, estas, não se centraram nas ações provenientes da sociedade civil, e sim, que foram pautadas na observação sobre a organização política. Considerando, portanto, necessária à realização de uma nova leitura de como as questões emergentes das sociedades de classe e, principalmente, das classes pobres se tornariam assunto das pautas políticas, isso porque, a formação da consciência crítica e de classe foi sendo concretizada nos movimentos sociais brasileiros.

A consciência crítica de Cunha Junior (2006), redimensionando os contextos sociopolíticos dos movimentos sociais, atenta para a análise de como o marxismo contribuiu para a compreensão de que a negação da história da população negra africana e afrodescendente no Brasil é fruto de elaboração intencional. O autor acrescenta que as bases do trabalho na sua constituição interna foram elaboradas e executadas por negros/as, e mais, reitera a amplitude das ideologias e repreensões reservadas às gentes negras.

O domínio imposto aos pensamentos e ações dos negros no Brasil, teve implicações sérias sobre a difusão da cultura e das relações socioeconômicas, forçando a negação da história da África, refletida em invisibilidade a histórica, (CUNHA JUNIOR, 2006).

Esta é uma das razões que podemos elencar para entender que os movimentos sociais se mobilizaram durante décadas marcando presença através das organizações políticas e sociais,

fazendo com que a cada dia a consciência crítica adquirisse fortalecimento e, com isto, a formulação de políticas públicas com caráter social se concretizasse. Muito embora ainda se considere que algumas das políticas em vigor são de cunho assistencialista, outras se desdobraram, para que emergissem programas e ações que se propunham a compensar ou corrigir as injustiças sociais, como no caso das cotas raciais e das políticas públicas para as mulheres.

Para que estas políticas se tornassem concretas, os movimentos sociais muito se dedicaram. Essa luta vai além de propósitos monetários:

Os participantes na ação coletiva não são motivados apenas pelo que eu chamaria de uma orientação econômica, calculando o custo benefício da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade. (PIZZORNO, 1983 apud MELUCCI, 1989, p.53).

A solidariedade, como relação social que surge no interior dos grupos, tende a se fortalecer quando da compreensão nas macrorrelações de domínio estrutural, caracterizadas pelas forças de controle político, que definem a não existência de “identidades particulares”, em detrimento de identidades de grupos sociais produzidas pela indústria de consumo. Sobre identidades individuais, negadas, foi relatado que a partir do exame dos modelos político-sociais transformados em domínio, os setores social, econômico e político-, suscitam o surgimento expressivo de declaração de grupo social (CUNHA JÚNIOR, 2006).

Foram das ações de solidariedade que muitos movimentos sociais se ergueram, e em cada década as suas especificidades e necessidades viriam a concretizar as lutas iniciadas anteriormente. Pode-se indagar, porém, o que seria um movimento para empreender ação social, em uma definição mais teorizada?

Melucci (1989) apresenta uma definição de movimentos sociais que aponta para a organização no formato de coletividade, em que o companheirismo solidário esteja presente, para que em

um embate e conflito, superem-se as amarras impostas pelo sistema opositor. Na visão desse autor, os embates sociais transmutam-se dos processos do sistema econômico-industrial para as esferas culturais, interferindo nas identidades pessoais, na organização do dia a dia individual, comunitário e nos modos de se pensar e agir culturalmente.

A cultura presente ligada à história das sociedades se constitui como direito. Politicamente, alguns sujeitos sociais constroem identidade cultural, e tentam que suas virtudes e tradições, não se confundam com a “imposição cultural” de políticas de desconstrução sociocultural. Portanto, perceber o mundo com um olhar construído através das relações de grupos, implica considerar que as legitimidades de inserção e participação social sejam dirigidas através do “reconhecimento”, por intermédio de “identidades sociais” (CUNHA JÚNIOR, 2006).

Por isso, é com características particulares da cultura que os movimentos sociais imprimem sua marca. A temática “identidade cultural” e inserção em sociedade são pontos com sentido “político forte”, que sugerem a preservação dos princípios e da identidade pessoal. Quando ocorre a sobreposição social de uma cultura sobre outra, “os valores culturais” são o principal alvo a ser atingido, para que possa ocorrer a dominação (CUNHA JUNIOR, 2006).

Nesse sentido, Melluci (1989), refletindo sobre as transformações sociais, aponta que as lutas empreendidas fazem surgir os contrastes da organização de classe, e as propostas dos sistemas de economia, indicam uma sociedade pautada na individualidade em que interesses pessoais se sobressaem aos da coletividade.

Assim, nos grupos de movimentos sociais, há também, a busca de reconhecimento de identidade, “pessoal e coletiva”, que se torna imbricado ao sistema de capital. Já na atualidade, nos movimentos sociais há uma fragmentação em forma de grupos, que frente aos ditames e desafios da vida pessoal, buscam dar um rosto novo as formas de praticar a cultura com funcionalidade em

rede. O que esperar, então, dos atuais movimentos sociais? (MELLUCI, 1989).

Melluci (1989, p.62) considera que: “O desafio afeta os códigos culturais, a mera existência de um movimento é uma reversão dos sistemas simbólicos dominantes”.

Do ponto de vista político, de acordo com o mesmo autor, os novos movimentos sociais, impulsionam para a transformação dos estratos sociais excluídos, levando a reformulações, sendo uma das partes das ressignificações que os movimentos sociais podem empreender na sociedade.

Gohn (2003) referindo-se, também, aos novos movimentos sociais, relata que eles surgiram para enfrentar as formas organizacionais que o ocidente implementou em seu sistema capitalista.

Para tanto, dois paradigmas foram analisados por teóricos europeus que se debruçaram sobre estudos, pensando, como as estruturas governamentais capitalistas puderam sofrer influências da mobilização coletiva. Os paradigmas em questão foram o da “Mobilização de Recursos-MR e dos Novos Movimentos Sociais-NMS”. (KLANDERMANS; TARROW, 1988).

Para este estudo, foram feitos recortes que se limitaram a observar o movimento de mulheres, movimentos pela paz, dos ambientalistas e movimento estudantil, chegando à conclusão sobre os pontos específicos em que estavam firmados os objetivos dos Novos Movimentos Sociais, que seriam cinco: não valorizam coisas modernas; as ações são diferenciadas das ações usuais; sua composição se dá por grupos postos a margem social; envolvimento de sujeitos que aderiram à causa dos excluídos; os processos modernos pelo desenvolvimento industrial e exigências burocráticas que impulsionaram muitos dos membros que compunham os movimentos sociais ao distanciamento entre seus membros, quebrando elos que os aproximavam.

Como consequências disso, novas esperanças foram sendo depositadas em meio aos movimentos sociais, tidas como utópicas.

Essas utopias podem ser caracterizadas por argumentos de uma esperança que liberte, ou seja, práticas a partir de uma consciência crítica que vislumbre um por vir, (GOHN, 2003).

Busca-se com isto, a melhoria das relações humanas em detrimento da transformação da sociedade em tempos atuais, em que, os sujeitos tendem a se acomodar diante do que está posto. Os novos movimentos sociais têm suas contradições quando se trata de posições e decisões políticas. Na contemporaneidade, também, deste modo se revelam. Assim, o que se apresenta com característica de reações políticas, a partir dos movimentos sociais, se expande em oposições e jogos de interesse nas dinâmicas sociais, (GOHN, 2003).

As sociedades, de acordo com suas complexidades, são compostas por grupos que buscam objetivos que, muitas das vezes, não convergem aos interesses das esferas políticas. No interior dos próprios grupos, ideias contrárias podem desarticular o que poderia se tornar bem comum. Estas podem, também, deixar na sociedade marcas e comportamentos que levam a passividade frente à realidade presente e isso ocorre, quase que inconscientemente, (GOHN, 2003).

Sobre este contexto em que a conformação social aparenta ser imposta, muitos conflitos e lutas emergem, e com isto, as bases do sistema dominante são abaladas, ocorrendo os embates. Para exemplificar esta exposição, ressaltam-se os resultados das lutas dos movimentos de mulheres que buscaram e seguem na mesma direção, não só pela igualdade de direitos, mas o direito de ser diferente. Ser vista como mulher em sua essência é assegurar a capacidade de enxergar a veracidade de que se é um ser com diferencial, que possui em sua matéria corporal, um jeito próprio de concatenar com outro ser humano, (MELLUCI, 1989).

Dentre outros movimentos sociais contemporâneos, o movimento de mulheres, é reconhecido como novo no conjunto das reivindicações sociais que foram surgindo no decorrer da década de 70, em um desdobramento, que fez desencadear nos

anos 80 e 90, uma série de grupos sociopolíticos com interesses diversos, (MELLUCI, 1989).

Os movimentos sociais hoje, em sua diversidade de grupos, se agregam nos e com os contextos sociais, em situações, em que conflitos político-sociais veem à tona. Congregados em redes de agrupamentos menores dentro de uma esfera rotineira, o “movimento social”, suscita engajamento individual que permita inovação em suas experiências e cultura, (MELLUCI, 1989).

Os movimentos sociais aparecem tendo finalidades próprias. São movimentos que emergem através de redes de comunicação quando são suscitados, e se recolhem aos seus lugares, ao lograrem vitórias em seus clamores.

Para Gerlach e Hine (1970 apud MELLUCI, 1989), as especificidades destas redes abrem espaços para diversificação de componentes. A inserção de militante é parcial e torna-se efêmera, ser fraterno e solidário, são características que implicam na entrada para um destes grupos, este episódio, não se apresenta como reconfigurações que ocorre dada a mobilidade ou flexibilidade dos atos realizados pelos sujeitos sociais.

2. Um breve re-corte: histórias dos movimentos sociais negros

O século XX foi para o Brasil, o tempo em que os movimentos sociais negros tomaram extensão territorial de grande abrangência. Muitas foram às bandeiras reivindicatórias da sociedade civil negra. Questões sociais e políticas compunham as falas que clamavam por “justiça” e reparação das atrocidades sofridas durante o processo de escravismo e suas consequências após a assinatura da “Lei Imperial n.º 3.353”, de 13 de maio de 1888, que tornava totalmente livre a população negra escravizada, (CUNHA JUNIOR, 2008).

Novos movimentos foram surgindo com características, em que a identidade negra se refletia, através das práticas e valoração dos elementos culturais africanos. Outros pontos reivindicados

circundavam em torno de questões sobre os direitos a terra e de reformas fundiárias em que a população negra se sentisse inserida para minimizar as perdas que o cativo e a rescisão libertadora (Lei Áurea), impuseram, (CUNHA JUNIOR, 2008).

Os movimentos sociais negros que tiveram sua gênese após a promulgação da lei supracitada aparecem no cenário brasileiro com uma gama variada de motivos. Sendo que neste contexto sociopolítico, a sociedade negra, quer ser ouvida e deseja que suas ideias sejam respeitadas. O surgimento histórico dos movimentos negros no cenário nacional, “é resultante das ações sociais de luta pela abolição do escravismo criminoso e da insatisfação dos resultados práticos da abolição.”, (CUNHA JÚNIOR, 2008, p.3).

No pós-abolição a população negra foi sendo introduzida nos meios urbanos e expulsa dos centros para os morros, tendo em vista as reformas das cidades que estavam sendo reestruturadas para se adequar aos modernismos exigidos às sociedades que adentravam no século XX. Nas décadas iniciais deste século, as dinâmicas de vida e as formas de organização social negra se remodelaram e ganharam nomenclaturas que as caracterizaram como movimento social negro.

Todavia, Gohn (1997 apud CUNHA JUNIOR, 2008, p.4), acredita que os modos como se entende na atualidade, “o conceito de movimentos sociais de maioria afrodescendente, como expressão, da amplitude dos movimentos negros”, precisa ser revisado, para que não seja confundida com a elaboração de conceitos que foram aplicados a diversidade de movimentos sociais pós-década de 70.

As organizações de movimentos sociais que sejam institucionalizadas, ou não, e que trazem em suas ideias definições que se configuram “de cultura e identidade”, ou, que não se conformam com a sorte imposta ao povo negro, e que por isso, dissipam atuações sociais, são denominados de “movimentos negros no século XX”, (ASSIS, 1996; ALBUQUERQUE, 1999; ABREU, 1996 apud CUNHA JUNIOR, 2008, p.3-4).

Tendo por características, as solicitações de ações afirmativas para a correção das desigualdades sociais e raciais, com alicerce de “uma identidade negra” é que os movimentos negros no Brasil durante o século XX, com suas especificidades, se diferenciaram dos mesmos movimentos nas Américas. Estes diferenciais foram herdados dos diversos levantes sociais de população negra, configurados no século XIX, “entre eles as organizações abolicionistas, as irmandades religiosas, os terreiros de Candomblé e Umbanda, e também as revoltas sociais de diversas origens, onde existia uma maioria afrodescendente em ação”, (NATIVIDADE; CUNHA JUNIOR, 2003 apud CUNHA JUNIOR, 2008, p.3).

Sendo assim, os movimentos sociais negros na atualidade, têm muito a ver com “atuação político-social”, por terem assumido novas posturas que os diferenciam dos movimentos negros iniciais.

Os movimentos negros, não se caracterizam somente pelo enfrentamento ao mito da democracia racial, mas, se transformaram em um movimento que se contrapôs à ideia de nação que não tem conflitos entre os povos que a constituem. O fato de que da década de 70, até a abertura político-democrático dos anos de 1980, o movimento negro ter optado por fazer oposição aos governos militares, foi o diferencial, para que surgisse uma diversidade de movimentos sociais que tem os negros como protagonistas.

O desmembramento dos movimentos ou grupos sociais negros que surgiram entre as décadas de 60 e 70 representou para estes, a finalização de um processo sócio histórico, e o início de uma nova era em que outros grupos, ideias e ações apareceram em todas as regiões que compõem o Estado Brasileiro.

Alguns desses grupos ficaram pouco tempo em atuação, e outros por seus objetivos terem longo alcance, permaneceram por um tempo mais prolongado. Com esta afirmativa, Cunha Junior (2008, p.6), seleciona alguns dos grupos de movimentos negros que mais tiveram ênfase no cenário nacional:

O Ilê-Aiyê, na Bahia, fundado em 1974 (CARDOSO, 2001), o Centro de Cultura e Arte Negra - CECAN - de São Paulo e fundado em 1968 (MOTTA, 1986), o Simba, seguido do IPCN, no Rio de Janeiro (1974), a Federação das Entidades Negras do Estado de São Paulo (1975), o MNU (1979), o Grupo Negro da PUC-SP (1978).

Dentre estes grupos, a Pastoral do Negro, se configurou com importante papel em um período tenso da história política e social brasileira, e sua atuação na opinião de Cunha Junior (2008) não foi registrada na literatura. Para o autor:

Os grupos pertencentes à Pastoral do Negro, fundada em 1983, são de grande importância na difusão das ideias do movimento negro, realizando uma rápida expansão na década de 1980, apresentando mais de 600 núcleos distribuídos pelo país. Tornou-se numericamente o maior e mais importante setor dos movimentos negros, por quase duas décadas. Esta importância passa até hoje por despercebida na literatura sobre o período. (CUNHA JUNIOR, 2008, p.6).

A disseminação nuclear de agentes de pastoral negros com participação intensiva em sociedade, com o intuito de despertar consciências sobre a discriminação racial e preconceitos raciais, tanto no seio da Igreja Católica Romana no Brasil, como nos meios políticos sociais, teve grande expressividade. Tais elementos eram componentes das atividades cristãs, preocupados em reestabelecer as relações e direitos humanos. Dentre esses direitos, destacaram-se: a justiça social para os pobres e a luta por um modelo democrático de governo. Clérigos e religiosos ligados a “Teologia da Libertação” muito se aproximaram do movimento negro. Os trabalhos da Igreja em comunidades periféricas de base nos centros urbanos tinham por público, um maior contingente de povo negro, (ANDREWS, 1998).

Nos anos de 1970 os noviços negros insistiram que a igreja deveria rever sua postura em relação “a harmonia e democracia racial no Brasil”, (ANDREWS, 1998, p.318).

Em 1978, por força de encontros realizados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foram discutidas as relações raciais e questões políticas e sociais da população negra. Por resultado, criou-se o “Grupo de União e Consciência Negra”, tendo por membros leigos e religiosos negros que se compreendiam como grupo de movimento negro e cristão católico, (ANDREWS, 1998).

Pela intensidade destes movimentos internos na igreja, os bispos em reunião criaram “um ministério especial para os negros, a Pastoral do Negro.” Em 1988, contrariando a ala conservadora da igreja, foi elaborada a Campanha da Fraternidade, cuja temática se referiu aos cem anos de “abolição da escravidão”, (ANDREWS, 1998, p. 318).

Como resultado dessa campanha, o autor diz:

Os bispos aprovaram a publicação de um texto base que reconhecia a cumplicidade passada da igreja na escravidão e na discriminação racial e clamava por esforços sistemáticos para eliminar a injustiça social no Brasil. (ANDREWS, 1998, p. 318).

Muitos dos padres negros e a ala progressista, remanescentes da Teologia da Libertação, também, conhecida como esquerda eclesial, que teve seu auge nas décadas de 60 a 70, adaptando ideias marxistas à doutrina católica da igreja, se dedicaram as causas dos afrodescendentes pobres e dos trabalhadores. No entanto, a relação entre a igreja e o movimento negro, era muita das vezes tensa. Tanto nas “alas de direita e esquerda da igreja”, há os que desconhecem e não consideram as diferenças de tratamento em relação a pretos e brancos no Brasil, (ANDREWS, 1998).

Nessa linha de movimento negro nas dimensões da Igreja Católica no Brasil, as mulheres realizaram atividades ligadas aos

grupos de juventude, em grupos de religiosas, nas confrarias e irmandades como a de Nossa Senhora dos Homens Pretos. Outros movimentos sociais de mulheres negras surgem a partir das décadas de 70 e 80 com dinâmicas diferenciadas dos movimentos religiosos. Muitos são os contextos e histórias políticas e sociais que tem na participação das mulheres negras a sua dinâmica e força.

3. Mulheres negras que se movimentam

3.1. Mulheres negras, movimentos sociais e sociedade

A vida das mulheres negras é permeada de histórias que envolvem os contextos sociais, políticos, econômicos, religiosos e todas as formas de culturas, que brotaram das emergências das lutas dos movimentos sociais em diferentes décadas, com o intuito da inclusão da população negra no usufruto de direitos político-sociais.

A palavra, “negro/a” traz, em si, muitas implicações sociais que levam à exclusão de africanos e afrodescendentes no Brasil, sendo um termo que em vários momentos da história, foi e, é utilizado de forma pejorativa (Gomes, 1995). Segundo a mesma autora, o cerne da questão está nas definições encontradas para negro e branco, que etimologicamente, supervaloriza a pele clara, e define uma superposição racial e social de brancos sobre pretos, (GOMES, 1995).

Ser negra no Brasil é possuir várias experiências de enfrentamentos. É não conformar-se com o que está posto social e politicamente e permanecer nas metas e nas contradições, entre negar-se e afirmar-se nas suas origens etnicorraciais, (GOMES, 1995).

Para Silva (1998), o que se quer com esta questão é que as mulheres negras, como conhecedoras de suas realidades, possam dar voz às vozes caladas das mulheres negras invisíveis nos diversos contextos sociais.

Desse modo, buscam-se críticas mais intensas sobre as realidades em que estão inseridas e o empreendimento de ações de ajuda mútua no sentido do resgate da dignidade. Muitas dessas mulheres não conhecem seus direitos e nem mesmo desconfiam, que vivem sendo estereotipadas, discriminadas e tratadas preconceituosamente.

Silva (1998), fala em superar a invisibilidade imposta aos descendentes de africanos nas diversas esferas da vida no Estado Nacional.

Já Silva (2009), ao tratar da história de algumas brasileiras negras na diáspora (dispersão dos africanos e seus descendentes pelo mundo), refere-se sobre quais lembranças estas mulheres podem trazer em suas memórias. Analisando o contexto histórico-social retratado acima, a autora, ressalta a fortaleza do afrodescendente:

Um breve olhar na história das mulheres negras revela diferentes marcos e fontes a considerar, ainda mais quando se pretende abordar a organização social de mulheres e homens negros no Brasil. [...] Deixados à margem das benesses advindas destes dois fatos históricos e, por muitos anos, do processo decisório nacional, mulheres e homens negros organizaram-se e reagiram apesar das diferentes discriminações. (SILVA, 2009, p.10).

Neste ativismo negro, as mulheres negras, tem se destacado com especificidades e dinamismos na participação e organização de grupos, atos políticos e na diversidade da gestão pública. O movimento de mulheres negras se revigorou nos embates contra a desigualdade racial e sexual ocupando pautas político-sociais.

Estas resistências têm seu ponto de partida nas ações realizadas pelo movimento negro e, em especial, pelo movimento de mulheres negras. No artigo “Mulher Negra e o direito à cidadania: Relações Raciais e de Gênero”, (GARCIA, 2012), ao relatar que os estudos empreendidos sobre, com e para a população negra e, em particular atenção para a mulher negra,

têm esclarecido sobre as reais necessidades de elaboração de políticas públicas direcionadas a este público reafirmando, assim, que várias mulheres negras estão inseridas em “movimentos feministas e antirracistas”, tanto nos movimentos de mulheres nas cidades quanto no campo, “Mulheres negras e movimentos negros”, gerando com isto, participação efetiva com o olhar das Ciências Sociais, provocando a sociedade civil e os governantes no reforço das “políticas públicas”, e ações que se voltem para as condições das mulheres, em especial, para as mulheres negras, por estas estarem em condição de subalternidade em relação aos homens, e por serem vitimizadas, mais que qualquer outro grupo, pelo “racismo e classismo” que atinge a base piramidal da sociedade.

Segundo Garcia (2012, p.144) no contexto nordestino como em outras regiões no Brasil, há “um silêncio sobre as mulheres em geral, e as mulheres negras em particular.” Com isto, torna-se a mulher negra socialmente invisível e marginalizada em uma diversidade de contextos urbanos. No entanto, esta marginalização da população negra feminina não pode ser tomada como regra geral, visto que, há os destaques de mulheres negras na política partidária, nas políticas de organizações sociais, nos movimentos culturais.

Nesse sentido, Silva (2009) apresenta alguns nomes de mulheres negras que compuseram e são referências para os movimentos sociais do contexto nacional: Lélia Gonzáles, Pedrina de Deus, Maria Nascimento, Dona Eunice Cunha, Nair Araújo, Antonieta de Barros, e afirma ter sido o Movimento de Mulheres Negras, crucial para a orientação da vida dessas mulheres e de seus descendentes, frente aos desafios apresentados nas diversas circunstâncias da história social.

Nessa perspectiva, Sueli Carneiro (2003, p.52), enfatiza que:

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as

desigualdades geradas pela histórica da hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo.

O racismo torna-se meio social e institucional com marca indelével que inferioriza o povo negro e, em relação às mulheres negras, assume particularidades que dividem as mulheres em mais e menos privilegiadas, como é o caso de mulheres brancas em detrimento das mulheres negras. Nesse entendimento, há o embate para superar a violência de “gênero e de raça” na diversidade social em território brasileiro.

Sobre uma ótica feminista em que o novo se apresenta para integralizar as pendências sociopolíticas devidas aos afrodescendentes, à junção das correntes tradicionais dos movimentos negros, dentre estas, as conjunturas dos “movimentos de mulheres”, confirma o surgimento de uma política identitária própria do ser mulher.

A concepção de Carneiro (2003) se volta para o movimento de mulheres negras contemporâneo, que apresenta em um panorama político os contrassensos decorrentes da associação de “raça, classe e gênero”, que fomenta o compêndio de suas reivindicações históricas, proclamadas nos e pelos “movimentos negros, e de mulheres brasileiras”, “enegrecendo” a ala das exigências femininas, colocando-as de pronto, como representação legítima na composição total das mulheres no Brasil, e por outro lado, suscitando a “feminização” dos argumentos e pleitos do movimento negro.

Capítulo VI

Como e quando surge o movimento negro no Ceará

1. Gênese e desempenho do movimento negro no Ceará: um olhar sobre a capital

No Ceará, a presença negra é pouco apresentada nos livros de história, contudo, as pesquisas demonstram que havia uma população negra livre do jugo de escravização. Este contingente populacional no período do “Ceará Província” (1821-1889) não foi incluído nos diversos contextos que constituíam a população-histórico, social, político-, (PEREIRA, 2009).

Das famílias excluídas dos vários contextos citados, surgiram os primeiros grupos de negros/as que podem ser caracterizados como uma nascente, de Movimento Negro. Estes grupos eclodiram com a vertente de “União pela Resistência” às consequências das intempéries sofridas durante séculos.

Com uma distância temporal, uma história política e social de lutas por reconhecimento étnico, combate ao racismo e preconceitos, é que surgiu uma diversidade de movimentos sociais em que os negros e as negras se tornam sujeitos e protagonistas. Desta temporalidade, no Ceará nos finais da década de 70 do século XX, aconteceu um encontro de estudos sobre a população negra e a evangelização, promovido, pela Igreja Cristã Católica Romana, sob as orientações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Deste grupo ligado a evangelização, firma-se como Pereira (2009, p.84) redigiu, o estudo sobre: “Evangelização e cultos afro-brasileiros.” Este grupo com uma vertente de cunho religioso trouxe em si discussões em torno de assuntos sobre raça, racismo, preconceitos e outros termos relacionados à pessoa do negro e da negra no Ceará. Com isto, motivaram e fortaleceram as relações entre as diversas organizações que foram surgindo em torno do desejo se ter referências de pessoas, com consciência de sua negritude, de seus direitos e deveres em relação ao fortalecimento da identidade.

Deste contexto de ações religiosas e sociais é que em um dos bairros da periferia de Fortaleza, capital do Ceará, no Jardim Iracema, considerado bairro com população de maioria negra, organizou-se e tornou-se realidade a “Missa-Afro”. A fundamentação social para que, tradicionalmente, se celebre um culto religioso de cunho sincrético, está posto como afirmação da vida do povo:

A missa afrojá é uma tradição em Fortaleza e tornou-se necessária pelo sincretismo religioso que construiu na vida do povo. Nesse, sentido, faz-se necessário preservá-la, de maneira alegre, no imaginário da comunidade. (PEREIRA, 2009, p.88).

O Movimento Negro no Ceará teve sua data de fundação, em 13 de Julho de 1982. Os grupos de organização negra que deram origem ao movimento negro do Ceará são em sua maioria, ligados a organização religiosa cristã como: Agentes de Pastoral Negros - APN's; Grupo de Religiosos/as Negros/as - GRENI; Comissão de Negritude Capuchinhos-CONEC. Outros, foram surgindo tendo questões de direitos sociais e culturais como bandeira, são eles: Grupo de Mulheres Negras, Filhos da África e Maracatu Nação Iracema.

Segundo o historiador Sousa (2009) o movimento negro no Ceará, como instituição, teve seu início em Fortaleza com a criação do Grupo de Consciência Negra-GRUCON, quando da relação de

seus membros na articulação de um encontro nacional em 1981, no Estado de São Paulo. A pessoa de Lúcia Simão aparece como destacada nas iniciativas que geraram o movimento sócio religioso negro.

Da Missa Quilombola no Recife, aos contatos com os membros do GRUCON em São Paulo, e participação na Semana da Consciência Negra, Lúcia Simão volta ao Ceará com a responsabilidade por construir, o GRUCON no estado. As bases do GRUCON e o movimento negro no Ceará, reafirmando, tiveram seu fundamento na periferia de Fortaleza em um território considerado de maioria afrodescendente, o bairro Jardim Iracema, que conta com um grupo de pretos de origem remanescente quilombola dos “Caetanos” do município de Uruburetama. Estes pretos têm engajamento pastoral na Paróquia de Santo Antônio, no referido bairro, (PEREIRA, 2009; SOUSA, 2009).

Essas experiências de movimento negro, mobilizadas por famílias cristãs católicas em Fortaleza, não foram às únicas desse gênero no Estado. Entre o fim da década de 70 e chegada dos anos de 1980 concomitantemente as ações sócio religiosas no Jardim Iracema, no período em que os governos militares estavam no poder, na Universidade Federal do Ceará (UFC), havia discussões que tinham em seus temas a “questão racial no Ceará”, (SOUSA, 2009).

Vários professores se agregaram aos movimentos sociais com vinculação política. Os graduandos de Ciências Humanas nos de 1978 levantaram bandeiras sobre relações etnicorraciais e este assunto tornou-se pauta essencial neste ano. A discriminação racial no contexto universitário movimentou grupos de estudantes africanos e brasileiros, por conta das ações discriminatórias, principalmente, no interior do Restaurante Universitário-RU. Com atos de racismo explícito (guatemaltecos, cabo-verdianos, angolanos) foram segregados e para apaziguar os ânimos, a Pró-Reitoria decidiu que as refeições dos africanos, seriam servidas nos alojamentos estudantis, (SOUSA, 2009).

Ainda por conta deste episódio, os estudantes de Sociologia, negros piauienses, fizeram denúncia sobre preconceitos e racismo em suas produções científicas. Estes trabalhos foram desqualificados sob o argumento de que como se vive em uma “Democracia Racial”, estas denúncias eram de procedência duvidosa. Esta argumentação reforçou ainda mais a união dos estudantes negros que, posteriormente, tiveram suas ideias-reflexões, agregadas ao movimento negro do Jardim Iracema e aos demais grupos de movimento negro que haviam surgido. São estes acontecimentos político-sociais, que não repercutiram na imprensa local.

A imprensa cearense, no jornal de maior circulação da época, e um dos que tem maior tiragem na capital, o “O Povo” juntamente com o jornal “Tribuna do Ceará”, não fizeram qualquer registro em torno dos acontecimentos e denúncias de racismos no seio universitário. Nesse ínterim, a professora da UFC, Luiza Teodoro, sofreu repressão militar e perseguição política por ter escrito para o jornal “O Povo”, uma nota que instigava os levantes a respeito de reflexões de consciência negra.

A nota ou “matéria de (22/11/1979)”, tinha por título: “A Consciência Negra quer se manifestar”. Os registros mais significativos deste jornal sobre a militância negra que surgia no estado foram os que realizaram a cobertura de alguns debates “politizados”, dentre estes, o transmitido através das falas de Abdias Nascimento e Lélia González, ocorridos na Universidade Federal do Ceará, (SOUSA, 2009, p.43).

Historicamente a resistência negra cearense representa, como no restante dos estados brasileiros, a indignação a respeito da exclusão social e política manifestada através da organização da sociedade de classe e mais gravemente pelo racismo. Na cidade de Tauá/CE, entre os anos de (1979-1983) foi um período de longa estíagem, com isto, houve indicativos de rebelião de “negros cearenses”.

Sousa (2009, p.43) relata como o Governo Federal lidou com a situação, principalmente com as mulheres negras, que nessa época construíram um açude com suas próprias mãos:

[...] O Governo Federal através do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) autorizou a construção do Açude Santa Fé (Açude das Mulheres) entre Crateús e Tauá, através dos bolsões da seca, sob a orientação e comando do Exército Brasileiro. Ali trabalhavam quase que exclusivamente mulheres, pois muitos homens haviam migrado para a capital ou para outros Estados em busca de oportunidade de trabalho e, como demoravam em retornar eram, sobretudo, as mulheres que passaram a buscar o sustento das famílias.

A condição de trabalho dessas mulheres era precária e como não bastasse sofriam discriminação de gênero, agregada ao preconceito racial. Este fato pode ser confirmado através do registro populacional da macrorregião dos Sertões dos Inhamuns/CE, que apresenta grande presença negra. A força militar que acompanhava as obras, do “Açude das Mulheres”, usava de sua “autoridade” para rebaixar as mulheres e instigá-las racialmente, (SOUSA, 2009).

Pelas humilhações sofridas e também em consequência do trabalho forçado, as mulheres gestantes nesse contexto, chegavam a abortar seus filhos/as. Dentre esses militares, houve um que ousou fazer a diferença no canteiro de obras. Um oficial, “tenente” Muniz, angariou a simpatia das mulheres. Era um militar negro e, por isso, as mulheres o viam diferentemente e sentiam seu modo de ser em relação aos demais. A força do preconceito racial se estendeu por todo o estado do Ceará, que parece ter nascentes muito anteriores a estes episódios. Pela força discriminatória e enfatizando as ações do Tenente Muniz, na cidade de Tauá surgiu à máxima: “Se negro fosse gente urubu era tenente”, (SOUSA, 2009, p.43).

As mulheres desta região, principalmente de Crateús, tomaram a iniciativa de reunirem-se e foram em busca de apoio eclesial. Ao redor das Comunidades Eclesiais de Base-CEB's

fundaram “associações e grupos de consciência negra”, com auxílio das pastorais sociais, sob a regência de Dom Frágoso, bispo da região. Os movimentos sociais ligados as CEB’s, exerceram forte influência sobre a constituição do movimento negro cearense, que deixa transparecer no jeito específico de se organizar, características que lhes são próprias, (SOUSA, 2009).

O movimento negro no Ceará, em sua diversidade, se faz presente em vários setores sociopolíticos em busca de “ressignificação” de identidade negra, em oposição às posturas discriminatórias desafiadoras.

Sousa (2009, p.44) aponta dois “desafios” que se apresentam para o movimento negro no Ceará e que precisam ser reavaliados:

Primeiramente, a afirmação de uma negritude genuinamente cearense, a fim de questionar o mito da ausência do elemento negro no Ceará, cristalizado na sociedade local através dos meios de comunicação, dos aparelhos culturais e de educação. E paralelamente, a necessidade de denunciar e enfrentar as práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias presentes no cotidiano e na cultura popular, [...] o que se daria através da elevação da auto-estima e ressignificação dos elementos culturais estigmatizados.

Em busca de ressignificação de seus conceitos e atitudes hoje, o Movimento Negro cearense, se caracteriza “um” dentre os tantos grupos de movimento negro no estado do Ceará. Com as demandas sociais atuais do surgimento e integração de parte da juventude negra, da diversidade sexual negra, dos profissionais negros de várias áreas, o movimento negro cearense, vai se reorganizando no sentido de adequação aos novos tempos, um tempo de busca mais intensa de consciência crítica e afirmação de identidade.

Vários dos componentes dos movimentos negros estão trabalhando em esferas de governos Federal, Estadual e Municipal. Acredita-se com isto que, a partir de dentro dos setores

governamentais tem-se a possibilidade de ascensão social, política, cultural, religiosa e propensão a que ações e políticas afirmativas possam ser planejadas e executadas em benefício da população negra. Acredita-se, também, que com este modelo de ação, haja a possibilidade de que Políticas Públicas de Estado sejam aplicadas, para que se possam atender as várias demandas sociais referentes à população negra, (CEAFRO, 2010, *on line*).

A articulação dos Movimentos Negros no Ceará, sobretudo os da capital, atualmente concentra-se em planejar atividades que possam propiciar a inserção de Políticas Públicas de governo em forma de ações direcionadas a educação e saúde da população negra. Como exemplo dessas articulações dos MN's, tem-se a organização e manutenção do Fórum Interinstitucional de Educação das Relações Etnicorraciais, com o propósito de efetivação das Diretrizes Nacionais para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as modalidades de ensino, como meta da Lei n.º 10.639/2003.

A saúde da população negra é outra vertente sociopolítica que o movimento negro cearense tem se dedicado, principalmente, as ações ligadas a esclarecimentos sobre anemia falciforme, doença falciforme, saúde mental e busca de tratamentos com o auxílio da medicina natural e práticas de cura, a partir das religiões de matriz africana.

O Movimento Negro da capital do Ceará possui na sua composição uma diversidade de grupos: movimento de juventude negra, movimento *hip-hop*, afoxés, o que pode ser caracterizado, a meu ver, como “movimentos negros”. Há, nestas modalidades de movimentos sociais, pessoas que foram criadores do movimento negro dos anos de 1980, no século XX e fundadores de novos movimentos sociais, estes em sua maioria residentes na capital Fortaleza.

A afirmação de identidade, a inclusão social, política e religiosa são características que permeiam os ideais dos movimentos negros no Ceará e no Nordeste do Brasil. Há no

Movimento Negro aqui apresentado, como em qualquer outro movimento social e político, avanços e retrocessos, caminhos e descaminhos, que são possibilidades apresentadas nos diversos contextos, como busca de construção de outra história pautada em dar uma dimensão diferenciada a vida da população negra no Nordeste e no restante do Território Nacional.

Capítulo VII

Identidades e negritudes

1. Identidade brasileira étnica e inclusão sociocultural

A construção da ideia de “Identidade Brasileira” pode ter um legado dos propósitos dos temas desenvolvidos por Joaquim Nabuco, quando apresenta em suas obras a visão que tem do Brasil. Nabuco, por sua origem familiar, social e cultural comporia o grupo de intelectuais que cultivaram o ideal de uma sociedade cordial, de convivência racial pacífica. Além disto, pensou as questões sobre o negro relacionando-as ao abolicionismo. Para ele seria como preâmbulo para a formatação do “povo”, mas, não enquanto construção política, visto que o Estado/Nação fora ideário de conquista do regime monárquico, (SODRÉ, 1999).

As ideias de Sodré (1999) assinalando a impressão que os franceses tinham sobre as “elites”, assim, diz que Louis Coutry foi pioneiro em falar que “o Brasil não tem povo” e que no Brasil, Lima Barreto arremata com desdém: “O Brasil não tem povo, tem público”. A elite brasileira, não se desgarrava das tradições europeias e pouco, se identificavam com o Território Nacional e modelos de vida, em um adverso das vicissitudes do Continente Europeu. Segundo o autor:

A elite brasileira pensava em francês, donde o brasileiro descendente de índio ou negro seria, “por inteligência e por espírito”, “puro europeu transplantado” (Lobato) ou um “parisiense desterrado”, (Nabuco). (SODRÉ, 1999, p.32).

Torna-se notório para os utópicos, em pleno século XXI, que a Europa é o modelo de civilização a ser seguido. Amparados pela divulgação midiática as novas elites mercadológicas vangloriam-se de atenderem as exigências valorativas universalizando novos modelos de domínio que podem ser caracterizados de “colonialidade de poder”.

Há, a partir desta “nova ordem”, massacres e exclusões tão destruidoras quanto ou mais que o massacre dos antepassados negros da terra, atribuição aos povos nativos do Brasil-Colônia, em suas gentes e culturas exterminadas pelo colonizador. Com efeito, as atitudes destrutivas, via mercado de consumo, causam genocídios incalculáveis. “Deixam, assim, de lado a questão “humana”, sempre viva na temática da cidade e da identidade americanas” (SODRÉ, 1999, p.33).

Sodré (1999) ao utilizar da expressão “questão humana”, alega estar rebuscando as considerações éticas com as quais o ser humano deve ser visto, em detrimento de questões “jurídico-política”. O que se reivindica é a visão sobre o humano, enquanto, ente. Trata-se, de ver o ser humano em sua plenitude biológica e de permanência universal.

Já a visão de Nabuco, não alcançou as especificidades humanas no Continente Americano. Seria necessário para que este fato ocorresse que se debruçasse sobre “a questão da identidade” que transcende a localidade espacial, a saber, do ser humano e com suas subjetividades “filosóficas (lógicas, psicológicas) ou políticas”, (SODRÉ, 1999).

Em busca de explicações de como categorizar os passos dados por um sujeito ou conjunto de sujeitos que interagem organizadamente, com o fim de ser reconhecido como atuante em seu meio, o autor apresenta a etimologia da palavra “identidade” para que possamos adentrar, conceitualmente, na compreensão do que seja identidade étnica, (SODRÉ, 1999). Segundo o autor:

A palavra identidade é de origem grega, “vem de *idem* (versão latina do grego “*tó auto*”; “*o mesmo*”), que resulta do latim escolástico em “*identitas*”, isto é, a permanência do objeto, único, idêntico a si mesmo apesar das pressões de transformação interna e externa. Identidade ou conformidade, por semelhança ou igualdade, entre coisas diversas – é, assim o caráter do que se diz “um” embora seja “dois”, por forma e efeito. Identificação designa modernamente o processo constitutivo, por introjeção, de uma identidade estruturada. (SODRÉ, 1999, p. 33-34).

As histórias do indivíduo relacionadas às suas origens e suas complexidades o constituem identitariamente. Componente de um grupo que social e historicamente o reconhece, ampara e interliga aos antepassados, torna-se também, distinto em suas particularidades. A representatividade de um “si mesmo”, ocorre a partir da percepção de outrem, que o reconhece e lhe dá o lugar social e, com isso, a identidade, referindo-se a identidade pessoal que se assenta na ideia de que o “eu”, “é a permanência da pessoa; é a personalidade encarada sob o ponto de vista de sua duração”, (GABRIEL TARDE, 1919 apud SODRÉ, 1999, p.34).

A compreensão de Tarde (1919 apud SODRÉ, 1999, p.34) refere-se às bases da identidade que estão “na memória e no hábito”. Isso se deve ao “feixe de hábitos, preconceitos, talentos, conhecimentos consentâneos com o caráter lentamente variável”.

Estes pressupostos estariam intrinsecamente na identidade do sujeito. As conceituações de identidade são diversas e podem estar ligadas as várias Ciências: Sociais ou Antropológicas.

A identidade pode estar ligada ao comportamento e continuidade “sócio histórica” ou “igualdade de elementos”, (KARL JASPERS, 1953 apud SODRÉ, 1999).

A identidade está internalizada nos modos que nos vemos e nos apresentamos. No real é o que recordamos. A nossa imagem pessoal é que diz quem somos e o “lugar” de pertença nos sistemas de relações. O “*idem*” na origem latina se refere à permanência das

singularidades pessoais e a “igualdade”, ligadas às simbologias ordenadas, idiomas e integralidade do ente, (SODRÉ, 1999).

A identidade se abriga no interior do indivíduo e, simbolicamente, se instala no inconsciente. Haveria algo para além da identidade que coloca em defesa do que não se pode determinar, dito que é o indeterminado. Verdadeiramente, no patamar da “existência”, não há razão para que na identidade se acabe a importância do indeterminado, (SODRÉ, 1999).

“Por isso, a consciência oscila entre o fechamento e abertura, o determinado e o indeterminado. Essa oscilação pode ser chamada de ‘diferença’ que, assim como a identidade, encontra o seu lugar na consciência”, (SODRÉ, 1999, p.36).

Seja qual for o modo, pessoal ou nacional, a identidade encontra lugar inicial dentro de um processo que diferencia o que a conjuga “interna ou externa”, diagnosticando o que é “igual do que é diferente”; [...] “e em seguida como um processo de integração, ou organização das forças diferenciais que distribui os diversos valores e privilegia um tipo de acento”, (SODRÉ, 1999, p.45).

Estas reconhecções que partem do “hábito” (como arranjo permanente, indelével quanto ao caráter) preparado para ligar-se “às identidades adquiridas”, são caminhos para se chegar a outrem que o complementa enquanto ser. Para Sodré (1999 p.44-45):

Essas identificações com “valores, normas, idéias, modelos, heróis, nos quais a pessoa, a comunidade se reconhece”, constituem em parte a identidade de alguém. [...] Uma pessoa promete, por injunções de ordem ética, respeitar instruções fundamentais para a convivência com o outro, com outro de si mesmo, que é também o outro dos outros. Por isso, fala Ricouer de “si mesmo com outro”.

Sobre a identidade de “*si* ou *ipseidade*”, Paul Ricouer (filósofo francês século XX) diz que esta se constrói em comunhão com o outro, sem confundir-se com ele/a, sem necessitar comprovações de verdades em relações simultâneas fomentadas

“por aparências diversas”, em processos inconscientes. Ocorre então a intervenção das narrativas que podem surgir da história propriamente dita ou das literaturas fictícias, possibilitando o encontro com as variáveis identificações de si e as diversidades dos demais, (SODRÉ, 1999).

Diferentemente da *ipseidade* a “mesmidade” não permite elucidações históricas ou fantasiosas, permanecendo em suas bases originárias, acreditando ser genuína. Da “mesmidade caracteriológica”, “aparecem às representações racistas, estas, que são formas interpretativas congelantes da diversidade humana, portanto, da dinamicidade da história do outro”, (SODRÉ, 1999, p.46).

As particularidades de um conjunto humano, sejam históricas ou não, se aprazem no encontro dos elementos que dão ou deram respostas as suas indagações sobre os modos de se estabelecerem enquanto manutenção do modelo de ética organizacional em grupo, portanto, o reconhecimento da natureza, dos espaços físicos, dos espaços laborais e dinamicidades sociais, são apresentados em cada comunidade, diferencialmente, pela percepção que cada um tem das cosmogonias, cosmologias e vida humana.

A realidade humana passa por relações com simbolismos (línguas, leis, regras, mitos, lendas) que interligam os sujeitos e o universo dando origem ao que se designa de cultura. Explicitando o que seria cultura, Sodré (1999, p.47) simplifica dizendo que:

[...] Em outras palavras, cultura é um vazio positivo, uma *idéia* de unidade, mas ideia forte o bastante para levar à *invenção* tanto das representações de identidade quanto de alteridade. Na prática, o que experimentamos de uma cultura é a variedade de repertórios, onde se embatem simbolizações, hábitos e enunciados. Mas por meio dela, as identidades podem ser reconhecidas (Grifo nosso).

Costumeiramente, o que temos em nosso meio e compreendemos como cultura, são as mutações compiladas que se

encontram em simbologias, costumes e significados. Acultura se torna, então, um meio pelo qual o reconhecimento das identidades possa ocorrer. A identidade cultural se caracteriza nas diferenciações entre os povos, até entre os que vivem no mesmo contexto geográfico. As aproximações linguísticas e ações sociais, políticas, religiosas promovem associações de grupos.

Sodré (1999) salienta que a sentença “identidade cultural” suscita a concepção de pertença ao “*Lebenswelt*” ou “mundo vital”, que governa a esfera jurídica de uma cultura em específico.

Para fundamentar o conceito de “identidade cultural” Stuart Hall (2006) se coloca a partir da fragmentação dos sujeitos nas culturas, analisando o que ele determinou como modernidade tardia ou pós-modernidade em um momento histórico de pessoa compartimentada, para compreender-se enquanto indivíduo em si, e em relação a sua representatividade para o outro, na construção de suas identidades pessoais e “culturais”.

Entretanto, Hall (2006) neste momento está se referindo à identidade “nacional”, sem desprezar outros aspectos implícitos neste conceito. Outro ponto, na dimensão da identidade são os aspectos referentes às transformações históricas e sociais provenientes da modernidade tardia, com destaque, para as dinâmicas inculcadas pelas mudanças no sistema de globalização e seu confronto com a identidade cultural.

Em sua natureza, a modernidade tardia justifica-se por possuir especificidades que lhe são próprias como o surgimento de modificações na ordem de produções de trabalho, as exigências das modificações nos extratos sociais, as dúvidas, as agitações. O que parecia permanente se dissipa, o que parecia ter imperativo de permanência, se dissolve pelas inconstâncias.

Diferente das sociedades tradicionais, as sociedades modernas passam por metamorfoses contínuas. Conviver na tradição enfrentando conotações de tempo e espaço, incluindo ações e tendo a capacidade peculiar em lidar com o aprendido no

encadeamento do passado, presente e futuro, que se instalam como alicerce entre às praxes repetidas em sociedade, (HALL, 2006).

Em meio às sociedades modernas, Hall (2006) se interroga sobre o que está ocorrendo em relação às identidades culturais nacionais e como nesta modernidade tardia a globalização tem afetado esta ideia, pois os locais de que temos origem são mananciais expressivos para a formação da identidade cultural. Quando alguém se apresenta como originário de determinada nação pensa na internalização que este lugar tem em si, como lugar de pertença natural, em que o lugar faz parte de seu ser.

Portanto, Roger Scruton (1986 apud HALL, 2006), considera que há para o ser humano a necessidade de uma referência de local de origem, para que possa se compreender como ser de pertença a um grupo, nação e etc. Para o autor:

A condição do homem (*sic*) exige que o indivíduo, embora exista e aja como ser autônomo, faça isso somente porque ele possa primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo – como membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, AL qual ele pode até não dar um nome, mas que ele conhece instintivamente como seu lar. (ROGER SCRUTON, 1986 apud HALL, 2006, p.48).

Assim, Hall (2006, p.48) justifica-se ao dizer que as identidades nacionais não são processos genéticos os quais estão intimamente ligadas ao ser, e sim, a construções estabelecidas, embasadas e “transformadas no interior das representações”.

A constituição “de uma cultura nacional” colaborou para que formas de ampliação de modelos alfabetizadores fossem agregadas, unilateralmente, oficializou-se a comunicação em um único idioma que seria o falado por toda a nação, criou-se uma cultura similar e institucionalizaram-se sistemas de controle cultural, como “um sistema nacional de educação”. A composição das culturas nacionais não é representada unicamente por corporações

“culturais, mas também de símbolos e representações”, (HALL, 2006, p.50).

A cultura nacional é um jeito de inculcar nas pessoas sentimentos idealizados sobre a “Nação e sobre si”, com esse espírito, há uma cultura nacional. As culturas nacionais ao elaborarem explicitações as quais geram identificações nos sujeitos, estas, instauram identidades: “Estes sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 2006, p.51).

Segundo Benedict Anderson (1983 apud HALL, 2006, p.51) a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”; são alegações que com esta afirmativa, infere que o que diferencia as nações está estabelecido “nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas”.

Portanto, as culturas nacionais não foram simplesmente unívocas a ponto de se ter somente simbolismo que a mantenha unida e que pode estar estruturada sobre domínio.

A maioria dos Estados-Nação se compôs pela força empreendida por terem vitórias sangrentas sobre povos dominados, sobrepondo-se as suas culturas. Cada conquista retirou dos povos dominados seus idiomas de origem, seus costumes, sua cultura própria. Ao contrário de se pensar as culturas nacionais como homogêneas, poder-se-ia cogitá-las, compondo um aparato “discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade”, (HALL, 2006, p. 62).

Contudo, as identidades nacionais, ainda, são divulgadas como se fossem “unificadas”. Hall (2006, p.62) diz que:

Uma forma de unificá-las tem sido a de representá-las tem sido a de representá-las como a expressão da cultura subjacente de “um único povo”. A etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais - língua, religião, costumes, tradições, sentimento de lugar - que são compartilhados por um povo. É tentador, portanto, tentar usar a etnia dessa forma

fundacional. Mas essa crença caba, no mundo moderno, por ser um mito. A Europa Ocidental não tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. *As nações modernas são, todas, híbridos culturais.* (Grifo nosso).

A certeza que se tem é que qualquer país busca instaurar “uma comunidade nacional” alicerçada em ideários étnicos, entretanto, não é um ideal supostamente colocado, contudo, existe pela sua constituição fundante de base histórica e política, legais e imprescindíveis. Com métodos “linguísticos, históricos e biológicos, o Estado-Nacional, etniciza” o povo, fazendo com que sintam a necessidade de pertença, fortalecendo as “ideologias nacionalistas”, internalizando-as através de ações que aparentam não serem intencionais moldadas por mitologias identitárias com embasamento cultural, procedência e concepções grupais, sumariamente corriqueiros, (SODRÉ, 1999, p.50).

A identidade étnica de um indivíduo quando negada, poderá favorecer o surgimento de conflitos em sociedade, visto que, o sujeito se entrega conscientemente ao pressuposto de possuir essa identidade. Exemplificando estes detalhes importantes sobre as justificativas do indiano Arju Appduray (1986), de que ao investir a consciência em sua identidade étnica, ele a tem por verdade o seu sentir e agir (SODRÉ, 1999).

Disto, resultam as violências sociais, que se concretizaram pelas dúvidas criadas ao se conceituar grupos étnicos de acordo com as conveniências ou subserviências que tentam enquadrar modelos novos a identidades postas por gerações.

Nestas mudanças de identidades étnicas, estão inclusas também, as legitimidades de cidadania e primazia territoriais, aqui apresentadas como exemplo os (“sikhs”, “curdos” e “muçulmanos”) aparentemente “iguais a antigos nomes”. Estes grupos étnicos são muitas vezes confundidos, por serem tão parecidos em suas culturas e identidades. Os sikhs são nos Estados Unidos, confundidos com mulçumanos, eles usam turbantes e têm sua própria religião que não é a fundada pelo Profeta Maomé (mulçumana). Os curdos são

outro grupo, que também vivem em territórios considerados mulçumanos e com estes relacionados, no entanto, possuem outra identidade política religiosa, (SODRÉ, 1999).

Vários mulçumanos se tornaram judeus ou cristãos, confundindo muita das vezes a consciência identitária. “Quando essas classificações étnicas são perturbadas pela dinâmica transnacional ou pelas transformações políticas modernas, a incerteza identitária resolve-se em formas violentas de certeza”, (SODRÉ, 1999, p.51).

Diante da exposição atentamos, também, sobre as violências provenientes da imposição de uma cultura sobre outra, no sentido de politizar a consciência social, imprimindo-lhe interiormente, forçosamente uma nova cultura, com esse propósito, apontou a cultura inglesa, como exemplo de país que ao ser formulado, agregou a cultura de vários povos a um pertencimento étnico, (SODRÉ, 1999; HALL, 2006).

Para Hall (2006, p.60):

O “povo britânico” é constituído por uma série desses tipos de conquistas- céltica, romana, saxônica, viking e normanda. Ao longo de toda a Europa esta estória se repete *ad nauseam* (estado de consentimento por repetição da idéia do discurso na tentativa de infiltrar a cultura até que o dominado se de por vencido e se adentre a cultura imposta). Cada conquista subjulgou os povos conquistados, suas culturas, línguas e tradições e tentou impor uma hegemonia cultural mais unificada.

Mesmo com toda essa sobreposição cultural é preciso que se tenham outra consciência, antes que seja muito tarde, então, se faz necessário que haja um esquecimento das violências que estiveram no início destas ações de conquista para que não se atenha a fidelidade, a uma identidade nacional “mais unificada”, “mais homogênea”. Contrariando esta dinâmica de nacionalidade homogênea, culturas como a inglesa, também, absorveram dos dominados, inserindo alguns aspectos em sua identidade cultural.

Apresentando características de identidade artificialmente construída, (ERNEST RENAN, 1990 apud HALL, 2006).

Sodré (1999), nesse ínterim, cita o caso da Argélia em que os *Harkis* argelinos (eram muçulmanos argelinos que preferiram integrar o exército francês), possuindo costumes da cultura dos franceses, foram estimulados a guerrear com os berberes (povos do norte da África que falam vários idiomas) apoiando a dominação no Período Colonial.

Da denominação *harkis*, formulou-se uma identidade duvidosa que, posteriormente, não seria reconhecida, nem por argelinos da força nacional e, muito menos pelos franceses. Com uma identidade inventada e por suas ideologias, que antes servira aos franceses, por estes, foram rejeitados. Como consequência deste episódio, os *harkis* saíram forçosamente de seu país (Argélia) e também, foram rejeitados na França, local em que “duas centenas de milhares deles vivem hoje em condições marginais”, (SODRÈ, 1999, p.49).

O resultado das tentativas de implantar uma identidade ideal agrega modelos de ficções, que se toma por real, crendo ser necessária a sobrevivência, por isso: “Acreditar na existência dessa identidade nacionalmente indesejada, é um fato emocional e político de grandes consequências para esse grupo socialmente desarraigado”, (SODRÈ 1999, p.50).

As “identidades nacionais” não submetem todos os outros modelos de diferença e não estão desprendidos de destreza revestida de autoridade, de cisões e contraposições intrapoder, de integridade e distinções acrescidas, (HALL, 2006).

Portanto, ao procurar saber se as identidades nacionais estão sendo desviadas, sugere-se que se tenha o entendimento, sobre de que modos “as culturas nacionais” colaboram para ligar os contrastes em uma só identidade. A homogeneidade cultural surge como um desalento de sujeitos que creem na desconstrução das identidades e a unicidade das culturas de cunho nacional.

No entanto, ressalta Hall (2006), que olhar para o mundo pós-moderno com essa negatividade sobre o por vir das identidades é exagerar, simplificar e postular sobre a unilateralidade.

Enquanto que Sodré (1999, p.68), apresenta a modernidade e a tradição, “como abstrações racionais, conceitos gerais e universalmente aplicáveis, sendo invenções do Ocidente”.

A história construída, idealizada pelo Renascimento e pela Reforma, forjou espacialmente um mundo homogeneizado, esquecendo-se de ter o futuro como meta, opondo-se as gerações passadas, edificando um povo gradualmente parricida e deícida. Sodré (1999, p.68-69), enfatiza:

Mas essa sociedade autojustificada, inquieta com as indeterminações do futuro, passa também a sonhar com as origens, fabricando utopias, que traduzem um desejo de autenticidade ou de resolução das tensões entre a degeneração do presente e a saudade de uma suposta pureza originária. A tradição é, em consequência, fruto do sonho culturalista dos modernos - um dos modernos - um artefato reinterpretativo. Tem sido utilizado pelo Ocidente para trabalhar tanto fantasmas próprios como alheios: os colonizadores europeus têm sido grande fabricantes de “tradições étnicas” nos países do chamado Terceiro Mundo, com vistas a uma melhor administração de contradições e conflitos.

A atitude de concepção provisória de outrem redimensiona traços e práxis em detrimento de regras “ético políticas” conciliáveis, com visões do mundo da “colonização”, com administração orientada pela “lógica do Ocidente”, (SODRÉ, 1999).

2. Identidade afro-brasileira e influências africana

Em se tratando do Ocidente e suas lógicas, buscaremos neste ponto da produção, apresentar o imaginário ocidental sobre o negro e identidade cultural negra, com embasamento teórico a

partir da pesquisa do africano, quando trata de Religião, Identidade e Diálogo: Experiência intercultural de um jovem negro africano, (RUFIN, 2009).

O jovem ao qual Rufin (2009) se refere em seu livro é Daniel Sorur Pharim Deng (1866-1900) de etnia Dinka, parodiado, pelo Edênio Valle da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), representava:

[...] um personagem “belvedere”, alguém que pode lançar uma luz sobre a história da formação cultural e identitária não apenas dos povos africanos de ontem e de hoje, como igualmente da formação cultural do próprio povo brasileiro, (RUFIN, 2009, p.9).

Rufin (2009) na vontade de demonstrar qual identidade cultural é perceptível em seu estudo, demonstra ser esta identidade cultural algo mais que a visão de si mesmo para saber da percepção do outro. Por isso, interessa-lhe atinar sobre a representatividade que o branco ocidental em sua imaginação tem sobre “o negro africano”. Posto que, a imaginação fosse considerada como outro grau da realidade, torna-se “realidade necessária” que antecede as “transformações sociais”. Evocar a identidade negra em relação à cultura é transportar-se a África, berço em que foi concebido “étnica e culturalmente” e que lhe deu a origem identitária.

Contudo, procurou-se saber de negros africanos se eles consideram o fato de falar de si e do Continente Africano, sem que fiquem constrangidos, por conhecer as formas as quais no mundo ocidental a África é apresentada e, por isso, saber se vale a pena arriscar-se diante da dúvida se esta África, divulgada midiaticamente (com misérias, guerras e epidemias) corresponderia à representação de uma identidade cultural correspondente ao real.

Mesmo que representados por séculos como região inferiorizada, “o negro e a África” possuem cenários contraditórios que desmitificam esta imagem de inferiorização, demonstrando

relações humanas diferenciadas. A representação dos fatos e os modos como são transmitidos é que definiram que história está apresentada, e que se pretende isenta de “objetividade e neutralidade”, com este pretexto reafirmam preconceitos racistas (RUFIM, 2009).

Ao falar da biografia de Daniel Sorur, há o desejo de apresentar “a história de sua identidade cultural”, esta, fundada sobre símbolos e sociedades. A identidade cultural de Sorur é de origem Dinka, tribo geograficamente encontrada no Sudão, sobre domínio muçulmano (RUFIM, 2009).

Sorur, na biografia escrita por Rufin (2009, p.38-39), descreve:

A origem de sua família; sua infância; a experiência da escravidão; os dramas das mortes em família; O período de estudante; a fraqueza humana no sofrimento com sua doença e com o retorno à África; Os estudos teológicos e a consagração sacerdotal; as viagens de mendicância pela Europa, “com a extraordinária veste de missionário negro”.

Sorur tem a habilidade de lembrar e trazer a memória sua trajetória de vida reformulada no seu “passado”. Esse passado é traduzido com bases referenciais etnológico-geográficas, a partir do vocábulo europeu. São reformulações entrecruzadas na tradição oral “afro-Dinka”, em códigos, que surgem em sua memória e nas tradições escritas. Como patrimônio cultural, a “literatura oral negra africana” se apresenta ricamente elaborada. Guardadas na memória, as histórias do povo Dinka e outros povos que não possuíam escritas, eram divulgadas através da oralidade, (RUFIM, 2009).

Como qualidade pessoal, a oralidade expressada através da memória, se constitui em tradição como cultura original. A memória abrange a vida plenamente e consolida no “tempo” as argumentações e interrogações dos sujeitos: ele declara, expõe, admoesta, medita “sobre a vida”.

Nesse contexto memorativo, Daniel Sorur, não relembra somente de seus parentes próximos e sua própria identidade. Ele recorda aspectos cruciais da coletividade Dinka, enquanto identidade de grupo; da “identidade africana; identidade negra.” A identidade cultural é, “uma questão tanto de tornar-se quanto de ser”, (RUFIM, 2009, p.41).

Não é, portanto, a negação do passado que a identidade tem, porém, reconhecer que este passado retorna ao ser invocado, refaz-se a identidade. Ocorre assim, a reconstrução feita pelo sujeito que recorda daí que o passado não está inerte, mas se transformando constantemente.

A identidade negra no Brasil atualmente é fato que se comenta muito. No entanto, não se estabeleceu uma definição do que ela seja ou de sua composição. A “identidade objetiva” elucidada nos aspectos “culturais, linguísticas” e diferentemente de descrições formuladas por pesquisadores continuamente “confundida com a identidade subjetiva”, é o jeito próprio assumido por um grupo, e/ou é decretado por semelhantes, (MUNANGA, 2009).

Nos intercursos identitários, o despertar consciente, faz com que o ente e o outro se percebam diferentemente e daí, a saber, que existem diferenças nas medidas em que os negros adquirem esta consciência, visto que, social e culturalmente estão envolvidos em realidades diversas. A história, os idiomas e alma, formulariam a identidade cultural aprimorada. Cada um destes fatores tem interação com a construção da identidade em maior ou menor intensidade.

A identidade de um grupo atrelada a fatores ideológicos que a manipula, em último caso, carece de agregação comunitária para que possa se contrapor a grupos diferentes, distinguindo-se desta forma. Mas, pode ocorrer que a consciência identitária, também, possa ser manipulada por doutrinas preponderantes quando em seus ideais existam vontades “separatistas”. Estes atos

manipulatórios, poderão surgir coloridos, disfarçados de solicitações “políticas”, (MUNANGA, 2009).

Diante dessas colocações, Munanga (2009) interroga quem são os produtores de escritos sobre identidade negra ou de descendência africana, e se existem possibilidades de se discursar sobre identidade, isento de ideologias? E ainda ressalta: Quais seriam as intenções de quem está fora das academias científicas, quando escrevem sobre identidade?

Para essas indagações corrobora com a seguinte resposta: “Os interesses seriam, sem dúvida, ideológicos. O que significa que a identidade negra ou afrodescendente não teria outra substância, a não ser, as relações políticas e econômicas”, (MUNANGA, 2009, p.16).

Com isso, os significados expressivos da história estão presentes nessas ações que, também, conduzem a elaboração da identidade, abrangendo os escritos históricos e a oralidade auxiliada pela memória. Fundamentando-se em que a “memória oralidade” refere-se como evento arquitetado conjuntamente e exposto a mutações, Munanga (2009), ressalta que:

No caso da população negra brasileira como de qualquer outra, a memória é construída, de um lado pelos acontecimentos e, de outro lado, pelos personagens e pelos lugares herdados, isto é, fornecidos pela socialização, enfatizando dados pertencentes à história do grupo e forjando fortes referências a um passado comum (por exemplo, o passado cultural africano ou o passado enquanto escravizado). O sentimento de pertencer à determinada coletividade está baseado na apropriação individual desses dois tipos de memória que passam, então, a fazer parte do imaginário pessoal e coletivo. (HALBWACHS, 1968 apud MUNANGA, 2009, p.16).

As práticas vividas na história dos negros brasileiros que guardam em suas memórias as injustiças vividas por seus antepassados e a herança cultural, configuram-se, em reflexos que parecem afastar-se dos pontos objetivados:

Aqui se situaria o discurso da elite negra militante que, ao fazer uma seleção nos conteúdos da memória, retém principalmente a negritude como base na formação de sua identidade contrastiva, em oposição à identidade do opressor. (MUNANGA, 2009, p. 16).

Desse pensamento de Munanga (2009), surgiram dúvidas a respeito de como se deve tratar os contrastes que se inferem a respeito de: Qual identidade se sustenta na negritude? Seria a tonalidade da pele? O tipo de corpo? Seriam as manifestações culturais ou seriam as faculdades da razão? As respostas a estas indagações aparecem quando lembramo-nos das ideologias político-sociais que veem no corpo negro, no tom de sua pele e em sua cultura, razões para disseminar preconceitos e racismo.

Muitos problemas surgiram em torno de questões que são de interesse político-ideológico, como ocorreu no processo de branqueamento da nação brasileira, aliada ao mito da democracia racial embasando o dueto “mestiçagem biológica e cultural”. A cor da pele tornou-se, para uns, marca reivindicatória de direitos políticos e fora refutada por outros. No entanto, poderia tornar-se uma solução a utilização da categoria afrodescendente, para justificar a pertença à origem africana visto que, em se tratando de história e origens, a humanidade teria surgido no Continente Africano, não fosse à conceituação de “afrodecendência”, ter sido agregada aos discursos políticos da temática “cotas”, (MUNANGA, 2009).

Se não se construiu a identidade negra tendo a pele por justificativa, poderia então, construí-la com fundamentos na “cultura nacional”? A resposta para esta pergunta torna-se um tanto complexa. No entanto, seria recomendável que houvesse uma “tomada de consciência” a respeito das lutas historicamente empreendidas, para a preservação da cultura brasileira na atualidade e estas lutas, poderiam ser introduzidas aos encaminhamentos que se dão para a construção da identidade negra, processo esse que poderia ser encabeçado por lideranças

negras, com engajamento político-social, denominada de “elite politizada”, (MUNANGA, 2009).

Tentar construir uma identidade cultural negra nas atuais circunstâncias em que nem todos os negros comungam com esta cultura de base africana, mesmo vivendo nos contextos da sociedade brasileira, seria um tanto hipotético, considerando também, que nem todas as pessoas brancas estejam inseridas, exclusivamente, numa “cultura dita branca”, (MUNANGA, 2009).

Ocorrem na sociedade brasileira mistos de culturas que colaboram para justificar o racismo e salientar que existe no Brasil uma democracia racial. Alertando assim, para os cuidados que os negros deveriam ter, por conta do controle estabelecido sobre a cultura negra, (MUNANGA, 2009). Segundo o autor:

Aqui os sangues se misturam, os deuses se tocam e as cercas das identidades culturais vacilam. Acrescentar-se-á o perigo da manipulação da cultura negra por parte da ideologia dominante quando a retórica oficial se expressa através das próprias contribuições culturais negras no Brasil, para negar a existência do racismo e para reafirmar a proclamada democracia racial. (MUNANGA, 2009, p.18).

Os alertas sobre as diversas tentativas de se folclorizar e amestrar a cultura e as religiões de base africana negra vieram de pesquisadores que denunciaram, “[...] a conversão de símbolos étnicos em símbolos nacionais não apenas oculta uma situação de dominação racial, mas torna muito mais difícil a tarefa de denunciá-la, [...]”, (FRY, 1982 apud MUNANGA, 2009, p. 18).

Para alguns “estudiosos” de linha marxista, seria viável para a sociedade que se tivesse a ausência de classe social, com isto, estruturar-se-ia, socialmente, o socialismo o que permitiria a igualdade a todos (as), a partir de então, pretos e brancos, seriam paritariamente participes das deliberações políticas, e as riquezas igualmente, distribuídas (MUNANGA, 2009).

Pensar que as circunstâncias em que vivem os negros no Estado Brasileiro são apenas de “questão econômica” e “não racista” é não se esforçar para compreender como ações racistas dificultam aos negros a inserção e integração “econômica”. A separação entre raça e classe, em sociedades de sistemas capitalistas, leva a atitudes metodologicamente errôneas que impedem uma “análise” e os imputa as realidades insuperáveis com justificativas “economicistas”, (MUNANGA, 2009).

Na perspectiva de Munanga (2009), a procura da “identidade negra”, não é um esfacelamento de peijas das vítimas de opressão. Pessoas negras possuem questões que lhes são próprias, às quais cabem somente a elas, buscarem soluções, mesmo, contando com o apoio de outros (as) que possuem consciência política e social.

Os problemas “entre outros” que estão relacionados ao negro e sua subjetividade os quais (MUNANGA, 2009, p.19) refere-se são: “A alienação do seu corpo, de sua cor, de sua cultura e de sua história e, conseqüentemente, sua “inferiorização” e baixa estima; a falta de conscientização histórica, política e etc.”

Em virtude da busca “de sua identidade”, utilizada como auxílio de relação grupal, o negro, poderá inteirar-se e reintegrar-se, destituindo-se da inferiorização, que acredita estar contidos em sua pessoa igualando-se àqueles que se encontram oprimidos significando ser um início de luta em coletividade.

Conclui-se assim que algo que para vários negros é inferiorização, na verdade é opressão. Recobrar esta identidade passa pela percepção de si e aceitação de si, enquanto corpo físico, que é sinal de sua “negritude” que se manifesta primeiro que as caracterizações “culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicas”, por que o corpo funciona como morada “material de todos os aspectos da identidade”, (MUNANGA, 2009, p.19).

Assim, compreendemos que a identidade se abriga no interior do indivíduo e simbolicamente se instala no inconsciente.

Ao tratarmos dos conceitos e desenvolvimento dos movimentos sociais e movimentos negros, subemos que a identidade negra se constrói pela conjunção de diversos entendimentos, históricos, políticos, sociais, introspecção e aceitação do ser pessoa negra. São questões conjunturais que se instauram na complexidade e na diversidade social.

Considerações

O livro produzido a partir de pesquisa de mestrado cujo intuito seria averiguar os conhecimentos retidos e instigados das memórias de mulheres negras velhas residentes em Fortaleza e nascidas no estado do Ceará, mães de ativistas dos movimentos negros, é uma produção que pela importância alcançou os objetivos pretendidos.

Memória, história e conhecimentos foram temas abordados que quando instigados a partir das lembranças aclararam as mentalidades a respeito de histórias provenientes das bases da pirâmide social. São memórias das ações pessoais, coletivas e de política social relacionada à construção histórica de histórias de invisibilidades de gênero, sexual e racial.

Foram muitos os caminhos percorridos, entre estudo, pesquisa, produção acadêmica e entrelace teóricos e metodológicos de coparticipação e cooperação. E foram tantas as alegrias no desenvolvimento deste trabalho no sentido de que das conjunturas históricas de invisibilidade forçada às almas resistem em impor sua presença e resistência na afirmativa de que a superação de si é a meta principal da vida.

A recordação das vidas em trechos do passado formularam os apontamentos subscritos no presente como forma de afirmar que a memória é caixa forte que protege as lembranças que se necessário for poderão dar suporte a história. Nesse sentido, a pesquisa procurou dialogar com a categoria memória, e com este eixo, se direcionaram as lembranças das velhas pretas em diversos contextos sociais, que demonstraram como a memória coletiva é

constituída a partir de elementos das memórias individuais. Para tanto, evocamos a história oral para subtrair o que se ensinava.

Com isso, da interlocução diálogo com as teorias de Bosi (1994), Halbwachs (2006), e Bernardo (2007), percebemos que da história oral procedente das memórias das entrevistadas, há um processo de formatação de identidade negra, que vai acontecendo, por conta de casos em que elas mesmas ou o/as filho/as, tenham sofrido discriminação.

Compreendemos aqui, a importância da história oral como estratégia metodológica que traz à tona as expressões mais íntimas dos indivíduos nos vários contextos de suas histórias de vida. Das narrativas ouvidas, chegamos à conclusão de que mesmo vivendo no estado do Ceará, e em contextos diferenciados, há alguns pontos de convergência entre as histórias vividas por nossas entrevistadas.

A partir das entrevistas iniciais, concluiu-se, que estas mulheres negras conseguiram se superar na categoria trabalho, pois não estão ligadas ao grupo de domésticas. O trabalho de doméstica tem um contingente majoritário de mulheres negras. Sobre esta questão com Bernardo (2007, p.56), temos a seguinte afirmativa: “O trabalho de empregada doméstica, em muitos casos, correspondia quase que à continuação do regime anterior, período escravocrata, e a impossibilidade de existência de uma vida privada”.

Com outras possibilidades de trabalho que não o doméstico, percebeu-se que ocorreram mudanças sociais na vida de algumas mulheres negras, que apontam caminhos para que se possa ir modificando os pensamentos, e desmitificando o que está historicamente posto. Estas mulheres não possuem engajamento em grupos de referência religiosa, social ou movimentos sociais negros em que o/as filho/as estão participando efetivamente. Para duas das pretas velhas, o engajamento dos filhos, não influenciou na formação de sua consciência crítica em reconhecer-se mulher negra.

Entendi que a participação do/as filho/as nos movimentos sociais negros, não teve a motivação de suas mães, mas ocorreram através das relações profissionais e sociais dos mesmos/as. Esta

conclusão ocorreu, pela escuta e análise das entrevistas, pois ao se referir as filhas e filho, as senhoras em nenhum momento expressaram que os/as, incentivaram-nas a inserirem-se em qualquer grupo de referência étnico-racial.

Para a complementação das análises, desejei saber, quais publicações literárias faziam referência a histórias das mulheres negras. Concluí que de forma geral há publicações que têm as mulheres como destaque: como estes exemplos “Mulheres do Brasil, presente!” da (Secretaria de Políticas para as Mulheres, BRASIL, 2012); “Mulheres Negras do Brasil”, (2007); “História das Mulheres no Brasil” (2010); e publicações de artigos em periódicos, como: “Onde estão as mulheres?”-*revistahistória.com.br*-,(2007); “Mulheres encarceradas: elas, seus filhos e nossas políticas” – (Revista Mal Estar e Subjetividades, 2010), que se referem às mulheres, relações de gênero e feminismos. As referências literárias que postulam ações e ou vidas de mulheres negras, são recentes.

Bernardo, (2007, p.17) diz, que essa literatura aparece:

Como reflexo dos movimentos sociais da década de 70 e surgem às pesquisas na área de identidade sobressaindo-se os trabalhos sobre a re-africanização, e sobre a problemática feminina, analisada com certo destaque.

Algumas produções literárias na atualidade que destacam as mulheres negras são em boa parte, de autoria de mulheres negras acadêmicas, e dentre elas, várias, são de militância negra.

Com este estudo, esperamos chamar a atenção para a necessidade de se produzir literaturas didáticas, que também deem ênfase, a história da população negra no Brasil, e que tenham destaque para a equidade de gênero. Esperamos ainda, que a produção de livros complementares, ou paradidáticos, possa ser constituída de histórias de vida e ensinamentos de mulheres negras velhas que com sua sabedoria, transmitem os conhecimentos herdados de seus ancestrais.

Do quesito em que trato de preconceitos de raça e sexismo sofridos por nossas entrevistadas, concluí que são frutos de uma herança histórica imbricada no seio da sociedade brasileira, e disfarçada em forma de um tipo de relação tida como cordial.

Cheguei à conclusão de que escutar histórias de vida nos moldes propostos pelo trabalho aqui apresentado, permite que o sujeito da pesquisa seja um participante direto, de viva voz, narrando suas histórias a partir de suas memórias ora selecionadas, ora espontâneas. Esse procedimento há de contribuir para a compreensão de alguns pontos que ficaram ocultos nas entrelinhas das histórias de algumas sociedades, neste caso a cearense.

Portanto, apresento à seguinte consideração: A negação da não existência de população negra no Ceará está entrelaçada a conflitos históricos e de oposições que tentam impedir que as identidades negras fossem reconhecidas.

Posfácio

*Henrique Cunha Júnior*¹

As três Marias, produzem uma constelação de fatos e feitos reproduzidos pela memória que ilumina as histórias de mulheres negras velhas do Ceará. Num contexto de dificuldades e lutas o trabalho de Maria Saraiva da Silva, nossa diletta amiga “Socorro Saraiva”, apelido como é conhecida, trata com gentileza e carinho a riqueza da vida das protagonistas das histórias de vida de Dona Cila, Dona Malu, Dona Clementina.

Entre varias Marias, a Maria autora é militante dos movimentos sociais, militante dos movimentos da educação e dos movimentos negros. A professora conhece de intensa participação, os movimentos sociais do estado do Ceará e da sua educação e assinou o propósito bem sucedido em realizar um registro da compreensão de parte da história deste movimento negro contido nas histórias de mulheres negras mães de militantes dos movimentos negros.

Fazendo uso da oralidade, recolhendo densos depoimentos e entrelaçando redes de fatos objetivos e subjetivos produzindo histórias de vida, é que o encanto da pesquisa tem o seu fascínio que por vezes comove, e que ilustra os cotidianos trazendo relatos de vidas que compõe a nossa história. Retirando os silêncios da história, fala por narrativas sobre as famílias, as origens das depoentes, os seus locais de trabalhos, as vidas com os filhos e

¹ Professor Titular da Universidade Federal do Ceará, militante do Movimento Negro. Trabalha com a Produção teórica sobre Afrodescendência no campo da Educação. Leciona história Africana e Afrobrasileira para a formação de Professores. hcunha@ufc.br

filhas, e o traçado de uma sociedade racista, preconceituosa e patriarcalista.

São histórias de vitórias, derrotas e empates, de persistências e mudanças que o trabalho apresenta as contas numa linguagem sensível e aconchegante ao leitor.

Tratando de memória, ente precioso que guarda nas lembranças o que nós somos e de que maneira nos constituímos. O livro circunda neste eixo principal como trabalho de pesquisa, em que a memória está no em torno dele, e dá a potencialidade que o delineou.

O livro nos primeiros capítulos se apresenta como botão da flor, tendo todo o formato teórico e metodológico daquilo que vai se configurar na beleza da flor nos capítulos seguintes.

Ao tratar de identidades negras e movimentos sociais negros, formam-se duas faces de uma mesma sociedade que de um lado nega a existência de população negra e de racismo antinegro, e do outro apresenta os movimentos que contradizem as negações, e se afirmam no cenário histórico com processos de afirmação da identidade e reivindicação de direitos sociais, modificando os equilíbrios políticos de dominância branca e receituário histórico eurocêntrico. Neste enfoque se concentram as preocupações do trabalho de pesquisa.

Assim é que vão sentir os leitores, que tenho certeza, ficarão tocados por esta obra.

Referências

- ALBERT, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888/1988)**. Tradução de Magda Lopes. Bauru/SP: Edusc. 1998.
- ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS - AMNB. **Mulheres negras e o trabalho doméstico no Brasil**. Porto Alegre, 2012. (Cadernos Informação AMNB). Disponível em: <http://www.globalrights.org/sites/default/files/docs/Mulheres_Negras_e_o_Trabalho_Dom_stico_no_Brasil.pdf> Acesso em: 02 mar. 2014.
- BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro**: olhares sobre São Paulo. São Paulo: EDUC / UNESP, 2007.
- _____. **Negras mulheres e mães**: lembrança de Olga de Alakettu. São Paulo: EDUC, Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- BEZERRA, Débora Andrade Pamplona. No Ceará tem negros e negras, sim!**Revista da ABPN**, v. 2, n. 5, p.75-98, jul. 2011.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. **Lei n.º 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em: 02 mar. 2014.

_____. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 02 mar. 2014.

_____. **Lei n.º 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 02 mar. 2014.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **Perspectivas de crescimento para a população brasileira: velhos e novos resultados**. Texto para Discussão 1.426, Brasília: IPEA, 2009.

CARNEIRO. Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003, p.49-58.

CÍCERO, Marco Túlio, (103-43). **Saber envelhecer e A amizade**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L &PM, 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. **Fraternidade e pessoas idosas**. Texto Base n.18. São Paulo: Salesiana, 2003.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **A história africana a compreensão da história do Brasil**. História e cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais. Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED-PR, 2006.

_____. Abolição inacabada e educação dos afrodescendentes. **Revista Espaço Acadêmico**, v.8, n.89, out. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/089/89cunhajr.htm>> Acesso em: 02 mar. 2014.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/UNESP, 2009.

EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO PARA A IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO - CEAFRO. **Educação e profissionalização para igualdade racial e de gênero**: mapeamento de políticas e movimentos negros no nordeste do Brasil. Relatório Analítico, 2010. Disponível em: <http://www.ceafro.ufba.br/web/arquivos/publicacoes/Relatorio_Analitico.pdf> Acesso em: 02 mar. 2014.

GARCIA, Antônia dos Santos. Mulher negra e o direito à cidade: relações sociais e de gênero. In: SANTOS, Renato Emerson dos. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates. Petrópolis, RJ: DP et Alii Editora; Brasília, DF: ABPN, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. **História geral da África I**: metodologia e pré-história da África. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Brasília: IBGE/PNAD, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2010/default.shtm>> Acesso em: 02 mar. 2014.

_____. **Síntese de indicadores**. Brasília: IBGE/PNAD, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>> Acesso em: 02 mar. 2014.

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Brasil em desenvolvimento:** estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2009/Livro_BrasilDesenvEN_Volo4.pdf> Acesso em: 02 mar. 2014.

KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África I:** metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

KLANDERMANS, Bert; TARROW, Sidney. Mobilization into social movements: synthesizing european and american approaches. In: KLANDERMANS, Bert; KRIESI, H; TARROW, S. (Eds.). **International Social Movement Research** (v. 1). Greenwich, CT: Jai Press, 1988, p. 1-38.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão. 5.ed. São Paulo: Unicamp, 2003.

MADEIRA, M. Z. A.; MOTA, M. D. B. Feminino e feminicídio: estudos sobre relações de gênero, violência, feminilidade e cultura. Fortaleza: Expressão, 2010.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v.2, n.1, p.95-108, 2011.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n.17, p.49-65, jun. 1989.

MOORE, Carlos. **Racismo & sociedade:** novas bases epistemológicas para entender o racismo. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

PEREIRA, Augusto Willian. **26 Anos de História do Movimento Negro no Ceará.** In: LIMA, Ivan Costa; NASCIMENTO, Joelma Gentil do. (Org.). **Coleção formação do movimento negro unificado:** trajetórias históricas e práticas pedagógicas da população negra no Ceará. Fortaleza: Impreco, 2009, n. 1, jan.

- RUFIN, Waway Kimbanda. **Religião, identidade e diálogo**: experiência intercultural de um jovem negro africano. Montes Claros/MG: Unimontes, 2009.
- SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis/RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates).
- SILVA, Joselina da. **Mulheres negras**: história de algumas brasileiras. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas. **Caderno CEDES**, Campinas, v.19, n.45, p.7-23, jul. 1998.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- SOUSA, Antônio Vilamarc Carnaúba de. Educando pelo movimento. **Revista Afro-Brasileiro: História e Educação**. Secretaria da Cultura: Arquivo Público do Estado do Ceará: Fortaleza, n.7, 2009.
- SOUZA, Luzia Aparecida de; MARTINS-SALANDIM, Maria Ednéia; GARNICA, Antônio Vicente. História oral na educação matemática: possibilidades. **Boletim de Educação Matemática**, Rio Claro, v.20, n.28, p.139-162, 2007.
- VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: Ki-Zerbo, Joseph. **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.
- XAVIER, Antônio Roberto. Fonte escrita, fonte oral e memória: a importância destes recursos na construção da história. In: VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula; ANDRADE, Francisco Ari de. (Org.). **História da educação**: nas trilhas da pesquisa. Fortaleza: UFC, 2010, p. 119-133.

Lista de abreviaturas e siglas

ALEC -	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
APN's -	Agentes de Pastoral Negros
CE -	Ceará
CEBs -	Comunidades Eclesiais de Base
CF -	Campanha da Fraternidade
CMES -	Centro Municipal de Educação e Saúde
CNBB -	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAPIR -	Conferências de Promoção da Igualdade Racial
CONEC -	Comissão de Negritude Capuchinhos
COPPIR -	Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial
CSU -	Centro Social Urbano
DNOCS -	Departamento Nacional de Obras contra a Seca
ECA -	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMEIF -	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental
EUA -	Estados Unidos da América
GRENI -	Grupo de Religiosos (as) Negros (as)
GRUCON -	Grupo de Consciência Negra
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICRE -	Instituto de Ciências Religiosas da Arquidiocese de Fortaleza
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MN -	Movimento Negro
MNU -	Movimento Negro Unificado
MR -	Mobilização de Recursos
NMS -	Novos Movimentos Sociais
PNAD -	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pró-Jovem -	Programa Federal de Educação para Jovens
PUC/SP -	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RU -	Restaurante Universitário
SER's -	Secretarias Executivas Regionais
UECE -	Universidade Estadual do Ceará
UFC -	Universidade Federal do Ceará
UNEGRO -	União de Negros pela Igualdade
UVA -	Universidade Estadual Vale do Acaraú